



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XV

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2026

Nº 117

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA.....	Capa
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS.....	3103
SECRETARIA DE FINANÇAS.....	3105
SEC. DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	3115

TAQUIGRAFIA

5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

OBJETIVO: tratar sobre o zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado de Rondônia.

EM: 18.06.2026

INÍCIO: 10h17min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

O SR. ADERALDO LOPES DE CARVALHO JUNIOR (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, nosso muito bom dia. Sejam todos bem-vindos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento 4847/2025, de autoria do Excelentíssimo Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública sobre o zoneamento socioeconômico-ecológico de Rondônia.

Agradecemos, desde já, a presença de todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e também, pelo nosso canal no Facebook, no YouTube e TV Assembleia, canal 7.2. E também, aos nossos

participantes que estão presencialmente ou conectados nesta audiência. Sejam todos muito bem-vindos.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e proponente desta Audiência Pública, acompanhado do seu Chefe de Gabinete, Doutor José Francisco dos Santos.

Convido também o Excelentíssimo Senhor Aldo Rebelo, Ex-Ministro da Defesa, da Ciência e Tecnologia do Esporte e Coordenação Política.

Convido a Excelentíssima Senhora Deputada Drª Taíssa, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Cirone Deiró, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Elias Rezende, Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Pablo Hernandez Viscardi, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Victor Hugo Lima, Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia – DPE.

Convido o Excelentíssimo Senhor Thiago Alencar Pereira, Procurador-Geral do Estado de Rondônia – PGE.

Convido o Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Lagos, Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental – Sedam.

Convido também a Excelentíssima Senhora Érika Ferrão, Secretária Adjunta, Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de Rondônia – Seagri.

Convido a Doutora Izadora Rodrigues de Andrade, membro da Comissão de Meio Ambiente, neste ato representando a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rondônia – OAB.

Senhoras e senhores, nesse momento, o Excelentíssimo Senhor, Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia fará a abertura desta Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Invocando a proteção

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles
Divisão de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta essa Audiência Pública sobre o zoneamento socioeconômico-ecológico de Rondônia.

O SR. ADERALDO LOPES DE CARVALHO JUNIOR (Mestre de Cerimônias) - Estando a Mesa composta, eu convido a todos para, em posição de respeito, para aqueles que puderem ficar de pé, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro, composição de Francisco Manuel da Silva e Letra de Joaquim Osório Duque Estrada, e na sequência, o Hino "Céus de Rondônia", letra de Joaquim de Araújo Lima e música do doutor José de Mello e Silva.

(Execução dos Hinos)

Senhoras e senhores, todos podem-se assentar-se. Audiência Pública sobre os zoneamento socioeconômico-ecológico de Rondônia, uma proponente Excelentíssimo Deputado Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Queremos agradecer e registrar a presença do Senhor Hélio Dias de Souza, Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Rondônia.

Registramos também e agradecemos a presença do Excelentíssimo Senhor Doutor Gilberto Baptista, Superintendente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia.

Também registramos e agradecemos a presença do Senhor Adair Irber, Presidente da Associação ASPROMIN (Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas) Minas Novas.

Também registramos a presença da Senhora Jucilene Cavalli, Conselheira da Câmara Setorial da Carne do Estado de Rondônia.

Agradecemos e registramos também a presença do Senhor Mauro Santos, Procurador do Município de Ariquemes.

Também registramos a presença do Senhor Manuel Jamariqueli, Conselheiro Fiscal APRON (Associação dos Pecuáristas de Rondônia).

Registramos também a presença do Senhor Ivanir Gurgel Amaral, Diretor Financeiro da APRON.

Registramos também a presença do Excelentíssimo Senhor Fábio Garcia de Oliveira, o Netinho, Prefeito de Guajará-Mirim.

Também registramos a presença do Senhor Tenente-Coronel Bombeiro Militar Clívton Reis, representando o Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia.

Também registramos a presença do Senhor Idel Martins, Diretor-Executivo da Sepat.

Registramos também a presença do Senhor Geomário Leitão de Sena, Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia - COOGAM.

Também registramos a presença do Senhor Rafael Claros assessor jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Porto Velho, Catema Gestão Ambiental.

Registramos a presença do Senhor Diogo Martins, Diretor da Governança Climática da Sedam.

Também registramos a presença do Senhor Ubiratan Pereira, Engenheiro Florestal.

Registramos a presença do Senhor Rosemberg Pereira, Superintendente da Conab Rondônia.

Também registramos a presença do Excelentíssimo Senhor Giovan Damo, Prefeito do Município de Alta Floresta D'Oeste.

Registramos também a presença do Senhor Carlos Magno, ex-deputado federal da 54ª Legislatura.

Registramos também a presença do senhor Aparício Paixão Junior, Procurador Ambiental da PGE Rondônia.

Registramos a presença do Senhor Leonardo Miente, Presidente da APRUF (Associação dos Produtores rurais união e Força).

Registramos a presença do Senhor Victor Paiva, Diretor Executivo da APROSOJA (Associação dos Produtores de Soja e Milho).

Também registramos a presença do Senhor Gilton Carlos Oliveira, Assessor de Fiscalização do CREA Rondônia.

Registramos a presença do Senhor Rodrigo Soares, Analista Ambiental, representando o Instituto Renova.

Registramos a presença do Senhor Luiz Carlos Teodoro, pré-candidato ao Governo do Estado de Rondônia.

Registramos a presença do Senhor Jânio Lopes Souza, o Zoca, do Soldado da Borracha, PAF (Projeto de Assentamento Florestal) Jequitibá.

Registramos a presença do Senhor Paulo Haddad, Presidente da Fapero.

Também registramos a presença do Senhor Douglas Tiegs, Coordenador do Tesouro Estadual, da Sefin Rondônia.

Registramos a presença da Senhora Raica Esteves Xavier, Engenheira de Pesca do Ministério da Pesca e Agricultura.

Registramos a presença do Senhor Ricardo Francisco Machado, Presidente da Associação ASPRAFAM (Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar e Manejo Florestal da Linha 21 PAF Jequitibá), do Município de Candeias do Jamari.

Também registramos a presença do Senhor Márcio Alves Passos, Secretário Adjunto da Sefin.

Registramos também a presença do Senhor Claudemir Rodrigues Araújo, Chefe de Gabinete da Prefeitura de Machadinho do D'Oeste.

Registramos também a presença da Senhora Maria Dalva Freitas Medeiros, Presidente da Associação ASPRECAM (Associação dos Produtores Rurais e Extrativistas do Rio Castanha e Madeira do Abunã).

Registramos a presença do Senhor Gilberto Maciel da Costa, Diretor Institucional da CNN (Companhia Norte de Navegação).

Registramos a presença do Senhor Dhiony Costa, Diretor Executivo da APRON.

Também registramos a presença do Senhor Guilherme Erse, Chefe de Gabinete de Relações Institucionais da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Registramos a presença do Senhor Renan Maldonado, advogado rural.

Registramos também a presença da Senhora Áquila Barros, advogada, neste ato representando a Escola do Legislativo - ELERO.

Registramos também a presença do Excelentíssimo Senhor Alexandre Dias, Prefeito de Campo Novo de Rondônia.

Registramos também a presença do Senhor Jacó de Andrade, Vereador da Câmara de Novo Horizonte do Oeste.

Também registramos a presença do Senhor João Vitor Lopes, Vereador da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Oeste.

Também registramos a presença do Senhor Elizeu Candiotto, Secretário da ASPROMIR.

Registramos a presença do Senhor Hueriqui Charles Pereira, Secretário Executivo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - Sedam/RO.

Registramos também a presença do Senhor Francisco de Andrade, representando a Associação dos Produtores Rurais Soldado da Borracha.

Registramos a presença do Senhor Valdir Baltazar da Silva, Primeiro Secretário da Associação de Produtores Rurais do PAF Jequitibá - APRUCAJA.

Registramos a presença do Senhor Jorge Ferreira dos Santos, Vice-Presidente da Associação ASPRECAM (Associação dos Produtores Rurais e Extrativistas do Rio Castanha e Madeira do Abunã), área Umirizal.

E também registramos a presença do Vereador Joaquim Fernandes, da Câmara Municipal de Monte Negro.

E agradecemos a presença de toda a comunidade neste grande evento.

Retornamos a palavra ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia Deputado Estadual Alex Redano, para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Meus queridos amigos, um ótimo dia a todos. Quero cumprimentar aqui a Mesa composta, falar da alegria e honra de receber nosso ex-ministro Aldo Rebelo. É uma pessoa que tem uma visão profunda sobre os gargalos da nossa região amazônica e também soluções. Então, estamos muito honrados com a sua presença, com o seu apoio nesta pauta tão importante para nós.

Cumprimentar a Deputada Dr^a Taíssa, que é de uma região, ministro, de Guajará-Mirim, que 90% é reserva. Então, é algo que engessa a economia, 90%. Mais de 90%.

Cumprimentar aqui o Deputado Pedro Fernandes, que é da região de Cujubim, a região mais atingida por esses decretos.

Cumprimentar aqui o nosso grande líder, grande Deputado Cirone Deiró, do Município de Cacoal. Muito obrigado, Deputado Cirone.

Nosso Excelentíssimo Chefe da Casa Civil do Estado de Rondônia, nosso querido amigo Elias Rezende.

Cumprimentar a presença do nosso Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, Pablo Hernandez. E quero agradecer, Pablo. A sua presença aqui é de grande importância para debater sobre o zoneamento.

Agradecer ao meu amigo Victor Hugo, Defensor Público-Geral do Estado.

O nosso Procurador-Geral do Estado Thiago Alencar, que também é peça fundamental para o destravamento dessas questões, tanto do zoneamento como das áreas consideradas reservas.

O nosso Secretário Marco Antonio Lagos, Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - Sedam.

Quero também aqui cumprimentar o nosso amigo Hueriqui, que está muito antenado nessa pauta, tecnicamente muito preparado e pode contribuir muito.

A Érika Ferrão, representando aqui a Secretaria de Estado da Agricultura, nossa Secretária Adjunta.

E a Izadora Rodrigues, representando a OAB. A OAB sempre presente nas nossas audiências...

Aqui, Aldo, eu olhando, consigo nominar a maioria dos presentes. Nós temos aqui um público seletivo. Nós temos aqui líderes. Estou vendo ali a Dalva da ASPRECAM, que é do Umirizal, que é uma região atingida; estou vendo aqui meu grande amigo, o Procurador Mauro Santos; nosso Prefeito da cidade de Guajará-Mirim. É 90 e quantos por cento, prefeito?

O SR. FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA (Netinho) – É 92,8%.
(fora do microfone)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – É 92,8% da cidade, do município, é reserva. Como que desenvolve, não é? Gio Damo, nosso prefeito. Prefeito Alexandre, também é de uma região que enfrenta muita dificuldade nessa questão ambiental; meu amigo Cuiabano. Enfim, estou vendo aqui, eu conheço praticamente todos, e são, todos, pessoas que estão enfrentando no dia a dia essa grande insegurança jurídica.

Aqui, o objetivo é nós discutirmos profundamente sobre o zoneamento. O zoneamento é o que vai pautar o nosso futuro econômico. O zoneamento é que vai falar onde pode plantar, onde pode ter gado, onde é para ter floresta. E, e muitas de nossas lutas para regularizar as áreas que estão antropizadas. O zoneamento tem que vir de encontro com essa regularização. Então, é muito importante que dessa reunião aqui saia um documento dando essas diretrizes.

Quero aqui também... A importância de os pré-candidatos... Conversei aqui com o Deputado Cirone, que é nosso pré-candidato a vice-governador; mas todos os demais pré-candidatos a vice, a governo, assinarem esse compromisso de fazer um estudo nas áreas que ainda não têm, para que esse zoneamento possa contemplar principalmente a região norte do Estado. Nós estamos falando aqui do Jaquirana, de Minas Novas, Soldado da Borracha, Umirizal, toda a região da Penha.

Então, o Estado tem que ter um equilíbrio. E hoje, meus amigos, se nós não formos inteligentes, se nós não tivermos um olhar para o futuro, nós podemos engessar o futuro de Rondônia. Todos nós somos sabedores de que quem sustenta o nosso Estado é o homem do campo. Se nós não agirmos com inteligência, nós vamos diminuir a nossa produção. E nós precisamos que as pessoas tenham direito de produzir alimentos. Que o mundo tenha essa sustentabilidade alimentar. E aqui nós

somos um grande celeiro, Gio Damo. Agora, é preciso ter coragem. Se você não enfrentar os problemas, empurrar os problemas, sabe quando vai resolver esse problema? Nunca! Nunca! Então, essa reunião aqui é uma reunião para falarmos tecnicamente. Eu queria aqui até fazer uma dinâmica, porque aqui é importante também nós ouvirmos quem está lá na ponta, quem está lá na roça, enfrentando o dia a dia. Então, nós vamos passar a palavra para todos da Mesa e gostaria de sermos bem objetivos. Um tempo, lógico, em que se consiga passar a mensagem, mas vamos nos ater de 3 a 5 minutos na Mesa. Depois nós vamos ouvir a palestra do nosso eterno ministro Aldo Rebelo; e depois vamos abrir para as perguntas.

Querida aqui abusar, pedir uma cadeira a mais, que eu sei da importância, que eu sei que ele vai receber perguntas, convidar o Hueriqui também para compor aqui. Também uma outra cadeira, convidar o Aparício, que é o Procurador da Sedam. São pessoas que vão nortear essa questão do zoneamento.

Só para deixar todo mundo tranquilo, não tem nada pronto do zoneamento para votar agora. Eu recebi um monte de ligações: "Meu Deus do céu, vai votar o zoneamento?" Não. Essa reunião é justamente para quando vier o zoneamento, que ele esteja contemplando todas as regiões.

Quero, de público aqui, ele não está presente, mas quero parabenizar o Deputado Ismael Crispin. Ele não pôde estar presente, que ele já tinha uma agenda já acordada e não conseguiu desmarcar. O Deputado Crispin andou todo o Estado de Rondônia ouvindo os municípios, junto com a Deputada Dr^a Taíssa também. Então, quero enaltecer todos os deputados, Deputado Pedro, Deputado Cirone, que andaram o Estado de Rondônia ouvindo cada região, as particularidades de cada região. Obrigado, Aparício.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) - Presidente, pela ordem. Deputado Ismael Crispin.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Meu querido, me perdoe, eu não sabia que você estava on-line. Então eu concedo, concedo a palavra aqui para o nobre Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) - Acabei de entrar, eu só queria pedir assim para fazer questão do registro da minha presença nessa importante reunião provocada por Vossa Excelência. Eu vou acompanhar, parei aqui o compromisso que tinha, porque acho que essa é a pauta mais importante para o Estado de Rondônia. E no momento oportuno eu faço questão de me inscrever para o uso da fala. Esse momento é só para o registro da presença, Presidente. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Meu irmão, quero fazer justiça aqui, acabei de, por coincidência, acabei de mencionar o seu nome. Agradecer a todos os deputados que estão empenhados, mas falar que o Deputado

Crispin é um deputado que sempre está me ligando, sempre conversando, pedindo apoio para a questão do zoneamento. Então o meu reconhecimento, Deputado Crispin, pela sua luta, pela sua dedicação.

Vamos dar início aqui, eu vou passar aqui para a Mesa fazer as suas considerações, os cumprimentos. E vou começar aqui, antes de seguir com essa sequência regimental, eu vou passar para o Doutor Doca, que foi quem teve essa iniciativa, Doutor Denis. O Doca falou: "Olha, é importante fazer essa audiência para já termos os compromissos dos pré-candidatos, do futuro governador e também o compromisso da atual gestão de dar os encaminhamentos". Então, passo a palavra aqui para o Doutor Doca, que foi quem teve essa iniciativa.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Bom dia a todos os presentes. Em nome do ex-ministro Aldo Rebelo cumprimento toda a Mesa; do meu amigo Francisco, do Soldado, representando a Associação do Soldado da Borracha, cumprimento os demais presentes. Eu vou confessar, vou confessar que eu tinha uma expectativa maior da presença das pessoas, não posso negar. Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Estou aqui já apartando o Doutor Doca. Querida fazer um convite especial para compor a Mesa, muito honrado com a presença, nosso Deputado Federal Fernando Máximo e o nosso senador e pré-candidato ao Governo do Estado Marcos Rogério. Por favor, para compor a Mesa. Com a palavra, Doca.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Pois não, obrigado pela intervenção, deputado. Importante a presença dos pré-candidatos, porque eu, as pessoas nos perguntavam: "Mas, por que essa audiência? Nós estamos em um período pré-eleitoral. Por que razão ter uma Audiência Pública dessa grandeza de um tema, de um tema tão sensível?"

Eu explico que o gabinete do deputado continua em funcionamento, independente do período eleitoral ou não. E nós temos recebido praticamente que constantemente representantes dessas associações, porque o zoneamento de 2000 — olha que nós temos 26 anos —, o zoneamento de 2000 deixou algumas áreas, áreas com Títulos, áreas com escritura pública, áreas já destacadas do patrimônio da União, expedido Título do Incra, ou seja, propriedade já com registro em um zoneamento onde não se permite nada.

Então, nós temos 26 anos que os moradores dessas regiões enfrentam dificuldades da limitação dessas áreas de ou apenas o manejo florestal ou atividade de extrativismo. E sempre se cobrou nos zoneamentos futuros que fosse feita essa correção. Assim como nós temos a garantia do meio ambiente saudável para as futuras gerações, o direito à propriedade está consignado também na Constituição Federal. Então, ambos têm que caminhar junto, não em posições antagônicas.

E nós temos sido procurados, porque tem uma

preocupação de pessoas que sentem na pele o quanto foi nocivo para algumas regiões. O zoneamento é muito bom. Ele foi muito bom para algumas regiões e tem muita coisa boa na Lei 233, de 2000. Porém, algumas regiões ficaram prejudicadas e essas pessoas têm procurado o gabinete, porque não é segredo para ninguém, e aqui não é campanha contra ninguém, que têm sido realizadas Audiências Públicas para debater o zoneamento socioeconômico e ecológico do Estado.

Essa era uma proposta de um estudo de 2017. Uma empresa fez um estudo, mas veja que foi um estudo simplificado, não foi um estudo de aproximação. Era um estudo que não contemplou aproximação, não teve uma profundidade. E esse estudo que foi realizado pela empresa em 2017, é necessário dizer, que ele já enfrentou, como o Projeto de Lei Complementar 85, ingresso na Casa Legislativa.

E aí, nós temos que confessar a nossa imaturidade, a nossa ingenuidade, e aquele projeto daquele tempo de 2017, ou seja, há quase 10 anos que ingressou na Casa, os deputados, todos os deputados, parlamentares, líderes de associações de regiões, alcançadas pela proposta do novo Zoneamento de Gestão Ambiental, a Assembleia Legislativa desfigurou o projeto originário.

Nós temos que nos render, que foi ruim, o Deputado Redano teve culpa, o Deputado Pedro teve culpa, por quê? Não, o deputado Pedro não estava à época, não é Deputado Pedro? Não estava à época, desculpe. Mas foi na boa fé de tentar socorrer as pessoas e não é assim que funciona.

Nós precisamos do estudo técnico de uma fundação legal. Há pouco, na antessala, antes de ingressar aqui, eu conversava com o representante do Ministério Público. Nós precisamos sentar à Mesa com o Ministério Público e com todos, evidentemente, que poderíamos ter posições divergentes de defesa, tanto da conservação quanto da produção, mas esse estudo precisa ser uma coisa séria que espelhe a realidade.

Então, qual foi o medo dessas pessoas que procuraram o gabinete do Deputado Redano? "Deputado, é ano político." Vez ou outra esse Projeto de Lei, que já debatido pelo PLC Projeto de lei Complementar 85, ser reeditado e por ser um ano político, colocar na pauta e ser aprovado. E as distorções que nós temos lá, pretéritas, como essas que eu acabei de elencar, são áreas tituladas com registro público no Cartório de Imóveis, e com base no zoneamento 2, criaram - eu vou elencar aqui o exemplo do Soldado da Borracha.

Toda a área zona 2 foi feita unidade de conservação? Não. Mas ainda, mais uma parcela, o Soldado da Borracha, salvo engano, é o quê? São 180 mil hectares? São 180 mil hectares. Mas nós temos ali uma área destacada da União com mais de 1.400 parcelas, o Jaquirana, não é? É tudo área 2. E para virar unidade de conservação, senhores, é um estalar de dedos, porque é um ato unilateral do governo.

Nós instauramos uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) aqui, que durou 2 anos, o trabalho para desnudar toda a verdade sobre isso. Nós não

encontramos um estudo técnico que antecede, que a Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) prevê. A Lei do SNUC prevê um estudo para criar unidade de conservação.

Ouvimos o chefe, o chefe da unidade de conservação, o Diretor Denison Trindade foi taxativo. Ele disse: "Não, o estudo está lá no zoneamento". Ora, o zoneamento é de 2000, um estudo com uma aproximação de 1:215.000, 1:250.000. Quer dizer, não espere a realidade.

Como é que eu faço um zoneamento? Nós, nos outros trabalhos da Comissão, perguntamos ao representante do Incra que esteve aqui na Casa. O Incra faz parte ou prestou alguma informação à Comissão de zoneamento de 2000, que fez o zoneamento de 2000? Não, o Incra não prestou.

Eu não posso ter um zoneamento sem considerar a questão de regularização fundiária, as propriedades existentes, as glebas já em movimento, esse pessoal aí da situação lá do Umirizal. O processo deles de regularização fundiária estava concluso, já com a expedição de alguns Títulos.

Por razões ou outras que nós não vamos nos estender aqui, foi suspensa a regularização. Quer dizer, era uma área, uma gleba do Incra que passou por todo um processo e foi suspensa. E aí nós temos que ouvir algumas vezes, algumas manifestações. Deputado, estou me estendendo um pouquinho, mas é da questão técnica, e eu já concluo para não adentrar.

Então, o que aconteceu? Todas essas áreas que estão na zona 2 seguramente vão virar unidade de conservação no futuro, porque aí o governo não dá conta de segurar, o Parlamento não dá conta de segurar, porque as forças de cima vêm e viram unidade de conservação.

"Mas vocês estão contra a preservação do ambiente?" Claro que não. Evidentemente que não.

Apenas para exemplificar aqui o Soldado da Borracha: a sua área estava protegida em mais de 60 ou 70% pela exploração dos manejos florestais, ou seja, o dever de cuidado do proprietário estava lá.

E o nosso Código Florestal, que é praticamente imutável, também protegia aquilo que não foi feito até 2008. Nós só temos 20% para utilizar; 80%, necessariamente, é reserva legal, só a título de exemplo. Então, já estava.

O Estado criou uma unidade e tudo veio ao chão, porque a insegurança jurídica que se lançou sobre isso. "Olha, eu tenho uma propriedade há 30 anos, com Título de expedido em 1982, e alguém vem e toma de mim e não me indeniza?" O Estado fez isso. E a consequência disso nós temos. Atribuem ao zoneamento.

A técnica pode exibir uma imagem aqui, deputado? Por favor, exibe a imagem do chefe da CUC (Coordenadoria de Unidade de Conservação), que, à época da apuração da CPI que nós fizemos, apresentou a justificativa para a não existência dos estudos técnicos.

(Apresentação de vídeo)

Como os senhores viram, a base legal, porque não tinha o estudo técnico no que exige. Dentro do processo não tem. E os que têm são apócrifos e sem assinatura.

Esteve aqui o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e disse: "Esse engenheiro não tem ART, não tem." (ART: Anotação de Responsabilidade Técnica) Então, tudo isso foi desnudado. Mas a base seria o zoneamento. Como é que eu posso criar uma unidade de conservação em uma área titulada, escriturada, com base num estudo de 2000, 18 anos depois? Eu não posso.

Então, é preciso dar às pessoas que não estão presentes, ou, ainda bem que tem várias lideranças, para saber a seriedade com que tem que se tratar a lei do zoneamento. Deputado, para não me alongar, se tivéssemos começado no horário, eu teria um tanto mais a explicar de ordem técnica, mas seriam essas as considerações a ser debatida.

O que se busca aqui é o quê? Nós convidamos aqui todos os pré-candidatos a governadores. Sabemos que o Governo do Estado hoje não tem um orçamento para implementar os estudos necessários, um estudo que, de fato, traga segurança jurídica para o produtor, para o meio ambiente. Nós sabemos que não.

Mas nós podemos ter o movimento de um compromisso. Por exemplo, o Estado está aqui representado pela Casa Civil. Que o Plano Plurianual dos quatro anos subsequentes já esteja consignado nesse plano justamente esse investimento para os estudos do zoneamento sério.

E consignar também, com os pré-candidatos aqui presentes, o compromisso de não entrar amanhã e, sob pressão, mandar um projeto, um estudo pífio. Eu vou dizer pífio o estudo de 2000, porque é um estudo que não considera a regularização fundiária do seu Estado. Para mim, é um estudo capenga, usa muleta tais quais as minhas. Estou certo ou não, deputado?

Então deputado, seriam essas as minhas considerações e eu passo a palavra. Muito Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vamos agora à fala da Mesa.

Começo aqui convidando o senhor Hueriqui, Secretário-Executivo da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Ambiental, com a palavra.

Eu vou pedir para todos na Mesa serem breves, porque depois já temos a palestra do nosso ministro Aldo Rebelo e, depois, vamos passar também para as perguntas do público em geral.

Então, só pedir para que todos da Mesa sejam objetivos. Com a palavra, Hueriqui.

O SR. HUERIQUEI CHARLES LOPES PEREIRA – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui nesta audiência, para fazer essa discussão. Presidente, em seu nome e em nome do ministro aqui presente e das demais autoridades, agradeço esse convite.

Tratar de zoneamento é tratar da evolução do nosso Estado, da economia, da ecologia, socioeconomia. Nós participamos ativamente sempre que demandados por esta Casa, dentro das Audiências Públicas, nas discussões técnicas.

E eu estou feliz aqui no início com as palavras, tanto do nosso Presidente quanto do Doca, em relação a esse posicionamento de, realmente, tratarmos essa ferramenta de gestão com essa seriedade. Realmente, realizar os estudos necessários que vão trazer as evidências técnicas e científicas, que vai trazer a clareza para a discussão e debate de uma edição de uma nova lei, uma terceira aproximação.

Então, quero agradecer esse convite. Presidente, eu estou aplaudindo o senhor por essa iniciativa. Grato.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Hueriqui. Convido a nossa representante da OAB, Izadora Rodrigues, por favor, com a palavra.

A SRA. IZADORA RODRIGUES DE ANDRADE - Bom dia a todas as pessoas presentes. Sou Izadora Andrade, represento, nesse momento, a OAB Rondônia. Em nome do nosso Presidente Doutor Márcio Nogueira, quero saudar o Presidente Alex Redano por esta Casa de Leis, por essa iniciativa imprescindível para o Estado de Rondônia.

Saúdo também aqui o ex-ministro Aldo Rebelo, pela atenção e sempre dedicação às pautas aqui do Estado de Rondônia.

Estendo também minhas saudações aos representantes do Estado: o senhor Elias Rezende e Doutor Marco Antonio, meu máximo respeito. Sempre aprendo muito com todos os senhores e as vossas expertises.

Quero saudar também, em nome da população que está aqui, a professora Jucilene, produtora da Ponta do Abunã, sempre muito bem envolvida nas questões que envolvem sustentabilidade, agronegócio, produção. E, justamente pelos senhores que nós estamos aqui. O zoneamento é um instrumento tanto de ordenamento territorial, mas também é um instrumento de cidadania, que a partir dele, a partir das vocações dos territórios é que vocês nos vão dizer para onde o caminho que esse instrumento tem que andar. Ele não é um instrumento que tem que ser estático, ele é um instrumento dinâmico. E nisso a OAB sempre se coloca à disposição para colaborar com esta Casa de Leis e com as demais entidades no que for, justamente, para compatibilizar esse tão importante instrumento que é o zoneamento socioeconômico e ecológico do Estado de Rondônia. Para que possamos fazer uma Rondônia mais justa e equilibrada e que contemple todos os usos do solo de uma maneira que as pessoas se sintam ali, realmente, pertencentes, reconhecidas e prósperas. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente)- Obrigado, Izadora. Convido Érika Ferrão, Secretária Adjunta de Agricultura do Estado.

A SRA. ÉRIKA APARECIDA DE ALMEIDA BASQUES FERRÃO - Bom dia a todos. Quero cumprimentar, neste momento, o Presidente desta Casa, o Deputado Alex Redano. Em seu nome, deputado, cumprimento todas as autoridades presentes e lideranças que se fazem aqui

nesta manhã.

Quero saudar o ex-ministro Senhor Aldo, que engrandece este momento.

Trago aqui os cumprimentos do nosso Governador Coronel Marcos Rocha. Trago também um abraço do Secretário de Estado da Agricultura, Luiz Paulo, o qual tenho a honra de representar nesta solenidade.

Quero também deixar que a Secretaria de Estado da Agricultura está de portas abertas para o diálogo, para este momento construtivo e, dentro de suas possibilidades, poder contribuir. Parabéns, Presidente, por este momento. Agradeço a presença de todos. Fiquem com Deus e obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente)- Obrigado, Érika. Convido para o uso da palavra o Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, Marco Antonio Lagos.

O SR. MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS - Bom dia a todos. Deputado Alex Redano, em teu nome, cumprimento a todos os membros desta Mesa. Ansioso para ouvir as belas palavras do ex-ministro Aldo Rebelo, pessoa que admiro tanto. E dizer que a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental está, como sempre esteve, de braços abertos a essas discussões. Nós estamos prontos para iniciarmos os debates e estudos para a aproximação do zoneamento.

Os estudos realizados em 2017, como disse o amigo Doca, além de não serem aptos a uma aproximação e sim uma atualização - que é muito menos de uma aproximação -, eles já estão 10 anos desatualizados. Então, hoje não condizem mais.

Tem que ser feito um novo estudo e um estudo mais profundo, mais completo, socioeconômico-ecológico. As três pontas bem colocadas para que seja um estudo justo, que traga justiça à população, ao homem do campo e ao meio ambiente. Temos três lados bem olhados, bem estudados, trazendo justiça a todos.

A Secretaria e o Governo do Estado de Rondônia estão de braços abertos e vamos para os debates. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Doutor Marco Antonio Lagos. Convido para uso da fala o Procurador Ambiental, da Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia, meu querido amigo, Aparício Paixão. E nosso grande atleta do motocross.

O SR. APARÍCIO PAIXÃO RIBEIRO JÚNIOR – É isso aí. Bom dia, Presidente. Bom dia a todos. Cumprimentar o nosso ministro Aldo Rebelo e todos da Mesa.

Cumprimentar a classe produtiva que se encontra aqui, muitos rostos aqui conhecidos, dizer que a Procuradoria Ambiental é sensível à causa no Estado de Rondônia, aos produtores.

A gente tem tentado buscar o diálogo sempre. A gente não está fora desse debate, a gente sabe o que está sofrendo aqui: comércio eletrônico, reforma tributária, e

as dificuldades que nós temos no Estado de Rondônia. A gente é sensível a isso. Nós temos que levar essa pauta ao nosso gabinete, ao Procurador-Geral, que tem buscado sempre, sempre, o diálogo com a classe produtiva.

Estamos à disposição para sempre ouvir os senhores e apresentar o melhor para o Estado de Rondônia.

Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Aparício Paixão. Convido para o uso da fala o Procurador-Geral do Estado de Rondônia, o Excelentíssimo Senhor Thiago Alencar.

O SR. THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA – Bom dia a todos e a todas. Agradecer ao Presidente Deputado Alex Redano, pelo convite, o gentil convite de estar aqui com todos vocês. Serei breve.

Apenas para parabenizar pela possibilidade de oitiva de todos os produtores, pela possibilidade de trazer o ministro aqui para nos brindar com toda a sua sabedoria, todo o seu conhecimento de tantos anos no Parlamento e no governo federal, podendo trazer aqui para a gente ensinamentos fundamentais para que a gente consiga avançar nessa pauta ambiental e de regularizações fundiárias aqui no Estado de Rondônia.

Presidente, nós estivemos recentemente em Cuiabá, com algumas agendas também do Supremo Tribunal Federal, e é indiscutível que a pauta ambiental na região Norte precisa ser resolvida.

Nós temos questões relacionadas à mineração em áreas indígenas, temos questões relacionadas às regularizações e à produção de agricultura e pecuária no Estado. E com a reforma tributária é ainda mais urgente que nós discutamos essa matéria, porque, pelos cálculos, Rondônia em tese perde R\$ 1 bilhão com a reforma tributária.

Isso significa que nós precisamos fortalecer a economia rondoniense com o homem do campo, que é o maior produtor de receita do Estado, juntamente com o setor industrial também no nosso Estado de Rondônia.

Então, parabenizo Vossa Excelência, todos os deputados, em nome do Governador Marcos Rocha, que sempre se fez presente e à disposição para ajudar, diversas vezes já tivemos reuniões para tentar resolver as pautas.

Parabenizo pela iniciativa. A Procuradoria-Geral do Estado está sempre à disposição para que nós possamos buscar soluções que permitam que a economia seja sustentável juntamente com o desenvolvimento ambiental.

Obrigado. Deus abençoe a todos nós.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado.

Convido para o uso da fala o Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia, Doutor Victor Hugo.

O SR. VICTOR HUGO DE SOUZA LIMA – Bom dia a todos. Gostaria também de cumprimentar aqui o nosso Presidente, o Deputado Estadual Alex Redano, e também compartilhando aqui da celeridade do evento,

cumprimentar a nossa Mesa, brilhante Mesa, aqui na pessoa do nosso Presidente.

Dizer que para a Defensoria Pública é uma grande satisfação poder participar dessa Audiência Pública, com uma discussão tão importante do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE), que, sem sombra de dúvida, é um dos documentos mais importantes para o futuro do nosso Estado. E, também, sem nenhuma dúvida, tem como característica principal a complexidade. Complexidade que já foi retratada nas falas anteriores e que traz esse desafio de retratar nesse estudo as condições não só territoriais, critérios técnicos; mas, também, sobretudo, colocar na centralidade desse estudo as pessoas envolvidas. As famílias, os produtores, pessoas que, inclusive, se encontram em situação de vulnerabilidade e que são frequentemente atendidas pela Defensoria Pública nas inúmeras demandas que chegam à nossa instituição.

E, nesse sentido, é importante ter em mente que é necessário alcançar um equilíbrio entre a proteção ambiental, o desenvolvimento econômico e a justiça social, que são fundamentos da nossa Constituição Federal, que são de suma importância para o Estado Democrático de Direito.

Então, a Defensoria Pública se coloca aqui à disposição para contribuir com toda essa discussão, que deve ser a mais ampla possível, transparente. E que a nossa Assembleia Legislativa já vem fazendo com muita participação popular para que esse estudo, para que essa discussão, na verdade, que é muito mais ampla que o estudo, seja com essa característica, com a participação de todos os envolvidos e trazendo, portanto, mais legitimação às discussões.

Muito obrigado e nos colocamos aqui, Presidente, à disposição sempre. Até mais.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado. Convido, neste momento, o Promotor de Justiça do Ministério Público de Rondônia, o Excelentíssimo Senhor Pablo Hernandez Viscardi. E aí, falar da importância da sua presença nesse evento. Nosso muito obrigado. E com a palavra o senhor Pablo.

O SR. PABLO HERNANDEZ VISCARDI - Bom dia a todas e todos. É um enorme prazer estar aqui em um evento dessa magnitude, que vai debater um tema tão importante, tão caro para a sociedade rondoniense, para o Ministério Público, para todas as instituições de Justiça e para o Estado como um todo.

Eu gostaria de pedir licença ao Presidente Deputado Alex Redano para cumprimentar a Mesa na pessoa da Ilustríssima Deputada Dr^a Taíssa, que traz o brilhantismo feminino para a Mesa; para também a representante da OAB, a Doutora Izadora Rodrigues de Andrade, na pessoa das quais saúdo todos os integrantes desse dispositivo, importantíssimo dispositivo.

Saudar todos os presentes, também, na pessoa do senhor Francisco, com quem já dialoguei muito, nosso

Presidente da Associação dos Produtores, da Associação dos Soldados da Borracha.

É, nós temos uma enorme responsabilidade, Presidente Alex Redano. Hoje nós estamos dando o primeiro passo para uma discussão muito complexa, mas importantíssima, que é iniciar a reaproximação do nosso zoneamento socioeconômico-ecológico, que nada mais traz do que a importantíssima baliza de onde o Estado de Rondônia pode ir, pode explorar, pode usar, e quais as melhores formas e usos adequados dessa exploração. Muito já foi feito. Às vezes, o muito que foi feito, talvez por situações equivocadas, por atropelos, por ingerências políticas indevidas, que às vezes maculam o processo e trazem eventuais inconstitucionalidades futuras, que só geram insegurança e insatisfação da população.

Por isso, importantíssimo aqui, e agradeço imensamente o convite desta digna Casa de Leis, representantes do povo, em chamar o Ministério Público para participar desde o início dessas discussões. E como já conversei muito com o deputado e amigo Cirone Deiró, nós não necessariamente precisamos concordar com tudo, mas acima, tendo um debate, um diálogo franco, honesto e respeitoso, nós conseguimos progredir, sobretudo em um tema importantíssimo.

O Ministério Público de Rondônia, que hoje tem a missão de ocupar essa tribuna representando, traz à lume aqui esse debate que, para nós, não é só apenas administrativo, político ou legislativo. Para nós, é um debate sobre o futuro do nosso território e a sobrevivência do nosso patrimônio, não só humano, mas ambiental. Para nós, o zoneamento socioeconômico-ecológico é a bússola que deve guiar o desenvolvimento de Rondônia.

O Ministério Público, então, reafirma hoje, como sempre reafirmou, qualquer revisão desse instrumento, por conta da sua importância, por conta das balizas legais, por conta do denso conteúdo que ele tem que trazer, ele deve ser obrigatoriamente pautado em critérios técnicos e científicos. É isso que nós buscamos hoje, é esse o compromisso que nós temos que ter dentro desta Casa de Leis.

Nós não podemos permitir que decisões tão importantes como essa, que vai debater sobre o uso do nosso solo, sejam tomadas ao sabor de conveniências, que às vezes podem ser políticas, momentâneas, ou pressões que ignorem a fragilidade do nosso povo, da nossa comunidade e do nosso solo. Tudo isso precisa ser debatido de forma conjunta.

A ciência não pode ser entendida como um entrave, mas como única garantia de que o progresso de hoje não se tornará a escassez de amanhã. Nós também nos preocupamos com a falta de água, com o regime de seca, com a escassez que eu, de pequeno, nunca imaginei fosse vivenciar na Amazônia Legal, tamanho é o nosso compromisso também.

Em 2024, nós assistimos, e todos nós assistimos, aliás, o Brasil inteiro assistiu, pois foi muito propagado, não só no Brasil, mas no mundo, que o nosso rio Madeira, caudaloso, magnífico, secou em determinadas regiões.

Nesse contexto, então, o Ministério Público destaca que o

desenvolvimento sustentável não é um conceito abstrato. Aliás, desenvolvimento, nobre Deputado Alex Redano, não é crescimento. Crescimento pode acontecer a torto e a direito, e o crescimento nem sempre é benéfico.

E um dos maiores exemplos que eu costumo dar quando eu falo sobre crescimento é que o câncer é uma forma estrondosa de crescimento. Mas, ele mata, porque ele cresce de forma indevida, porque ele cresce de uma forma que não deveria crescer, e mata o seu hospedeiro, que é o ser humano.

Por isso, as nossas balizas precisam sempre estar junto com crescimento e limites, barreiras, barreiras ambientais, barreiras que nos trazem a irreversibilidade ou o ponto de não retorno que a ciência nos traz no que toca a questão da tutela ambiental.

Crescimento não é desenvolvimento. O desenvolvimento é sustentável. Crescimento a torto e a direito, não, porque ele pode, inclusive, nos suicidar, pode nos matar tal qual o câncer.

É preciso que todos nessa sala, a nosso ver, compreendam a magnitude também do setor produtivo de Rondônia. Eu fiz uma pesquisa, e eu não quero aqui, de forma alguma, adentrar na brilhantíssima palestra que vai ser dada pelo nosso eterno ministro Aldo Rebelo, que tem muito mais competência do que eu para falar sobre o tema. Mas eu posso afirmar que no Brasil a agricultura familiar, que muitos representam aqui hoje, é a oitava maior produtora de alimentos do planeta. Ela ocupa cerca de 67% da mão de obra rural e é responsável pela base da segurança alimentar que chega à mesa de cada brasileiro.

Em Rondônia, esse cenário é ainda mais expressivo. E aí eu louvo aqui, reverencio todos os pequenos e médios produtores rurais do Estado de Rondônia, sobretudo a agricultura familiar, porque mais de 60% das nossas propriedades, de acordo com a base de dados que eu pesquisei, são classificadas como agricultura familiar. São esses produtores, Doutor Thiago, que sustentam a economia de 90% dos nossos municípios, os pequenos produtores, os produtores rurais que vivem da agricultura familiar.

Por isso a gente entende e, obviamente, compreende e tutela a importância desse setor econômico. Mas nós aqui precisamos ser muito honestos, e estamos diante de uma Audiência Pública, Deputado Cirone. Quando nós falamos, iniciamos e startamos uma revisão de zoneamento, uma Audiência Pública. Essa Audiência Pública deve necessariamente contar com ampla participação popular. E a ampla participação popular, aqui é importante destacar também os povos e as comunidades tradicionais.

Eu não sei se tem representante deles aqui hoje, mas se nós quisermos ter um debate público horizontal e dialógico, eles precisam participar desse debate conosco, e o Ministério Público, preciso ser honesto, vai tutelar para que isso aconteça também. Porque o produto final que nós vamos entregar aqui, que nós estamos startando, é nada mais, nada além do que, com base em critérios técnicos e científicos, dar a resposta que

o Estado pretende para o crescimento futuro da nossa Rondônia.

E Rondônia é formada, sim, por grandes proprietários rurais, por agricultura familiar, por pequenos produtores que são a mola propulsora econômica do nosso Estado, mas também por comunidades e povos indígenas, comunidades e povos tradicionais que têm um significado gigantesco para a história de Rondônia. Tutelar, então, o produtor, notadamente o pequeno, e as comunidades tradicionais, significa garantir que todos, todos têm acesso aos serviços ecossistêmicos que também a floresta em pé pode oferecer.

Manter a floresta preservada, por sua vez, não é uma oposição ao desenvolvimento sustentável, mas é um ato de inteligência econômica. Muitos municípios têm grande parte formados por unidades de conservação; por outro lado, como uma gratificação, como um bônus, há o ICMS ecológico também, que muitos desses municípios recebem, muitos. E a quantidade de dinheiro não é pouca. Então, há uma contrapartida.

Nós precisamos casar, nós precisamos juntar todas essas informações e trazer tudo isso para o debate. Porque é a floresta em pé, é a preservação também, junto com o desenvolvimento, que garante o regime de chuvas. E o regime de chuvas é essencial para um plantio sadio e para uma plantação eficaz e eficiente.

Finalizo aqui dizendo que, no Ministério Público, Rondônia não precisa escolher entre produzir e preservar. Essa dicotomia é inexistente. Não há essa divisão: produzir e preservar. O que precisa é de união, produzir até onde se pode produzir, dentro dos limites que a natureza, com a sua resiliência, possa regenerar e entregar, por sua vez, a bonança que ela sempre entregou para o produtor rural. O produtor rural, sem um meio ambiente sadio, não produz. E o Estado, sem o produtor rural, não gera economia, não se sustenta. Então essa discussão, essa divisão é inexistente.

Termino falando que nós estaremos do lado da ciência, dos produtores, dos povos tradicionais, mas acima de tudo, deputados, da defesa intransigente da legalidade, da segurança jurídica e ambiental. Há que se ter essa junção. Nós rogamos que essa discussão seja um marco de maturidade para o nosso Estado, onde todas essas discussões estejam presentes e sejam debatidas, onde a técnica sempre prevaleça sobre o interesse particular, sempre preservando as nossas leis e o bem comum de todos os rondonienses. Obrigado a todos e todas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Só para justificar, confirmei com o Cerimonial: foi enviado convite para as comunidades também quilombolas e para todos os extrativistas.

Próximo convidado para uso da fala, Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de Rondônia, nosso querido amigo Elias Rezende.

Estava comentando aqui para o Aldo e para o Doca: está toda a cúpula aqui, hein? Aqui, se tiver uma decisão, já está todo mundo para assinar.

Elias Rezende, com a palavra.

O SR. ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA - Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos. É sempre uma satisfação estarmos aqui falando de um tema tão moderno e tão necessário no nosso Estado de Rondônia.

Na pessoa do Presidente Alex Redano, quero pedir vênia para cumprimentar todos que compõem aqui o dispositivo, para ganharmos tempos. Não quero nominá-los, já que foi assim feito pelo cerimonial.

Dizer que esse tema, para o governo, é um tema importante e, como já foi dito aqui, ele foi enfrentado em outros momentos. Rondônia entende, o Governo do Estado de Rondônia entende, que o futuro do nosso Estado ele exige, sim, um zoneamento socioeconômico e ecológico moderno, responsável juridicamente falando e compatível com a realidade no Estado de Rondônia, que é um Estado que vem produzindo, preservando e continua crescendo.

Então, o compromisso do Governo do Coronel Marcos Rocha foi encaminhar para esta Casa o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico.

O Governo do Confúcio Moura contratou os estudos em 2017, mas ele não quis enfrentar o problema. Depois veio o Governo Daniel Pereira, que também não quis enfrentar o problema. Ficaram lá os estudos. E nós enfrentamos esse problema.

Eu, então, como Secretário de Meio Ambiente, reuni todos o setor produtivo, discutimos exaustivamente esse projeto e, com esse compromisso de preservar o crescimento do Estado de Rondônia de forma responsável, nós, depois de atento às alterações, e aqui eu vejo alguns prefeitos, o Prefeito Netinho, de Guajará-Mirim, que teve muitas contribuições naquela época; o Prefeito Gil Damo, de Alta Floresta, que é a região do Baixão, que foi amplamente discutido dentro desse zoneamento; o Prefeito Alexandre, que está ali no meio, de um corredor de zona de amortecimento de terra indígena e de parque estadual; enfim, Machadinho D'Oeste, que está aqui o nosso representante e convive lá com 17 reservas no entorno daquele município; o Deputado Pedro Fernandes, que vive um dilema lá no Município de Cujubim, com as reservas em bloco e reserva praticamente dentro da cidade.

Então, nós tivemos esse Projeto de Lei Complementar nº 85 encaminhado aqui para a Casa e, como foi dito aqui já nessa Mesa, sofremos uma declaração de inconstitucionalidade porque houve as alterações sem obedecer ao devido critério técnico. Como já foi dito aqui.

Então, Rondônia, como o Promotor falou aqui, e eu acho isso mesmo, não precisa escolher entre preservar e produzir. O zoneamento existe exatamente para isso. Essa peça vem para garantir que nós possamos fazer as duas coisas com responsabilidade, segurança jurídica e uma visão de futuro. É isso que nós temos que enxergar. E, no caso de Rondônia, essa terceira aproximação do zoneamento socioeconômico e ecológico não é simplesmente uma alteração legislativa. Não podemos encarar isso simplesmente como trazer um Projeto de

Lei, colocá-lo aqui na Casa, fazer emendas, votá-los e aprovarmos. Não é isso.

Ele precisa seguir um critério e um rito técnico, jurídico e participativo robusto, especialmente porque aquela tentativa anterior nossa, no Projeto de Lei Complementar nº 85, foi declarada inconstitucional porque não obedeceu a esses critérios.

E eu lembro da construção de tudo isso. Nós nos envolvemos, inclusive com o Ministério Público. A então Promotora de Justiça, que estava à frente da Promotoria Ambiental, Dra. Aídee, conversava muito com a gente, e nós trabalhamos para que chegasse a esta Casa esse Projeto de Lei que tanto nós esperamos há tantos anos.

E nós sabemos também, senhoras e senhores, e é preciso dizer isso aqui, que hoje não há qualquer interesse em fazer um projeto de zoneamento socioeconômico e ecológico passar dentro do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

Nós tínhamos uma oportunidade naquele momento, Prefeito Gio, de aprová-lo naquele CONAMA, com aquele desenho que se tinha. Nós saímos de mais de 100 membros do CONAMA para 26 representantes dentro do CONAMA.

O CONAMA hoje voltou à sua integralidade, como era anteriormente, e lá já diz que zoneamento não vai ser pautado.

Então, por mais que nós aprovamos um Projeto de Lei aqui hoje, mandamos para lá, ele vai ficar lá parado. E, depois disso, ainda temos um decreto presidencial que precisa cancelar esse zoneamento.

Então, nós precisamos entender todo o processo do zoneamento para que nós consigamos vencer esse obstáculo. E o Estado, por mais que nós quiséssemos ter um zoneamento socioeconômico e ecológico aprovado, e foi encaminhado para essa Casa de Leis esse projeto, porque nós entendíamos que naquele momento atendia à expectativa do setor produtivo, atendia à expectativa do povo rondoniense. Poderia não ser o melhor, mas nós teríamos já algo que pudesse trazer um benefício para o nosso setor produtivo.

Vejo aqui a representação da Aprosoja, que participou efetivamente das discussões com a gente. Nós fomos em campo. A região do Cone Sul, nós sabemos que a redenção daquela região depende desse zoneamento.

Então, nós precisamos tratar isso aqui com a seriedade que se requer, e o Estado tem feito isso. Tanto que esses novos estudos que precisam ser feitos, e é a exigência do decreto federal, nós temos que seguir, senão não passa esse zoneamento. Não adianta aprovarmos uma lei de zoneamento de qualquer forma aqui, porque ele não vai passar no CONAMA e também não vai passar pelo crivo presidencial.

Então, esses estudos, a contratação disso hoje, está mencionada nas peças orçamentárias do Governo do Estado, para que possa acontecer na sequência. Sabemos que é um estudo caro, sabemos que é um estudo demorado, mas é necessário. Nós perdemos uma oportunidade de termos um zoneamento aprovado

e, naquele momento, ele estaria chancelado tanto pelo CONAMA como pelo então Presidente da República, e nós estaríamos em outra discussão aqui nesse momento. Mas dizer para vocês que o compromisso do Estado de Rondônia com esse projeto, segue firme. Da mesma forma que nós enfrentamos aqui no Projeto de Lei Complementar 85, e ele veio para esta Casa. O Governador Marcos Rocha foi lá e fez, e chegou nesta Casa. E nós não tivemos o êxito. Mas nós vamos continuar nesse mesmo critério, juntamente com os nossos parlamentares que têm o interesse também. Nós entendemos. Nós entendemos o anseio de querer colocar, por exemplo, o Rio Pardo dentro do projeto. Rio Pardo só se resolve em lei federal, porque Rio Pardo foi criado dentro de uma lei federal. Não adianta, que uma lei estadual não vai mudar a natureza de Rio Pardo. Nós precisamos entender essa parte dos processos, para que nós não falemos coisas aqui que é só para agradar aos ouvidos, mas não vai ter efetividade nenhuma. Então, a responsabilidade da Sedam é muito grande em relação a isso, e a responsabilidade desta Casa é muito grande em relação a esse projeto. E eu tenho certeza que, amadurecidos que estamos, esse projeto vai caminhar com aquilo que requer, com a técnica necessária, porque nós temos, em linhas gerais, um caminho a ser seguido para o zoneamento ser aprovado. Muito obrigado. Que esse evento, Presidente, o senhor está de parabéns, principalmente pelo brilhantismo que o senhor traz aqui hoje, do nosso palestrante, o ex-ministro Aldo, que é um tremendo conhecedor dessa causa, e eu tenho certeza que vai contribuir muito aqui para o Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Elias. Convido neste momento, meu amigo, nosso Deputado Federal e também pré-candidato ao Senado, Fernando Máximo, com a palavra. Antes, quero aqui registrar a presença do nobre Deputado Delegado Camargo. Muito obrigado pela presença, meu irmão. Também os demais pré-candidatos ao governo que estejam presentes, já comunicar ao Cerimonial que nós vamos dar a oportunidade para todos pré-candidatos que estejam presentes para se manifestarem também. Com a palavra neste momento, o Deputado Federal Fernando Máximo.

O SR. FERNANDO MÁXIMO – Bom dia, senhoras e senhores. Ontem eu protocolei um Projeto de Decreto Legislativo na Câmara dos Deputados, porque o Governo Federal criou um decreto de mais uma área indígena em Parecis, Corumbiara, Chupinguaia e Pimenteiras do Oeste. São 7.638 hectares, o equivalente a 10.700 campos de futebol. Rio Tanaru, povos indígenas. E o único indígena que tinha naquela área morreu. São 10.700 campos de futebol na última quinta-feira, dia 11, decreto do governo federal, nenhum índio na região, prejudicando nossos produtores.

Ontem eu protocolei um Projeto de Decreto Legislativo para derrubar, e graças a Deus, ontem à noite, na Câmara dos Deputados, nós conseguimos aprovar a urgência de um Projeto de Decreto Legislativo lá de Santa Catarina, que o governo federal também criou uma área indígena. E nós protocolamos a urgência e conseguimos aprovar a urgência de um Projeto de Decreto Legislativo para derrubar esse decreto de Santa Catarina.

Então pode ser um caminho para nós aqui em Rondônia também derrubarmos esse decreto. O que eu estou mostrando para vocês é que essa área indígena lá do Cone Sul talvez não tenha relação com nenhum de vocês aqui. Mas a história vai se repetindo. A história vai se repetindo e o produtor sendo prejudicado cada vez mais. A Europa está com uma onda agora de que: "Ah, não pode comprar carne de tal região da Amazônia, porque é de região que foi desmatada". Se vocês procurarem nos sites do governo federal, 19% da floresta amazônica está desmatada, 81% dela está preservada. Mas não pode comprar carne da floresta amazônica, não pode comprar grãos, mas pode comprar grãos da Europa, de onde tem 80% a 90% desmatado. Aqui tem 80% preservado.

Então essas falácias que vão acontecendo, movidas pelo agro da Europa, da França, da Itália; pela pecuária da Austrália, pelo agro da Dinamarca, da Escócia, para penalizar os nossos produtores. E ninguém aguenta mais isso. É uma historinha de impor regra para o Brasil para ser cumprida aqui, mas eles mesmos não cumprem essas regras lá.

Tem que reflorestar a Amazônia inteira e parar de produzir soja, arroz, feijão, só que eles esquecem que nós temos 30 milhões de pessoas na Amazônia Legal. São 30 milhões de pessoas que precisam sobreviver. Produtores que precisam trabalhar. E quem está trabalhando está produzindo alimento e colocando na nossa mesa; com o sol nas costas, com todas as dificuldades, com as intempéries da natureza, com todas as dificuldades que, infelizmente, o esse atual governo impõe sobre o produtor, que é tratado na maioria das vezes como bandido, como marginal, lamentavelmente. Essas regras são impostas para o Brasil, mas não são para eles. Querem reflorestar a Amazônia inteira e parar de produzir aqui, não conseguem competir com os nossos produtos, querem parar de produzir aqui. Mas por que não refloresta a França inteira? Meia dúzia de árvores plantadas na Amazônia, é a mesma coisa de meia dúzia de árvores plantadas na França.

As falácias começaram lá atrás, que a camada de ozônio vai acabar, que todo mundo vai morrer, e depois que a Amazônia era o pulmão do mundo; e nós já sabemos que não é, o pulmão do mundo são os oceanos.

E hoje continuam. Querem culpar o garimpo por um monte de coisa. Mercúrio nas águas e boa parte dos rios da Amazônia têm mercúrio, mesmo sem ter garimpo, porque as rochas têm mercúrio. E boa parte de nós aqui tem mercúrio acima da taxa no sangue, e isso, eu não conheço ninguém que morreu de problema de mercúrio em Rondônia, em Porto Velho.

Eu estou aqui há tantos anos, fui Secretário de Saúde. Faz mal? Ok. Tem algum trabalho científico de Rondônia? Pelo menos os que eu li, da UNIR, não falam isso. Os peixes estão contaminados, o mercúrio está no sangue das pessoas, mas não demonstra. Vocês conhecem alguém que morreu de intoxicação por mercúrio aqui em Porto Velho nos últimos tempos? Quem conhece? Ninguém levantou a mão.

Então, essas falácias são muito graves, muito ruins. É sempre para prejudicar o produtor, prejudicar o madeireiro, prejudicar o garimpeiro; prejudicar quem produz, quem gera emprego, gera renda. Ninguém está na roça trabalhando à toa. Não! Está trabalhando para gerar emprego e renda, trabalhando para gerar alimento e colocar na nossa mesa.

E as histórias vão se repetindo. E nós temos que ter mais energia. Ontem foi uma briga na Câmara dos Deputados. Eu orientei, pelo PL (Partido Liberal) ontem, Senador Márcio Rogério, essa questão de derrubar esse Projeto de Decreto Legislativo lá, porque nós estamos com um problema igual em Rondônia.

Mas, é uma guerra difícil de ser vencida, porque, infelizmente, no atual governo federal, a tendência é essa: criar mais área indígena, criar mais demarcações e atrapalhar cada vez mais o produtor. Obedecem a anseios internacionais e não nacionais.

Eu já comecei falando e nem cumprimentei aqui. Quero cumprimentar o nosso deputado querido, Presidente Alex Redano, que faz um excelente trabalho nesta Casa. Quero cumprimentá-lo por essa audiência, que é fantástica. Por ter trazido o Doutor Aldo Rebelo aqui.

Ministro, cumprimento o senhor; seja bem-vindo a Porto Velho. Uma cabeça incrível, tem muita experiência para passar para a gente aqui.

Cumprimentar o Deputado Pedro Fernandes, que está ali também. Um trabalho fantástico e boa parte dos eleitores dele, do Estado inteiro de Rondônia, boa parte dos seus eleitores está aqui representada.

Cumprimentar o Deputado Cirone Deiró. Também tem feito um ótimo trabalho pelo Estado.

Deputada Dr^a Taíssa, guerreira. Já cumprimento a Deputada Dra. Taíssa e cumprimento todas as mulheres aqui da Mesa.

Quero cumprimentar aqui também o nosso Deputado Delegado Camargo. Um homem firme nos seus questionamentos, firme nas suas posições.

Cumprimentar o Senador Marcos Rogério, um homem que defende o agro também lá em Brasília, defende o agro aqui. É uma pessoa que realmente nos orgulha de ser senador pelo Estado de Rondônia. Todo mundo lá em Brasília, quando vem conversar comigo, a gente fala que é de Rondônia, fala assim: "Ah, você é do Estado do Marcos Rogério, aquele cara que defende o agro, aquele cara que é firme nos posicionamentos?" E é isso.

Cumprimentar o Elias Rezende, está aqui Secretário-Chefe da Casa Civil, já foi secretário da Sedam;

Cumprimentar ainda, presente aqui, Pablo Hernandez Viscari, Promotor de Justiça, Doutor Pablo; Doutor Victor Hugo Defensor Público. Está aqui o Doutor Vítor Hugo.

Cumprimentar também o Doutor Thiago Alencar, Procurador. Está lá na ponta, do outro lado; cumprimentar o Doutor Aparício Paixão, Procurador Ambiental, que está ali também do outro lado.

Cumprimentar o Doutor Marco Antonio Lagos, Secretário da Sedam, que está aqui; cumprimentar a Doutora Érica Ferrão, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Agricultura.

Cumprimentar a Doutora Isadora Rodrigues, representante da OAB; cumprimentar o Doutor Hueriqui Charles.

Mas, principalmente, cumprimentar a todos vocês, que são produtores, batalhadores, que estão guerreando; e vocês podem contar com a gente. Infelizmente, muitas vezes, a gente vai nadando, nadando e pensa que está "morrendo na praia". Está apanhando. Estamos tentando guerrear, mas estamos apanhando. Nadando e "morrendo na praia", sempre.

Mas podem contar com a gente. Com a força que a gente tiver, podem continuar contando com o Deputado Federal Doutor Fernando Máximo.

Deus abençoe a cada um dos senhores.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Fernando Máximo.

Eu quero agradecer a presença do nosso querido amigo, Doutor Luiz Carlos, pré-candidato ao Governo do Estado de Rondônia, que está ali. Seja muito bem-vindo. Estou muito honrado com a presença de Vossa Excelência. E logo mais será oportunizado também o direito à fala como pré-candidato do Estado de Rondônia.

Convido o meu querido amigo, nosso Senador e pré-candidato ao Governo do Estado de Rondônia, Marcos Rogério, para o uso da fala.

Obrigado pela presença, meu irmão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO – Muito obrigado.

Muito bom dia, senhoras e senhores. Eu estou muito honrado em poder participar dessa Audiência Pública, e eu quero cumprimentar o Presidente da Assembleia Legislativa e a Casa, pela iniciativa de colocar esse assunto em debate.

Deixar a minha saudação ao ex-ministro Aldo Rebelo, que tem sido um expoente desse tema, surpreendendo inclusive a sua própria base política, mas falando de convicções, falando do Brasil real, falando de Amazônia e de amazônidas, como alguém que conhece às vezes até mais do que quem está na Amazônia. Então, seja muito bem-vindo, ministro, ao nosso Estado de Rondônia.

E a fala do ex-ministro Aldo não só dentro do território amazônico, mas Brasil afora, tem sido uma fala em defesa dessa região, do seu povo, da sua gente, que ousou desbravar essa parte do Brasil.

Cumprimentar toda a Mesa de autoridades e aos senhores e às senhoras.

Eu tinha um conjunto de agendas hoje, mas, quando eu recebi o convite para tratar desse tema, que é um tema central para o Estado de Rondônia, eu fiz questão, Hélio, de colocar as outras agendas em segundo plano para

estar aqui, para ouvir e para me posicionar diante de um dos assuntos que, para mim, é o mais importante para o Estado de Rondônia nesse momento.

Nenhuma outra agenda nesse momento tem uma importância maior do que essa agenda, porque aqui nós estamos tratando do nosso futuro. Aqui nós estamos tratando da nossa soberania, se é que ela pode ser chamada como soberania. Então, eu queria, inicialmente, fazer esse registro, desse compromisso.

Deixar aqui a saudação também ao Luiz Carlos, que fez questão de estar aqui, porque o convite foi feito aos pré-candidatos a governador. Está aqui o Luiz Carlos. Está aqui, vi o Deputado Cirone, que é pré-candidato também a vice-governador, e não sei se tem outro pré-candidato que, de repente, esteja aqui, mas, é, acho que seria muito importante.

Bem, primeiro, esse tema, o debate desse tema é um debate que precisa ser feito desapegado das paixões ideológicas, das paixões de um extremo ou de outro extremo. Esse tema não é um tema que se resume à questão do desenvolvimento, da produção ou do meio ambiente. Esse tema é um tema que trata de um tema de Estado. Não é a pauta de governo A ou de governo B. Esse tema é um tema de Estado, que se impõe e que nós temos que ter o compromisso de debater com profundidade.

Eu ouvi atentamente algumas falas que foram feitas até agora, mas eu queria pontuar algumas questões que são importantes. Discutir e avançar na atualização do nosso zoneamento significa dar emancipação territorial ao Estado de Rondônia. Significa criar, estabelecer, atualizar o nosso manual de desenvolvimento do Estado de Rondônia. É o nosso ponto de avanço, de freio, de equilíbrio necessário na atualidade.

E eu ouvi aqui alguém mencionando que o que nós fizemos aqui, de repente, vai ser submetido a outras instâncias, e é natural que isso aconteça. Mas nenhuma outra instância está acima do interesse do Estado de Rondônia. E é preciso deixar claro isso, Hélio.

Recentemente, o Congresso Nacional discutiu e, com maturidade, coragem e responsabilidade, meus caros prefeitos que aqui estão, nós votamos a nova Lei do Licenciamento Ambiental. CONAMA não está acima da Lei do Licenciamento Ambiental, como também não estará acima do zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado de Rondônia.

CONAMA deve cumprir a lei e não fazer lei para o Brasil ou para qualquer Estado da Federação. Como também nenhuma outra instituição deve avocar para si o papel de dizer o que é a lei ou como ela deve ser. É prerrogativa do Chefe do Executivo e da Assembleia Legislativa disciplinar os rumos que quer para o Estado de Rondônia com coragem, com coerência, com equilíbrio, com responsabilidade.

Fala-se em desenvolvimento, sustentabilidade. Não são coisas antagônicas. Não são coisas que não se conciliam. Não há como pensar em um zoneamento sem levar em consideração, obviamente, os cuidados que são inerentes a esse tema. Mas deixar de fazer o zoneamento é uma

irresponsabilidade com o Estado de Rondônia, porque na ausência do zoneamento, a qualquer outra instituição, ou órgão, ou conselho, é dado o poder de arbitrar, de decidir, de impedir, e nós não atribuímos isso a ninguém. Nós somos um Estado que, do ponto de vista federativo, temos a nossa soberania nos termos da Constituição, nos termos da lei.

Agora, quando se tem um zoneamento, e aí digo quando se tem, porque nós temos um zoneamento que é datado de 2000, na época, William Curi, se eu não estou enganado, foi quem teve um papel extremamente relevante na feitura desse instrumento. Governador Piana; Presidente desta Casa, salvo o melhor juízo, era o Silvernani, ex-deputado Silvernani Santos. Ano 2000 foi a data em que o nosso zoneamento, meu caro Presidente Alex Redano, foi feito.

Nós estamos em 2026. De 2000 a 2026, quanta coisa mudou no Estado de Rondônia: a visão, a compreensão, o crescimento, o desenvolvimento. A cultura de produção mudou, a cabeça do produtor rural mudou. A minha família chegou na década de 1970 em Rondônia. Na época, havia um estímulo à composição desse Estado com um lema federal: integrar para não entregar.

Naquele tempo não tinha orientação para o produtor rural sobre o que era mata ciliar, o que era reserva legal. Não tinha orientação. Pelo contrário, o produtor recebia a posse da terra, e se ele não lavrasse a terra, ele perdia o direito de ficar sobre ela.

Hoje, quase 30 anos depois, alguém chega e quer tachar o produtor rural de criminoso, de devastador, de fora da lei. Não, o trabalhador rural, o produtor rural não é criminoso. Criminoso foi quem deixou o produtor rural sem uma lei de proteção que ditasse os rumos do como deve ser.

E por que estou dizendo isso, e com a responsabilidade que o tema exige? Porque não é simplesmente dizer: "olha, eu vou matar no peito e vou fazer de qualquer jeito", porque não é, porque não para de pé.

Dar um exemplo recente. Eu disputei a eleição passada para governador. Meu caro Deputado Delegado Camargo, na reta final da eleição, o governo edita um decreto para desfazer outro decreto que criava 11 reservas no Estado de Rondônia, um instrumento eleitoral que não parou de pé 72 horas. Não é de qualquer jeito, não é de qualquer maneira. É com responsabilidade, é com amparo técnico, é com fundamento jurídico, porque senão não para de pé.

E aí, assiste razão — quem disse aqui — que a discussão do tema do zoneamento deve passar por critérios técnicos, com base científica, conciliando os interesses e buscando o equilíbrio. Porque senão é uma nova peça de ficção, como foi o decreto do Soldado da Borracha. Não sei quantos do Soldado da Borracha estão aqui. Tem alguém do Soldado da Borracha aqui? Muitas pessoas. Alguém tinha dúvida? Talvez os produtores rurais, quando saiu o decreto desfazendo a criação das reservas, muitos produtores rurais, de boa-fé, acreditaram. Foram enganados, porque quem fez sabia que estava fazendo uma coisa absolutamente nula de pleno direito.

Então, nós não temos o direito de errar. Mas, como Estado e como governador, eu jamais aceitaria que um órgão auxiliar, que um Conselho, ditasse as regras do meu Estado de como deve ser o marco legal do desenvolvimento do meu Estado. Quem dita as regras de como deve ser o desenvolvimento do meu Estado é o governador, com seu aparato técnico, e a Assembleia Legislativa, com a sua legitimidade popular para legislar. Qualquer coisa fora disso é algo que deve ser repudiado. A mim não falta coragem para enfrentar os problemas do Estado de Rondônia. E digo na condição, nesse caso, de pré-candidato a governador: o tema do zoneamento é compromisso. Discutir, votar e aprovar para modernizar o marco legal do desenvolvimento do Estado de Rondônia. Esse é um tema que o governador deve chamar para si. Mas não é um tema que vai ser feito ao arpejo de uma discussão ampla. E aí digo: eu ouvi aqui atentamente a fala de todos e, de modo muito particular, do Ministério Público, e que nós temos que ter o mais profundo respeito. Agora, respeito ao papel do Ministério Público não significa se curvar a um pensamento que, muitas vezes, é ideológico.

Agora, quando você não tem um marco legal de desenvolvimento claro, específico, técnico, qualquer coisa é válida. Não adianta inventar a roda.

Dias atrás nós tivemos uma Audiência Pública nesta Assembleia Legislativa e um membro do Ministério Público Federal aqui esteve. E nós ouvimos o que ele disse aqui com relação à questão do PRODES (Sistema de satélite do INPE), com relação aos "embargos EAD", os embargos cautelares à distância.

A ausência de Estado, a ausência do cumprimento do dever legal impõe ao representante do Ministério Público agir. E alguém quer culpar o Ministério Público? Não. A culpa é da omissão de quem deve legislar e não legisla. Então, o que eu estou dizendo, e aí concordo com os alertas que foram feitos aqui para quem está acompanhando tecnicamente o debate, é o alerta do Ministério Público é claro e está correto: não é um tema de paixão política, é um tema que exige debate técnico para parar de pé.

Não adianta jogar para a plateia, não adianta fazer praticar populismo. E aí eu não quero me alongar na fala e já peço perdão por me alongar um pouco.

Mas, nesse tema, Senhor Presidente, na condição de governador, é um tema que eu chamarei para a liderança do próprio governador para coordenar o debate sobre o zoneamento do Estado de Rondônia.

Não como uma coordenação meramente política. A decisão política é do governador, mas a peça a ser enviada à Assembleia Legislativa é uma peça técnica, que deve ser elaborada com elementos e com fundamento técnico. E aí nós temos exemplo de entidades que são credenciadas, que têm credibilidade, como, por exemplo, a Embrapa Territorial de Campinas, uma entidade que tem fé pública.

Não adianta também contratar alguém que não tenha respeito institucional, porque o elemento, o estudo produzido, vai ser questionado, vai ser enfrentado.

Então, é preciso chamar para colaborar com o Estado de Rondônia quem tenha credibilidade, quem tenha expertise, quem tenha fé pública. E aí, sim, depois desse documento elaborado, produzido, submeter ao crivo do debate político. Governo, com toda sua área técnica, e Assembleia, no ambiente político.

É natural que a Assembleia Legislativa faça as mudanças que achar pertinentes, as emendas que achar pertinentes. É do jogo político. Não se pode ignorar o trabalho dos parlamentares estaduais, minha cara Deputada Dr^a Taíssa. É legítimo.

Agora, não se pode querer negar a sanção de um documento tão importante como esse porque a Assembleia Legislativa o modificou. Escolha aquilo que é absolutamente inconstitucional ou aquilo que, do ponto de vista de mérito, é absolutamente irregular ou não justificável, e se pratique o veto.

Democracia é isso. Sistema de freios e contrapesos dentro do processo é isso. E depois o veto é submetido novamente à Casa do Povo, que tem a palavra final no processo legislativo, na manutenção ou derrubada do veto.

Se a escolha for, meu caro Netinho, a derrubada do veto, aí tem as instâncias do controle de constitucionalidade, que são próprias. Mas não pode a omissão ser a marca de algo que é tão caro para o Estado de Rondônia.

Repito e concluo aqui: não fazer a atualização do zoneamento do Estado de Rondônia é deixar um ambiente de insegurança jurídica, social e econômica. Isso nós não vamos aceitar.

É compromisso fazer o zoneamento do Estado de Rondônia.

A todos, muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO - Obrigado, Marcos Rogério.

Cumprimento aqui nosso querido amigo Gilmar, Secretário Adjunto da Sedam. Nosso muito obrigado.

Cumprimento também nosso prefeito, Lindomar Garçon, prefeito do município de Candeias do Jamari. Cadê o Lindomar? Aí. Ele chegou perguntando por você aqui, viu? É nosso prefeito.

Thiago Hulk, Vereador da Câmara de Rolim de Moura.

Só pedir agora, gente, as falas da bancada um pouquinho mais céleres para a gente poder ouvir a palestra do nosso ex-ministro Aldo Rebelo.

Convido neste momento o Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes. O Deputado Pedro, gente, foi relator da CPI, um deputado focado nessa causa, dedicado. Parabéns pelo trabalho. Obrigado pela presença. Com a palavra, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES - Bom dia a todos. Quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui. Cumprimentar o nosso Presidente, autor desta Audiência Pública. Em nome dele, cumprimentar todas as autoridades da Mesa, para ser breve, eu peço desculpa a todos.

E ao Excelentíssimo senhor ex-ministro Aldo Rebelo, uma pessoa que a gente acompanha e vê que ele é uma

voz da nossa região para o Brasil. A nossa dificuldade em defender os nossos direitos aqui em nossa região é porque o desequilíbrio é muito grande mesmo no Congresso Nacional. A gente vive, ex-ministro Aldo, Rondônia nós temos apenas oito deputados federais e três senadores para defender a nossa causa.

Então, aqui em Rondônia, fizemos um movimento juntamente com os nove Estados da região amazônica, que é o Parlamento Amazônico. E esse movimento nasceu entre os deputados estaduais e está criando força política. E eu vejo que o zoneamento aqui no Estado de Rondônia é muito importante, mas fazê-lo de qualquer forma prejudica uma parcela grande da nossa população. Não fazer ele prejudica também, porque temos regiões que hoje estão com entraves de produção por causa do zoneamento.

A zona 1 é uma zona produtiva, zona 2 é uma zona intermediária e as outras zonas já são restritivas.

A grande preocupação desse movimento é a insegurança jurídica para quem está em áreas ainda não resolvidas no Estado de Rondônia, por omissão dos Poderes, por omissão de governos, de todos os Poderes. Rondônia é um Estado muito novo e nós não queríamos que em 2008 o Estado parasse de avançar. E nós, com esse marco temporal do desmatamento, não acreditamos que o Estado que nasceu na década de 1970 iria parar no ano de 2008 o seu desenvolvimento.

Nós temos hoje grandes áreas preservadas, mas precisamos resolver e encarar de frente. É bom que os próximos governantes do Estado, adote essa sensibilidade. Porque primeiro, precisamos encarar o marco temporal do desmatamento. É uma situação que precisamos encarar para diminuir a insegurança jurídica dentro do nosso Estado. Há muitas áreas que hoje estão ocupadas pela população há mais de 20 anos e hoje estão numa insegurança jurídica. Tem muito embate jurídico e as pessoas estão com a incerteza.

Mas, quando as pessoas entraram, elas foram incentivadas muitas vezes com abertura de estrada, energia elétrica, foi colocado tanque de leite, transporte escolar. Tem áreas que têm escolas enormes construídas e nós sabemos muito bem dessa situação.

Então, nós precisamos trabalhar a legislação ambiental. E esse movimento, precisamos, Deputado Alex e todos os meus colegas aqui, de um movimento político. E eu acredito que através do Parlamento Amazônico. Porque o Nordeste tem suas conquistas, porque são Estados pequenos, mas eles unem a bancada do Nordeste. Porque São Paulo tem uma bancada grande, Rio de Janeiro, Minas Gerais, o Sul, o Sudeste. Como nós vamos debater temas da nossa realidade sem a força política no Congresso Nacional?

Nós não podemos aqui, eu fico feliz com a presença do Ministério Público nesta Audiência. Ele é o guardião da lei e da ordem. É o que está na lei, nua e crua, eles têm que seguir. E nós precisamos, para avançar, mudar a legislação.

Nós temos 92 deputados federais e 27 senadores nos 9 Estados da região amazônica. Precisamos movimentar

essa política. O próximo governo tem que encabeçar isso. E é para o futuro, porque até agora estamos aqui parados nessa situação.

Então, gente, por omissões, por desgaste, por deixar o nosso povo, nós temos que ouvir, porque é um tripé. É "socio", econômico e ecológico. Tem que garantir essas três bases sustentáveis para a economia, para o meio ambiente e para o povo. Porque, se nós não pensarmos no povo que está na base, nós nunca vamos avançar.

Você acha que alguém que está num sítio, numa terra — ele vai lá derrubar marimbondo, cobra - ele encara dia de sol, de chuva — você acha que ele está lá por brincadeira? Aí, chegam lá, destroem tudo! Queimam as propriedades! É um abuso!

Então, nós precisamos ver a nossa realidade. E nós não vamos conseguir avançar um milímetro, se não tivermos o movimento político em Brasília para mudar esse código florestal nosso, que é o mais restritivo do mundo.

Esse recurso que vem do mundo inteiro para bancar ONGs, não vem para a Sedam. Hoje nós não temos técnicos dentro da Sedam para emitir licenciamento para o setor produtivo do Estado de Rondônia.

Eu deixo aqui essa minha contribuição. Fui prefeito do Município de Cujubim, e lá nós temos o Soldado da Borracha. Uma injustiça que foi feita com o nosso povo. Uma área titulada que transformaram em reserva "do dia para a noite".

Fizemos aqui uma CPI, onde fizemos um relatório. Não houve estudos técnicos, etc. Protocolamos nos órgãos e nada avança! E nada defende quem produz, quem trabalha no nosso Estado.

Então, sou mais uma voz aqui nesse parlamento. Não vou me alongar muito, porque estamos aqui para ouvir o nosso grande mestre Aldo Rebelo, que vem fazendo palestras e dando voz ao povo da Amazônia. Senão, o crime organizado é que vai tomar conta da nossa Amazônia, se nós brincarmos, porque as fronteiras estão abertas. E a logística para combater o crime na Amazônia, na floresta, não é fácil. E ele tem falado isso e alertado, mas parece que ninguém quer ouvir.

Então estamos aqui, Deputado Alex, muito obrigado. Obrigado a todos. E vamos seguir a nossa audiência. Obrigado. Um abraço.

ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, nobre Deputado Pedro Fernandes.

Vou convidar agora, a pedido, o nosso querido Deputado Ismael Crispin. E ele está de forma remota, então darei essa oportunidade agora para a fala.

Eu gostaria aqui de fazer o convite, uma cadeira a mais aí. Quero convidar para compor a Mesa, que nós vamos dar direito à fala a todos os pré-candidatos, ao senhor Luiz Carlos, pré-candidato ao Governo do Estado de Rondônia. Por favor, venha compor a Mesa. Muito honrado com a presença de Vossa Excelência.

E, também, falar aqui - depois o Aldo puxa a minha orelha se eu estiver errado -, que o Aldo Rebelo também é pré-candidato à Presidência da República do Brasil. Então, estamos muito honrados em saber que nós temos

um pré-candidato com esses pensamentos em ajudar o homem do campo.

Com a palavra, o nobre deputado... Antes de chamar aqui o Crispin, quero falar que Crispin, junto com a Deputado Dr^a Taíssa, junto com os demais deputados, rodaram todo o Estado de Rondônia. Eu acompanhei pelas redes sociais, de forma on-line. Não pude estar presente em todas as reuniões. Foram dezenas de reuniões. Mas quero enaltecer o seu trabalho e reconhecer o seu trabalho, Deputado Crispin. Parabéns pela sua dedicação, ao mandato e a essa questão do zoneamento. Com a palavra, Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Por videoconferência) - Muito obrigado, Presidente Alex Redano. Aproveito para cumprimentá-lo. E faço uma saudação muito especial ao nosso eterno ministro Aldo Rebelo, uma figura pública por quem eu particularmente tenho um imenso respeito. É alguém que eu sigo. E, ministro, fica aqui um registro de um deputado estadual, do meu querido Estado de Rondônia, que tem muita admiração pelo que o senhor faz pelo Brasil e que, enquanto homem público, me inspira muito. Então, minha saudação. Seja bem-vindo à Rondônia, esse estado por que nós temos um grande carinho.

Quero cumprimentar as demais autoridades no dispositivo, já nominalmente citadas. Uma alegria tê-los, nesse dispositivo que eu considero muito importante, na nossa Assembleia Legislativa; com destaque muito especial para os meus colegas deputados estaduais e aqueles que compõem comigo a nobre missão de conduzir a Comissão que, para mim, guardada as devidas proporções, uma das mais importantes desta Casa, que é a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Então, minha saudação a todos, público que está presente. Observei atentamente vários nomes citados, de municípios importantes e que o debate já passou por lá, como é o caso do Prefeito Giovan Damo, lá de Alta Floresta. O meu abraço a todos os senhores e senhoras presentes nesse evento.

Eu queria só fazer, Presidente, um breve retrospecto aqui e fazer alguns destaques que eu considero importantes para o Estado de Rondônia.

Primeiro, lembrar o que já foi dito em relação ao Projeto de Lei Complementar 85. Registro a coragem, a ousadia de, à época, o Governador Marcos Rocha, que recebe do governo anterior um planejamento, um estudo, e que encaminha, em 2020, esse projeto para a Assembleia Legislativa, e que eu tive a alegria de, naquele momento, ser relator pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em 2021, a Assembleia Legislativa leva para o plenário o debate dessa nova aproximação do zoneamento. E eu preciso destacar que, em uma Sessão longa, diga-se de passagem, a Sessão que votou aquela proposta, o Projeto de Lei Complementar 85, houve várias Emendas ao projeto, e que eu também considero que desconfigurou a proposta chegada, porque era uma proposta que tinha, sim, estudos.

Enós fizemos um apelo muito grande. Eu, enquanto relator, fiz um apelo, e aí já no plenário, não mais na Comissão, mas no âmbito do plenário, para que as Emendas apresentadas não fossem emendas modificativas, que o Parlamento considerasse a possibilidade de que as emendas fossem emendas aditivas, para que nós não viéssemos a sofrer, de repente, em razão de um Veto, o prejuízo em toda a matéria.

Nós não conseguimos vencer esse debate, fomos vencidos no plenário e tivemos várias emendas. E essas emendas modificaram, desconfiguraram o projeto.

E eu considero positivo, não houve declaração de inconstitucionalidade, não houve projeto para que se reconhecesse a inconstitucionalidade do projeto. O que houve foi um Veto Total por parte do senhor Governador do Estado e que, gostando ou não, a Assembleia precisa fazer mea culpa, porque ela fez a manutenção do Veto. E que eu concordo que naquele momento foi a melhor decisão, para que o Estado não ficasse sem lastro e sem lei para uma possível discussão, para que o Estado não viesse a sofrer um imbróglio ainda maior.

Então, eu entendo que a decisão do governo de fazer um Veto Total foi justa e, depois, ainda que tardiamente, a Assembleia Legislativa dá sua mão à palmatória e mantém o Veto do Governador.

Bom, dito isso, eu preciso destacar e aqui reconhecer o trabalho da Assembleia Legislativa, um trabalho muito responsável, diga-se de passagem, e fazer um destaque da fala do Ministério Público. Cumprimento o promotor aqui presente na Mesa, Doutor Pablo, que foi Promotor inclusive na Comarca da minha cidade, São Miguel do Guaporé.

Só para, com a devida vênia, dizer a quem está presente e ao Ministério Público do Estado de Rondônia que nós não estamos iniciando esse debate hoje. Essa Sessão, a convite do nosso Presidente Alex Redano, é muito importante, é em tempo, mas nós não estamos iniciando esse debate hoje. Nós discutimos o zoneamento desde 2020.

Em 2025, quando eu assumo a presidência da Comissão de Meio Ambiente, a primeira atitude como Presidente da Comissão de Meio Ambiente foi procurar a Sua Excelência, o Governador do Estado de Rondônia, e dizer: "Olha, nós temos uma necessidade, Governador, de discutir o zoneamento". O Governador de pronto convida todos os atores, a PGE, a Casa Civil, a Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Desenvolvimento, a nossa Sedam, trouxe todos para a mesa e disse: "Olha, o que o Deputado Crispin está trazendo é uma realidade"; mas, a nosso sentir, naquele momento, e isso os representantes da mesa com o Governador Marcos Rocha disseram: "Olha, faltou ouvir as comunidades, faltaram as Audiências Públicas".

E a Assembleia Legislativa, através da Comissão de Meio Ambiente, naquele mesmo momento, se colocou à disposição. Falei com o Presidente Redano da necessidade das audiências, ele autorizou, nós aprovamos isso em plenário na Casa, e nós fizemos seis audiências públicas. E, digo, reforço, audiências públicas abertas à participação

do Ministério Público para todas as sessões que nós fizemos. Todas as audiências, o Ministério Público foi convidado. E isso, os documentos que estão na Casa provam. Para todas as audiências públicas que nós abrimos, que foram nos Municípios de Cerejeiras, Pimenta Bueno, Alta Floresta D`Oeste, São Miguel do Guaporé, Machadinho D`Oeste, Nova Mamoré, para todas essas audiências - faço o registro -, houve o convite para que estivessem presentes povos originários, comunidades tradicionais, ONGs, produtores da agricultura familiar, da agricultura de precisão, ambientalista, comitês de bacias hidrográficas.

Para todos os segmentos, a Assembleia Legislativa abriu a possibilidade do debate, audiência pública, de forma muito, muito responsável. Foi tratado esse tema com todos os atores possíveis. E aí, se de repente faltou informação, a representatividade e o que foi feito nessas audiências públicas, mais uma vez, em nome da Presidência da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Rondônia, eu coloco à disposição todos os registros que nós fizemos, acompanhados daqueles que tiveram boa vontade de estar presentes no debate que, diga-se de passagem, muito interessante.

Então, quero também aproveitar e registrar que essas audiências públicas aproximaram a Assembleia Legislativa da sociedade rondoniense. Nós ouvimos — eu, a Deputada Dr^a Taíssa, o Deputado Lucas, o Deputado Cirone —, nos mais diversos municípios, nós ouvimos choros de rondonienses. aqui o grande debate que se faz é o debate da responsabilidade.

É claro que Rondônia é um Estado com aptidão para o setor produtivo, mas o homem do campo, o produtor de Rondônia, o homem da mão calejada, ele quer entender quais são as regras do jogo para que ele possa trabalhar nesse Estado, para que ele possa produzir.

Ele não quer cometer crime ambiental, ele não quer estar sujeito à perseguição nem da Sedam, nem do Ibama, nem do ICMBio. Muito pelo contrário. O que esse produtor quer é dizer: "Olha, qual que é a minha parte de comprometimento com o meio ambiente? Até onde eu posso ir, cuidar do meio ambiente? Mas eu preciso produzir, que é a minha aptidão principal; mas eu preciso entender as regras do jogo".

Detalhe, como nós temos uma legislação que é de 2000, que não sofreu alterações a contar daí, Rondônia é um Estado jovem, um Estado com apenas 40 anos, e aí você tem 26 anos de falta de atualização.

É impossível que um produtor nesse Estado, no presente momento em que nós estamos vivendo, esteja satisfeito com o que o poder público, com o que o Estado tem oferecido a ele de regras. É impossível. Você tem de pequenos, médios e grandes produtores sendo ameaçados pelos órgãos de controle nesse momento.

Eu estou na região do cone sul. E te agradeço muito, Presidente, a oportunidade de estar aqui. Não foi possível estar de forma presencial. E estou aqui, faço como sempre a escuta ativa, vejo o medo de quem está nessa região pelo decreto do Governo Federal quando cria mais uma reserva indígena. É isso que os nossos

produtores não suportam mais.

Então, um dia como hoje, quando essa Casa recebe autoridades tão importantes, quando essa Casa recebe o nosso querido ex-ministro Aldo Rebelo, eu preciso aproveitar esse espaço para pontuar que nós temos interesse de entregar a quem mora em Rondônia quais são as regras do jogo aqui, para a preservação ambiental, o cuidado com as nossas questões hídricas. Nós sofremos, é verdade, lá em 2024. Nós precisamos. Agora, nós precisamos entender quais são as regras do jogo. E isso passa pela produção do Parlamento, isso passa pela decisão do governador que estiver de plantão. E eu caminho, Excelências, para encerrar a minha fala. Eu sou apaixonado pelo Estado de Rondônia, eu tenho a alegria de estar deputado por esse Estado, por representar a agricultura familiar, por representar os grandes produtores, por dar voz a essas pessoas.

Eu aproveito para dizer que quem chega, porque eu entendi pela fala do Secretário-Chefe da Casa Civil que, naturalmente, mesmo com todos os apelos, mesmo com todas as audiências públicas, mesmo a Sedam acompanhando, nós não conseguimos avançar. O Estado não conseguiu avançar, a Secretaria competente não conseguiu entregar um estudo para que a Assembleia pudesse se debruçar e votar um projeto de lei dessa natureza.

Quem deve chegar para governar Rondônia precisa saber que é prioridade para esse Estado a votação do zoneamento socioeconômico e ecológico deste Estado. E eu já o fiz em outras oportunidades.

E encerrando a minha fala. Não sei quem será o governador de Rondônia, nós tentamos desde 2020, não conseguimos avançar, e a mim a paciência já esgotou. Eu sei que, em 2027, nós teremos um novo governador do Estado de Rondônia, e aqueles que são pré-candidatos, que estão presentes nesta grande audiência, sejam bem-vindos. E é bom que os senhores ouçam: enquanto eu tiver vida, enquanto eu tiver a oportunidade de ser a voz dos rondonienses, eu vou fazer a defesa do zoneamento. E, para o próximo governador, fica aqui um recado: se o zoneamento não for prioridade para os governos dos senhores, não terão - porque eu acredito estar -, não terão na Assembleia Legislativa um adversário, não terão um deputado de oposição. Em nome do povo de Rondônia, em nome do povo do Estado de Rondônia, dos produtores que tanto lutam, terão um inimigo do outro lado. Porque precisa ser prioridade para a Rondônia a aprovação das regras do jogo, para a gente entender nossa responsabilidade com o meio ambiente, mas a nossa condição de poder produzir para este estado. Presidente, muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado.

Gente, estamos aqui discutindo. Nós temos uma preocupação porque o adiantar das horas, apesar que eu tenho uma notícia boa: a gente fez um grande coquetel, um coffee break para todos.

Mas nós já estamos 12h30 e temos a palestra do ministro. Então, o que eu vou pedir? Uma gentileza:

para nós sermos breves, para dentro de 10 minutos a gente começar essa palestra.

Registrar aqui a presença do Vereador Dr. Santana.

Então, mas vamos dar continuidade aqui. Só pedir um pouquinho de celeridade.

Convido o nobre Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa tarde, Senhor Presidente.

Em seu nome, eu cumprimento todo o dispositivo. Uma saudação especial aqui aos nossos prefeitos aqui presentes, todos eles preocupados com as suas regiões; aos nossos vereadores, aqui representando a nossa sociedade rondoniense.

Uma saudação ao ex-ministro Aldo Rebelo; uma saudação também ao ex-governador Daniel Pereira, aqui presente; ao nosso pré-candidato ao governo, Senador Marcos Rogério; ao nosso pré-candidato ao governo, Dr. Luiz Carlos.

E, para nós, é uma grande alegria estar aqui recebendo nossos produtores, essa sociedade que realmente faz o Estado de Rondônia desenvolver, faz o Estado de Rondônia crescer.

Nós somos um Estado e somos a nova fronteira agrícola do país, mas sem uma definição de como é que nós vamos fazer essas plantações aqui no Estado de Rondônia.

Temos aí um zoneamento de 2000, em que diversas áreas eram consideradas improdutivas no Estado de Rondônia. Com o avanço da tecnologia, com o avanço de equipamentos, com inovação, hoje são áreas altamente produtivas, mas as pessoas não têm segurança jurídica para produzir nessas áreas. Não têm condições de obter um fomento, porque é considerado que estão plantando em áreas ilegais.

Então, se nós queremos um Estado próspero, queremos pessoas com qualidade de vida, nós precisamos, primeiramente, dizer como elas podem fazer isso, como podem proceder para que realmente o Estado continue desenvolvendo, continue crescendo.

Não adianta nós fazermos aqui discursos eloquentes. Não adianta nós querermos aqui impressionar, neste momento político, se nós não tivermos entregas verdadeiras a essas pessoas que fazem o Estado de Rondônia crescer e desenvolver.

Precisamos ter compromisso com essas pessoas. As pessoas precisam ter confiança que nós teremos, sim, um Estado, um governo que realmente vai enfrentar os desafios mostrados pelo Estado de Rondônia.

Somos um Estado com 44 anos de existência, um Estado para o qual as pessoas foram estimuladas a vir para cá na década de 1970, 1980 e 1990, como o "Eldorado brasileiro". Muitas dessas pessoas deixaram aqui nesta terra o seu suor e seu sangue e hoje estão aí com essa insegurança, sem saber o que fazer, sem saber como produzir e como fazer o Estado desenvolver.

Então, nós precisamos aqui ter uma união de esforços. Nós fizemos isso aqui com o Iperon, no Estado de Rondônia, quando juntou aqui os líderes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os órgãos de controle,

e foram buscar uma solução e encontrar a solução.

Precisamos fazer isso também com a nossa regularização aqui no Estado de Rondônia. Precisamos fazer isso com o nosso zoneamento do Estado de Rondônia. Precisamos fazer isso com essas reservas, as 11 reservas criadas aqui no Estado, porque nós estamos colocando tudo isso num bojo só e levando isso como se fosse tudo da mesma maneira. E não é.

Nós temos injustiças aqui dessas reservas, como é o caso da Soldado da Borracha, como o Umirizal e diversas outras, que podem ser contempladas sim com essa injustiça, pode ser revertida. Mas nós precisamos discutir, discutir à mesa realmente com quem quer resolver as problemáticas do Estado de Rondônia.

Nós temos que fazer que este Estado continue desenvolvendo, Presidente Alex Redano. A CPI já mostrou as irregularidades. Foi feita aqui por nós. Nós acompanhamos. Foi feito todo esse levantamento dessa CPI, que constatou que essas reservas foram criadas irregularmente. Mas, para isso, precisamos dessa união de esforços dos Poderes, juntamente com a nossa sociedade produtiva, com a agricultura familiar, com o pequeno produtor, com o médio e com o grande produtor, buscar a solução.

Não adianta nós querermos aqui dizer das consequências dos Estados Unidos, da Europa, da Ásia, se nós temos um problema aqui, pontual no Estado de Rondônia, que tem que ser enfrentado.

Quero aqui deixar a minha fala para não estender, nós temos aqui o Aldo Rebelo, nosso ex-ministro, para falar a todos nós, trazer o seu conhecimento. Mas nós temos um Estado de Rondônia que tem a melhor colonização do país e regiões, aqui no nosso Estado, as pessoas estão desanimadas, desamparadas, inseguras, sem saber como produzir nesse Estado, se hoje ou amanhã não vai ter uma intervenção da Polícia Militar, dos órgãos da Sedam, do Ibama, do ICMBio, tirando essas pessoas de dentro de casa e fazendo com que elas não possam produzir dentro do Estado de Rondônia.

E, por fim, Presidente, nós temos mais uma insegurança nessas áreas de interesse da União, criando insegurança em vários municípios do Estado. Se realmente o governo federal determinar através de decreto, essas áreas que ele localizou como áreas de interesse, têm vários municípios aqui do Estado de Rondônia que vão sucumbir.

Então, nós não podemos deixar as coisas acontecerem aqui no Estado de Rondônia para depois começar a fazer audiência e querer buscar solução. Nós temos que enfrentar o problema antes que ele aconteça. Já tivemos aqui um grande exemplo que está assolando o povo rondoniense, que é o caso do pedágio.

Nós, aqui em 2020, nesta Casa aqui, chamamos a atenção das autoridades federais que estavam rodando dentro do Estado de Rondônia, fechadas em quartos de hotéis, audiências com 15, 16, 17 pessoas, para discutir sobre a principal veia de transporte do nosso Estado, que é a BR-364. Passou-se dois, três, quatro anos depois que foi resolvido, que foi batido o martelo, que foi feito o

contrato com a empresa, aparecem audiências no Estado de Rondônia para discutir um problema já consolidado. Então, nós temos que, realmente, enfrentar o problema agora. Temos esse decreto de criação de área indígena, temos essas áreas de interesse do governo federal. Nós temos que enfrentar, não é a partir do ano que vem, não. Nós temos que enfrentar a partir de agora, para que depois não seja tarde, para que outros governos não venham aqui querer resolver e já ser tarde.

Então, nós temos que ter essa consciência que o povo de Rondônia é um povo acolhedor, um povo trabalhador, um povo que produz, um povo que trabalha diuturnamente para dar qualidade de vida para os seus filhos, para os seus netos, para que, realmente, possa crescer aqui no Estado de Rondônia; que é um Estado de oportunidades, mas que, infelizmente, tem essas inseguranças tanto jurídicas e insegurança de se viver, de se produzir, de se constituir família nesse rincão brasileiro chamado Rondônia.

Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputado Cirone. Gente, mais dois convidados. Já pedi aqui para a Deputada Dr^a Taíssa ser bem breve, pedindo desculpas também, porque nos preocupamos com o esvaziamento e é uma palestra, realmente, maravilhosa, uma palestra que vai contribuir muito com o Estado de Rondônia. Com a palavra, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Obrigada, Presidente. Eu vou ser bem breve. Primeiramente, cumprimentando o Doutor Ex-Ministro Aldo, já nos conhecemos lá no Acre, vi o seu posicionamento e a forma da sua visão em relação a essa situação, e cumprimentar todos da Mesa, mas principalmente o público presente.

Eu vejo as falas e a gente fica, como população, ainda mais preocupada. Por quê? Nós ficamos, Presidente, dois anos em uma CPI, que virou, não vou falar a pizza, mas virou em nada, em nada. Dois anos de trabalho.

O SR. PEDRO FERNANDES – Não. Não é assim, não. **(fora do microfone)**

A SRA. DRA. TAÍSSA - Deixa eu concluir, por favor? Deixa eu terminar de falar? Obrigada.

Porque, infelizmente, a gente ainda não conseguiu o que a gente queria, que é invalidar as reservas.

Por quê? Com todo o respeito ao trabalho de todos, e eu também fiz parte dessa CPI, nós, a população do Soldado da Borracha, do Umirizal, que está aqui, e toda a região, sabe que as reservas que foram criadas dentro do Estado de Rondônia não tiveram análise jurídica da forma que deveria.

Então, se cria uma coisa de forma irregular, automaticamente todo mundo se prejudica. Além do mais, a gente está falando aqui sobre zoneamento. Para mim, só pode ser falado em zoneamento dentro do Estado de Rondônia depois que a gente resolver as 11 unidades de conservação. Por quê? Porque a gente vai

continuar no mesmo erro.

Zoneamento, Deputado Pedro, você aprova, só depois de 10 anos que pode fazer a alteração. E como o pré-candidato ao governo Marcos Rogério falou, chama-se a responsabilidade para si, mas nós precisamos resolver primeiro as unidades. Por quê? A gente vai continuar no mesmo erro, Deputado Alex. Depois a gente vai fazer uma outra audiência para dizer que não resolveu a questão das 11 unidades de conservação.

Eu sou lá de uma região de Guajará-Mirim. Se esse zoneamento, sem atualização de quase oito anos, for aprovado dessa forma, a gente vai se prejudicar imensamente. A minha região lá de Surpresa e outras regiões mais.

Além do mais, hoje o zoneamento do jeito que está, é bom para a região sulista do Estado, mas não para a região norte do Estado. E eu fiquei ainda mais feliz de uma outra coisa. Fiquei pensativa no que eu estou escutando.

A gente traz a pauta do zoneamento, eu estive com o Deputado Ismael Crispin rodando o Estado. Tem lugar que as pessoas querem logo que seja aprovado; tem locais que as pessoas não querem enquanto não resolver as 11 unidades de conservação. E por quê? Porque as pessoas tinham direito adquirido, as pessoas tinham documento da propriedade. As pessoas estão cansadas. Lá em Cujubim, Deputado Pedro, as pessoas estão desesperadas. E quando eu falo, e que até tentaram me corrigir aqui, que não foi resolvido, por quê? Por que é que não foi resolvido? Avançou, abrimos um diálogo. Levamos para o Ministério Público? Levamos. Mas o que é que a gente busca? Invalidar um ato irregular.

Desde o começo, em que foram criadas as 11 unidades, não foi feito o que era para ter sido feito: apuração, que é ir in loco, ver se tem família, se as pessoas já habitaram naquela localidade.

Não vai ser diferente esse zoneamento se vier para cá da forma que está. O zoneamento desatualizado, que o Estado mudou nos últimos 10 anos significativamente. E vai continuar erro sobre erro.

Então, sendo bem breve, eu estou cansada de estar em Comissão Parlamentar de Inquérito, de estar em debates, de estar sentada; e há população ainda que sofre tanto!

Eu tenho certeza, teve gente que veio aqui, que pegou dinheiro emprestado; teve gente que veio numa condição, às vezes, sem poder sair para poder falar: "Pelo amor de Deus, não aprova nenhum zoneamento enquanto não resolver a nossa demanda."

Aqui eu faço um pedido a todos: enquanto eu estiver nessa Assembleia, eu vou falar: do jeito que está, eu não concordo. Porque, assim, é muito fácil: "Ah, a gente precisa dar as diretrizes do Estado de Rondônia". Primeiro, a gente precisa resolver a irregularidade de criar reserva sem poder criar reserva, quando as pessoas já estavam na propriedade. E a gente precisa respeitar as pessoas que estão lá.

Eu estive em Cujubim, estive em outros locais, visitando as famílias. Lá não tem árvore não, gente. Tem gado, tem

condições das pessoas quererem ter uma vida melhor. O Estado de Rondônia é isso. São pequenas propriedades. Quando a gente fala "agro", parece devastação, parece que você está de alguma forma fazendo algo irregular; e não! É a forma de as pessoas viverem dentro do Estado de Rondônia. E a gente precisa respeitar isso.

Então, falar em zoneamento sem resolver, sem realmente assim esmiuçar juridicamente, politicamente, na Assembleia, no governo - e eu espero muito, Senador, se o senhor for eleito governador do Estado, que o senhor chame para si a responsabilidade dessas 11 unidades de conservação e fale que quem manda no Estado é o governador, e resolva o que tem que ser resolvido.

É assim que a gente vai dar dignidade para as pessoas. É assim que a gente vai respeitar as pessoas. Falar em desenvolvimento de meio ambiente, onde, na minha região, com mais de 90% de reserva, e o povo está passando necessidade e não aguenta mais falar em reserva, enquanto a gente passa fome, isso daí não é desenvolver estado nenhum. É fazer as pessoas viverem de Bolsa-Família, de benefícios sociais e fazer o povo de Rondônia passar fome.

E além do mais, vão falar para mim assim: "Ah, mas essa questão do meio ambiente é uma pauta federal". Adalto está aqui. Nós estivemos lá em Brasília, Adalto. Falaram que jamais iria ser tirada essa questão do interesse de Funai. Mas, com diálogo, com trabalho, com o dialogar com as pessoas, foi tirado praticamente de seis locais do Estado de Rondônia.

Então, é disso que a gente precisa: resolver as coisas e menos conversa fiada. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos dar prosseguimento.

Só falar minha opinião, rapidamente. A questão da Comissão Parlamentar de Inquérito das reservas foi de fundamental importância; que, somente através da CPI é que nós provamos e comprovamos que criaram reservas sem estudo, sem audiência.

Falar que tivemos avanço, sim. Temos uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) em tramitação para julgamento no Tribunal de Justiça e conseguimos avançar.

Vamos dar continuidade. Só peço celeridade nas falas para a gente poder ouvir a palestra do ministro Aldo Rebelo.

Falta somente aqui o Deputado Camargo e o nosso Luiz Carlos.

Quero agradecer também a presença do ex-governador, ex-deputado estadual da 3ª e 4ª Legislatura, meu amigo Daniel Pereira.

Com a palavra, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Muito bom dia a todos aqui presentes, aqueles que nos acompanham pelas redes sociais da Assembleia Legislativa, pelo canal de televisão aberto da TV Assembleia, aqueles que posteriormente irão acompanhar essa audiência. Na pessoa do meu colega de Parlamento, nosso Presidente

e Deputado Alex Redano, quero cumprimentar todo o dispositivo, em especial os meus colegas parlamentares aqui presentes. Quero, na pessoa do Senador Marcos Rogério, cumprimentar toda a bancada federal e as demais autoridades que estão aqui presentes.

Presidente, eu compreendo o adiantar da hora e a necessidade de nós sermos bem breves e objetivos. Porém, o tema, a meu ver, é de tamanha importância que nós não devemos nos ater ao relógio, porque está dizendo respeito à vida das pessoas. É uma audiência dessa envergadura, que eu quero desde já parabenizar Vossa Excelência, demonstra algo inequívoco aqui para todos.

Aqueles que compreendem que o tema de zoneamento e embargos é o tema principal da ordem do dia no Estado de Rondônia, olhem bem, estão aqui presentes. Seja você mandatário, pré-candidato, se não está aqui, é que para você isso não é prioridade. Muito embora possa vir a dizer isso depois. Mas eu quero começar trazendo algumas informações. Primeiro, para que você que me assiste sabe o que significa essa Audiência Pública.

É a partir desse estudo de zoneamento que o Estado vai intervir naquilo que é seu. O zoneamento socioeconômico, o zono-ambiental diz: "Olha, Wellington, lá do Soldado da Borracha, Graziela, olha, aqui na propriedade de vocês, vocês podem desenvolver pecuária, aqui vocês podem plantar tantos hectares". Em linguagem muito simples, o assunto é tão delicado que é o poder do Estado dizendo aquilo que você pode e não pode fazer com o que é seu. E, a meu ver, depois do direito à vida, à liberdade física e de expressão, o direito à propriedade é o direito mais sagrado que existe.

Então, nós estamos tratando aqui de um tema de extrema importância. E eu tenho falado isso há três anos da tribuna desta Casa. E eu, mais uma vez, vou repetir para que todos aqui tenham conhecimento do estado gravíssimo que nós estamos no Estado de Rondônia, através de uma asfixia com ações por parte do governo federal, e tanto quanto mais gravosa por omissão do governo estadual. E eu vou mostrar isso na realidade, porque palavras não bastam, é preciso mostrar as coisas. Por gentileza, Milson, coloque o documento na tela, o PDF, por gentileza. Coloque a apresentação aí para mim. Obrigado.

(Apresentação de slide)

Muito bem, senhores. Aqui nós temos o mapa do Estado de Rondônia. Quem acompanhou as outras Rondônia Rural Show, em que a Assembleia esteve de forma itinerante, viu que em todas elas, todas, eu mostro a mesma coisa. Mas muitas vezes entra por um ouvido e sai pelo outro. E eu tenho avisado e eu avisei e vou avisar de novo. Esse é o mapa do Estado de Rondônia. Quero convidar o nosso convidado, Aldo, por gentileza, para o senhor ter noção da gravidade do nosso Estado. Esse é o mapa do Estado de Rondônia. Joga na tela agora o que é Unidade de Conservação Federal. Ok, os pontinhos em azul. Vamos lá, Unidade de Conservação Estadual, fruto do nosso desgoverno Confúcio Moura,

que no apagar das luzes criou 11 reservas de forma ilegal. Isso já está demonstrado na Assembleia Legislativa.

Sim, respeito a trajetória política do Senador Confúcio Moura, mas tenho sérias dúvidas se chegaria a governo reeleito se o povo soubesse da traição que ele faria. Está ali, as 11 reservas estaduais. Próximo, por favor.

Unidade de Conservação Municipal, tem duas laranjinhas ali, Município de Porto Velho. Próximo, Terras Indígenas. E aqui eu só vou fazer um parêntese, que depois eu mostro o documento. Pode parar aí. Em 2023, eu officiei a Funai, à Ministra, pedindo que me informassem quantas áreas indígenas, dados oficiais, o Estado de Rondônia possui. Eu vou trazer para vocês o número preciso.

Rondônia possui hoje 23 áreas já demarcadas como Terras Indígenas. Eu fui além. Perguntei para ela: "Me diga quantas outras áreas estão em estudo para serem demarcadas." Vou mostrar o documento ao final. Mais 6. "E quantas áreas ainda estão reivindicadas?" Mais 10.

Faz três anos que eu aviso isso. Faz três anos que eu comunico ao Governo do Estado que há estudos do governo federal demarcando território em Rondônia e o governo nada faz, é omissivo. Aliás, até faz, porque teve Projetos de Lei encaminhados para esta Casa, aportando dinheiro do povo, do contribuinte, seu, para financiar estudos antropológicos para demarcação de novas terras indígenas. Dinheiro seu.

Graças a uma emenda de minha autoria, isso foi retirado do projeto e os outros colegas acompanharam o voto. Mas vamos continuar, coloca na tela de novo. Vamos continuar. Áreas indígenas. Próxima. Ali a zona de — deixa eu ver que eu não estou conseguindo ler aqui — amortecimento estadual. Ok, próxima. Quilombo, área quilombola. Agora o mais importante. Vamos ver o que nós temos na próxima imagem de áreas embargadas.

O que é um embargo? Nada mais é que a Polícia Ambiental indo lá e impedindo que você execute algo ali, porque você não obedeceu às regras que o Estado colocou. Agora dá uma olhadinha para o mapa e olha a realidade de Rondônia hoje. Próxima imagem.

Senhores, essa é a atual situação do nosso Estado de Rondônia. Uma perseguição, seja ela de forma por ação, como os embargos do governo federal, seja uma perseguição por uma omissão do Governo do Estado, em mesmo sabendo dessa situação nunca ter intervindo para achar uma solução concreta.

Está na tela, consulta de base pública. Apenas que vocês saibam, o Município de Porto Velho — quer jogar no Google enquanto eu falo para conferir, pode jogar — é a capital do país com o maior número de áreas embargadas. E aqui, me permitam, eu preciso trazer o bem à luz da verdade, não vejo nenhuma omissão da bancada federal, porque a bancada federal fez o seu papel há mais de um ano, quando fez o estudo socioeconômico para as áreas federais, tanto que agora está saindo aí a BR-319, pelo menos é essa a promessa. A bancada federal fez. Mas, sim, há uma omissão da parte do governo em não ter avançado nisso junto ao Estado, e todos nós sofremos as consequências. Mas me permita, coloque lá o documento na tela apenas para...

porque a gente no Sul é assim, tu tens que mostrar as coisas para as pessoas, para elas compreenderem a gravidade.

Por gentileza, é bom trabalhar com documentos. Esse aí. Está lá, 24 de novembro de 2023, desde 2023 eu estou alertando. Eu avisei. Vão demarcar novas áreas, vão fazer. Ei, Governo do Estado, ei! Governador, sai daqui, vai lá conversar. Viaja para tantos países, vai para Brasília, resolve. Um silêncio ensurdecedor. Próximo documento, apenas para confirmar o que eu disse, depois aqueles que desejarem, estou à disposição para fornecer cópia de todos eles.

Ali estão, senhores. As 23 terras indígenas no Estado de Rondônia, as 10 áreas reivindicadas, inclusive para as respectivas etnias. As 6 em estudos. Detalhe, veio apenas uma agora, tem mais 15 para vir por aí. Olha a importância da decisão de você colocar em locais do Executivo alguém com coragem para enfrentar os problemas que o nosso Estado precisa.

Dito isso, eu quero mais uma vez alertar os senhores que nós não iremos desistir do Estado de Rondônia. Sim, há um plano de ação para asfixiar o agro com embargos, com a FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos) negando financiamento para os produtores, porque, Senador Marcos Rogério, quando há um embargo, não diz respeito tão somente à área, acaba caindo sobre o CPF do proprietário, e às vezes ele tem uma outra área lá no Paraná que não tem nada a ver, e ele tem já uma mancha no seu CPF em razão do embargo muitas vezes colocado de "forma EAD". Frigoríficos que não compram mais, Governo do Estado que omite a emissão de GTA (Guia de Transporte de Animais) para o Soldado da Borracha, em uma completa covardia, colocando dificuldades onde não existe.

Então, senhores, muitas vezes, pior que a ação é a omissão daquele que deveria defender não apenas o seu território, mas os interesses do seu povo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Convido para os seus cumprimentos o senhor Luiz Carlos, que é pré-candidato ao Governo do Estado de Rondônia. E logo após a nossa palestra.

O SR. LUIZ CARLOS TEODORO - Prometo que vou ser breve. Quero cumprimentar o Excelentíssimo Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alex Redano. Na sua pessoa, estendo o cumprimento toda a Mesa.

Também cumprimentar o Excelentíssimo ex-Ministro Aldo Rebelo. Na sua pessoa, estendo o cumprimento a todos que estão representando as famílias que vivem da agricultura familiar.

Quero cumprimentar todos os prefeitos, vereadores, secretários e secretárias, na pessoa do Prefeito de Guajará-Mirim, Netinho.

Quero cumprimentar o pré-candidato ao governo, Senador Marcos Rogério; cumprimentar o pré-candidato a vice-governador, Cirone Deiró, representando o pré-candidato ao Governo, Dr. Hildon.

Quero aqui dizer ao senhor, à senhora, quero também estender a todos que lutam na agricultura familiar, cumprimentar a ativista Índia Maia, que está aqui também representando essa comunidade.

Quero, primeiro, parabenizar o Deputado Alex Redano pela iniciativa, por essa Audiência Pública. Só vamos construir um Estado, só vamos construir uma nação quando há diálogo, quando a gente coloca os Poderes frente a frente para dialogar.

Com todo o respeito a assessores e secretários do Governo do Estado, com todo o respeito, mas quem deveria estar aqui, neste momento, era o governador para olhar frente a frente, para descobrir e buscar caminhos.

Quando falamos no zoneamento socioecológico, é importante dizer aqui para cada um dos senhores que a agricultura familiar, com todo o respeito ao agro, o grande produtor, com todo o respeito, mas a agricultura familiar é o que sustenta esse Estado, é que sustenta o país. O alimento que chega à minha mesa, à sua mesa, vem da agricultura familiar.

Ouvimos aqui dizer que se faz tudo aqui, se resolve no Estado, mas, quando chega no Conselho, há um problema. Eu quero dizer aqui que o conselho não é maior do que a lei. Ninguém está acima da lei. Se existe uma lei federal, a lei tem que ser cumprida.

E o próximo governador deste Estado tem que enfrentar os problemas de frente. Não vamos resolver um problema fugindo do problema. É buscar caminhos.

Eu tenho certeza que, a partir do momento que temos uma representatividade, uma bancada federal com deputados federais, o Congresso representado pelos senadores, nós precisamos, a partir desse momento, que cada instituição tem que fazer o seu dever de casa. Nós não podemos pegar o problema e colocar debaixo do tapete. Os problemas têm que ser resolvidos de frente, com responsabilidade. Hoje, se tem alguém que produz e que gera riqueza para este Estado, é a agricultura familiar.

Hoje, nós sabemos que o Estado de Rondônia é marcado por conflitos no campo, muitas vezes o ICMBio, o Ibama, a Sedam, homens armados, metralhadoras, helicópteros, como se estivesse lidando com bandidos. Não são bandidos. Aqui estão famílias que produzem e vivem da agricultura familiar. Este problema só vamos resolver quando cada instituição fizer o seu dever de casa.

Interessante, senhor Aldo Rebelo. Interessante que hoje, em Rondônia, eu quero dizer uma coisa muito importante: sabemos das lutas sociais do senhor, quando ministro, sempre defendendo aqueles que mais precisam.

Nós temos que parar com esse negócio direita e esquerda. É o direito das pessoas que estão em jogo. Não importa quem está lá em Brasília, nós vamos dialogar e vamos buscar o direito.

Meu nome é Luiz Teodoro, sou advogado.

Que Deus abençoe a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Registrar a presença da nossa querida Deputada Cláudia de Jesus. Muito obrigada, minha querida, pela presença.

Agora, com muita honra, pedindo já desculpas pelo grande atraso. Foram mais de duas horas de fala da Mesa. Eu calculava 30 minutos.

A plateia também vai ter direito às perguntas. Nós estamos aqui com já, temos 30 inscritos já após a palestra.

Então, convidando neste momento para a nossa brilhante palestra, nosso ex-ministro Aldo Rebelo.

Com a palavra.

O SR. JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO – Boa tarde, prezado Presidente Alex Redano.

Cumprimentar o Senador Marcos Rogério e, em nome dele, cumprimentar toda esta Mesa que pacientemente aguarda esta nossa fala.

Agradecer ao convite da Assembleia Legislativa de Rondônia por me permitir restabelecer laços afetivos e políticos que tenho com este Estado. Aqui eu tenho família. Um tio meu, irmão de minha mãe já foi vereador aqui no Estado, não sei se foi em Buritis. Aqui tem uma prima minha que está presente, também. E amigos da política.

Eu fui Presidente da Câmara e vim aqui muitas vezes. Encontrei recentemente, agora de manhã, Nilton Capixaba, um dia desses em Cerejeiras encontrei Natan Donadon. Encontrei deputados com os quais convivi e pude visitar Rondônia quando presidi a Câmara dos Deputados, e Nilton e Natan integravam a Mesa da Câmara naquele período.

E tenho também laços mais recentes por conta da relatoria do Código Florestal. Fiz aqui várias Audiências Públicas com o Senador Acir Gurgacz, acho que em Ji-Paraná, ou Ariquemes, e com o nosso saudoso, que era deputado, depois foi senador, Moreira Mendes. O Moreira Mendes viabilizou aqui, creio que com o prestígio dele, um título que eu recebi de cidadão de Rondônia.

Então, portanto, eu tenho essa responsabilidade porque, além de cidadão alagoano, também sou cidadão de Rondônia, embora tenha feito toda a minha trajetória política por São Paulo. Encontrei aqui a Deputada Cláudia, filha também do ex-deputado Anselmo, que ajudou na época no Código Florestal nessas Audiências Públicas que nós por aqui realizamos.

O Lindomar Garçom ainda está por aí? Lindomar Garçom, que também prefeito, foi deputado comigo. Querido colega, uma boa notícia te encontrar aqui com saúde e ativo na política, Lindomar.

Pois bem. Nós aqui testemunhamos pelos vários depoimentos das deputadas e dos deputados qual é a situação de Rondônia. Rondônia é um Estado rico, promissor, mas um Estado interdito, bloqueado institucionalmente. Não é bloqueado por falta de empreendedores, não é bloqueado por falta de capital, não é bloqueado por falta de tecnologia. É um bloqueio institucional, que é o mesmo bloqueio e a mesma interdição que alcança o Brasil, e dentro do Brasil,

principalmente, a Amazônia brasileira.

O Brasil não é apenas um país interdito, o Brasil é um país ocupado. Ocupado por interesses que não são os interesses do Brasil, que não são os interesses da nossa população, que não são os interesses do nosso povo.

Rigorosamente, o Brasil não é mais um país independente. O Brasil é um país tutelado. A nossa independência foi alcançada em 1822. Agora nós estamos precisando fazer uma nova independência, libertar o Brasil da tutela, da dominação de interesses que são alheios aos interesses do Brasil.

Se nós tomarmos a referência de Rondônia, o destino foi muito generoso com Rondônia, deu a Rondônia - e como deu ao Brasil - o que negou à maioria dos países do mundo.

Qual o país que pode olhar para as três necessidades básicas que movem o mundo, que são segurança alimentar, nenhum país do mundo tem as condições do Brasil para prover a sua própria segurança alimentar e a segurança alimentar do planeta. Segurança energética: a Amazônia é uma fábrica de energias. Esse rio Madeira, daqui de Porto Velho até a fronteira com a Bolívia, tem 19 quedas d'água. Só duas foram aproveitadas até agora, essa de Santo Antônio e a de Jirau. É uma fábrica de energia em escala, energia a mais sustentável do mundo, que é a hidrelétrica. Todos esses rios que nascem aqui ou na região dos Andes ou no Planalto Central, descem para a Bacia Amazônica, formando cachoeiras, quedas d'água. São fábricas naturais de energia interditas, criminosamente interditas.

A China está agora construindo em cima do Tibete, a 4.000 metros de altura, a maior hidrelétrica do mundo, em um rio que, comparado com esse Madeira, com esse Tapajós, com esse Japurá, Juruá, Xingu, Purus, é um riacho, comparado com esses. E nós aqui bloqueados.

Você tem uma fronteira de agropecuária, esse Estado hoje já tem um rebanho bovino maior do que o do Uruguai, duas vezes quase o do Uruguai, quase igual ao da Austrália. Já produz queijos premiados no mundo. Já produz um café de primeira qualidade, reconhecido internacionalmente. Estive em Cerejeiras recentemente e vou inaugurar uma destilaria de milho. Produção de soja; ou seja, uma fronteira agrícola maravilhosa.

E a fronteira mineral? Cassiterita, ouro. Nenhum lugar do mundo tem ouro igual ao que tem nessa bacia do rio Madeira, essa calha do rio Madeira. E a dos rios, adjacentes ao Madeira. Todo mundo sabe disso. Isso é interdito.

Certa vez, a Deputada Marinha Raupp levou lá em Brasília, eu era ministro, a Prefeita de Espigão D'Oeste, Dona Lúcia Tereza. Saudosa prefeita, deputada estadual aqui nesta Assembleia. E eu conversei com ela sobre aquela mina de diamante. É uma das maiores do mundo! Lá dentro da terra dos Cinta Larga. Desperdiçada, bloqueada criminosamente.

Eu quero saber em qual país do mundo, tendo no seu território uma mina de diamante como tem Rondônia, o Brasil e Espigão D'Oeste, está interdita? Qual país do mundo interditaria essa riqueza? Está lá, bloqueada.

E o próprio governo, lá, quando você consulta, diz quantos bilhões de dólares já saíram daquela mina de contrabando. A Polícia Federal já prendeu contrabandista em Espigão D'Oeste, levando diamante que não gera nada para o país.

Portanto, a riqueza está aqui; a energia está aqui; a agropecuária, a agroindústria estão aqui; as terras raras, porque não é só cassiterita, ouro, estanho, não! Terras raras em Rondônia. Bloqueado e interdito.

E bloqueado por quem? Pelo Supremo Tribunal Federal, que hoje é o tribunal de tudo; pelo Ministério Público — o Federal, com certeza; o dos Estados eu não acompanho muito de perto; pelo Ibama, pela Funai, pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério das Populações Indígenas.

Essa gente faz um discurso de defesa dos índios e da Amazônia como um paraíso. Só que essa gente abandonou o paraíso. A senhora sabe onde mora a Ministra das Populações Indígenas? Em São Paulo. A "tribo" dela é aquela "tribo" dos banqueiros da Faria Lima e das madames da Faria Lima. É a "tribo" da Dona Guajajara, é aquela. Não está aqui na Amazônia, está lá em São Paulo. Foi atrás de mandato em São Paulo e vive em São Paulo. E a Dona Marina, do mesmo jeito. Eu vou mais no Acre do que a Marina Silva, pode ter certeza de que vou mais lá, muito mais do que ela. Também está lá em São Paulo, morando nos Jardins e recebendo os votos e o apoio das madames herdeiras dos banqueiros da Faria Lima. Isso, todo mundo sabe.

E a população que ela diz viver no paraíso está aqui! Aqui ó! Ai, nessa área do Soldados da Borracha. O meu pai foi soldado da borracha. Vinte anos, durante a guerra. Foi recrutado. Foram 55.000 sertanejos, nordestinos, que vieram aqui para garantir a borracha para os aliados fazerem a guerra. Vinte e cinco mil morreram aqui, na malária, nas doenças infecciosas.

Os que remanesceram nunca foram reconhecidos como combatentes, porque o governo não queria dar uma aposentadoria, uma pensão, mas lutaram como combatentes; morreram como combatentes. Vinte e cinco mil foram para a Itália. Lá, morreram 400. Dos 55 mil que vieram para a Amazônia pegar a borracha, 25 mil morreram.

E os remanescentes, são tratados como? Porque ficaram aqui embrenhados nas matas. Meu pai voltou lá para Alagoas e minha tia dizia: "Quando ele chegou aqui, ninguém reconhecia mais. Estava desfigurado de malária." Morreu, inclusive, muito jovem. Minha mãe ficou viúva com 27 anos.

Pois bem, mas o importante aqui é exatamente perguntar: o que fazer? O que é que se faz diante disso? Um país interdito pelas suas próprias corporações; um Estado interdito pelas suas próprias corporações. Faz-se um zoneamento social, econômico e ecológico? É importante fazer. O zoneamento é disciplinar a ocupação e o uso do solo.

Mas o Brasil não tem mais soberania sobre o uso e a ocupação do seu território. Por quê? Porque essas corporações estão controladas de dentro.

Ministério Público aqui na Amazônia é o braço jurídico das ONGs. Se um agricultor precisar de um advogado, ele paga. Se uma ONG precisar de um advogado, bate na porta do Ministério Público e sai de lá com uma ação. Lamentavelmente, com honrosas exceções, é isso que acontece na Amazônia.

Andei por aqui. Passei em 2023 por toda essa Transamazônica; de carro, parando, conversando e discutindo. Promotor que não recebe vereador; Promotor que não recebe produtor rural, mas se bater ONG na porta é recebida de braços abertos. Essa é a situação que nós temos.

Aqui em Rondônia também, uma determinada promotora, que quando recebia as ONGs, recebia de braços abertos. Quando era para receber produtor rural, entrava com polícia armada de escopeta, como se estivesse recebendo criminosos. Isso aconteceu aqui no Estado de Rondônia. **(manifestação da galeria)**

Pois é, claro, pessoal, isso é uma situação de anomalia. Nós não podemos dizer que vivemos em um estado de direito no Brasil. O Brasil não tem apenas um problema de insegurança jurídica. Segurança jurídica é a relação entre o ente privado e o Estado. O Brasil vive um processo de insegurança institucional. É quando não há segurança na relação entre os próprios Poderes, tanto na esfera federal quanto no Estado.

Então o governador pode, sem estudo nenhum, por decreto, criar 11 unidades de conservação. A Assembleia revoga, e o Tribunal de Justiça diz que não, porque não houve o estudo. Ou seja, não precisou de estudo para criar. É preciso um estudo para revogar? O poder político submetido ao Poder Judiciário, submetido ao Ministério Público, submetido às ONGs. Essa é a situação que nós temos no Brasil.

Nós não temos mais aqui a separação entre os Poderes, porque o Supremo Tribunal Federal é o poder de tudo. Não há mais separação entre os Poderes na Constituição. O Supremo decide qual a Comissão Parlamentar de Inquérito que deve existir e o que não deve, quem pode e quem não pode depor em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o que é e o que não é golpe de Estado. Decide sobre matéria orçamentária. E o poder político vai se apequenando diante da ação dessas corporações. Eu acho, como se diz lá no Nordeste: a marreta só tem força de cima para baixo; a marreta não tem força de baixo para cima. Ela só tem força quando desce. Então, nós temos que escolher a marreta. A eleição está aí. Sem uma liderança maior que se imponha ao país, nós não vamos resolver essa situação, pessoal.

“Quais são as medidas, então, que o senhor acha que devem orientar o país?” Quem quer que vá se eleger, se não quiser ser um Presidente ornamental, se não quiser ser um jarro no Palácio do Planalto, que vai olhar para o Supremo e vai mandar mais do que ele; vai olhar para o Congresso, vai mandar mais do que ele; vai olhar para o Ministério Público, vai mandar mais do que ele; vai mandar para a Funai, vai mandar mais do que ele; o Ibama vai mandar... Qualquer um manda mais do que o Presidente.

O Presidente atual não diz que é a favor da exploração do petróleo da margem equatorial no Amapá? O Presidente do Ibama disse que não; e a palavra do Ibama é o que vale. É a palavra do Ibama que vale. Essa loucura da Funai de demarcar Terra Indígena onde não tem índio, mas não é só aqui, não. Você vai em Alagoas, em um município lá antigo, Palmeira dos Índios, está lá a Funai querendo demarcar terra indígena. Você vai no Rio Grande do Sul, é a mesma coisa. Você vai em Santa Catarina, é a mesma coisa. Na cidade de São Paulo, no Município de São Paulo, criaram grupos de trabalho para demarcar terra indígena.

Então, essa gente perdeu completamente o limite. Então, a primeira coisa que tem que fazer. Eu estou dizendo isso, pessoal, não é com verbosidade, não é com adjetivos. Você não enfrenta isso com adjetivos, com valentia gratuita. Está certo? Não. Enfrenta isso com serenidade, mas com coragem.

Primeira instituição a ser enfrentada é o Supremo Tribunal Federal. E eu não me refiro aqui a pessoas dos Ministros. Eu estou aqui me referindo à instituição. Não é o ministro A, B ou C. É a instituição Supremo Tribunal Federal. Tem que ser enfrentado. Primeiro dia, tem que apresentar um conjunto de Emendas à Constituição que retire da Constituição o poder do Supremo de ser o poder de tudo, senão o país é ingovernável.

Tudo o que se fizer aqui, tudo. Por exemplo, eu acho que tem que tirar da Funai o poder de demarcar terra indígena. A Funai vai continuar fazendo o parecer, participando, mas a decisão tem que ser de uma outra instância independente. Tem que ser de uma outra instância independente. Eu tentei isso, meu Deus. Lá atrás, eu e o Deputado Ibsen Pinheiro apresentamos um Projeto de Lei, mas ficou lá pelo caminho.

Retira. Passa para uma outra instância. A Funai participa. Prefeito, o senhor é prefeito de 8% do seu município. Se 92% — viu, deputada? —, se 92% está sob a jurisdição ou do Estado ou da União por conta de terra indígena, de unidade de conservação, ele é prefeito de 8%.

E a anomalia dessas corporações, dessas autarquias, qual é a anomalia dessas autarquias? É que a norma permite que áreas de entes federativos sejam confiscadas sem que o ente federativo seja ouvido. Porque quando você demarca uma unidade de conservação ou terra indígena, você está retirando jurisdição do Estado e do município. Por essa razão é que essas decisões não dizem respeito ao agricultor, ao dono da vaca ou da roça de milho e de qualquer coisa que esteja lá dentro dessas áreas. Diz respeito ao município.

Quando você interdita o município, você interdita a renda do município, você interdita o comércio. Por essa razão é que nessas audiências, Presidente Alex, o senhor tem que convocar a sociedade de Rondônia inteira. O senhor tem que dizer para o advogado, para o médico, para o dentista, para o fisioterapeuta que se o Estado for interditado, a população não vai ter renda para ir no comércio. É a renda do campo. É o sujeito que está criando a vaca, plantando a roça, fazendo qualquer atividade que permite que a esposa vá em uma boutique

e compre uma roupa, que o filho vá na escola e pague, que outro vá no dentista e pague, vá no médico, vá no advogado. É a vida econômica do Estado.

Qual é a renda e a vida econômica de Rondônia? Vem de onde? Do sistema financeiro? Não, isso é na Faria Lima. Do setor de serviços? Não, isso também é São Paulo, é o Sudeste, é o Sul. A vida econômica desse Estado vem dessas atividades. Quando você interdita essas atividades, você interdita tudo. Você interdita o comércio, os serviços, a prefeitura. Você derruba a renda de todo mundo.

Eu passo aqui naqueles municípios ali da Transamazônica, passei lá, Altamira, Uruará, Itaituba. Olhe, quando tem uma operação desses órgãos ambientais, a arrecadação da prefeitura e a renda do comércio caem rapidamente, imediatamente, porque é assim que acontece.

Então, a primeira medida é essa, enfrentar o Supremo com uma emenda. Você tem que organizar todos os artigos, todos os parágrafos, todos os incisos, revogar ou modificar e dizer o seguinte: "Não, o Supremo será um tribunal constitucional e não um superpoder". Ou faz isso ou esqueça, porque você vai tomar uma decisão aqui, eles vão revogar acolá, pode ter certeza.

Segundo, criar uma autoridade para demarcação de terra indígena. A Funai continuará sendo importante, mas não mais terá a palavra final. É a outra autoridade que vai decidir. Apresentou a Funai e diz: "Não tem que demarcar essa mesa toda"; a autoridade vai dizer: "Não, essa mesa aqui não pode, porque aqui tem área importante para a mineração. Ali tem os agricultores. Ali, aquela pode". Então, é isso que vai acontecer.

Unidade de conservação também não pode ser mais do ICMBio e do Ibama. Essa gente não tem a prudência, não tem a sabedoria de combinar o interesse ambiental com o interesse social, com o interesse econômico. Então, você tem que criar uma outra autoridade. O Ibama e o ICMBio vão participar, vão fazer parecer, vão fazer estudo, mas a decisão não pode ser mais deles. Eles não têm maturidade, não têm isenção, não têm independência.

Menino faz um concurso para entrar no Ibama, ele acha que passou em um concurso para ser militante do Greenpeace. No Ministério Público também é a mesma coisa. Honrosas exceções, mas é a mesma coisa. Eles acham que são militantes ambientalistas. Um órgão de Estado participa de conselho de ONG. Aí o Promotor vira conselheiro de uma ONG. Por que ele virou conselheiro de uma ONG? Por que ele não virou conselheiro do sindicato rural? Por que vai virar da Ong? Não, ele é um servidor do Estado brasileiro. Ele tem que olhar para a ONG e olhar para o produtor rural lá da área do Soldado da Borracha com os mesmos olhos e pesar todos os interesses.

Então, é preciso criar uma outra autoridade para a criação dessas unidades de conservação, porque também é uma coisa sem limite. Você vai lá no Rio Grande do Sul, lá em cima da serra, em Vacaria, pecuária de 500 anos. Aquilo ali quando começou a pecuária não era nem Brasil. Foram os jesuítas espanhóis que criaram Vacaria

ali; 500 anos depois eles querem impor tantas restrições que inviabilizam aquela atividade.

Na região lá da fronteira com o Uruguai, a Argentina, também é uma pecuária de 400 anos. Agora querem criar uma unidade de conservação de 180 mil hectares para quebrar 30 prefeituras, o comércio, acaba com tudo, porque a renda daquela sociedade vem dessa atividade. Então, tem que retirar desse Ibama e desse ICMBio esse poder.

Isso é muito simples, porque boa parte disso você pode fazer por lei, por medida provisória ou por decreto. Esse poder que o CONAMA tem, o poder de legislar. Por que o poder de legislar se ali ninguém foi eleito? O poder de legislar tem quem é eleito, o vereador, o deputado, o senador. Você dá para uma corporação que reúne ONGs o poder de legislar? Uma resolução do CONAMA é lei. Virou uma confusão. Só o Congresso é que pode revogar com um decreto legislativo.

Bem, e o licenciamento ambiental? No Brasil, para licenciar uma obra, você não sabe se vai acontecer em 5 anos, em 50 ou em 500 anos, porque qualquer um pode embargar uma obra no Brasil. Uma ONG pode embargar uma obra.

Essa Ferrogrão está embargada por um pedido de uma ONG ao Supremo, e o Supremo decidiu lá por um ato monocrático, uma decisão monocrática de um juiz, que eu tenho certeza que nem sabe onde fica a Ferrogrão no mapa. Pode botar o mapa em cima da mesa desse juiz e perguntar onde fica essa Ferrogrão que não vai saber dizer. Mas parou. Ficou aí 6 anos. E vai continuar parada. Como é que faz? Tem que criar uma autoridade única de licenciamento ambiental, com prazo para decidir. Em 24 meses, não decidiu, cai na figura do decurso de prazo. Não decidiu, está decidido, está licenciado.

E, contra uma obra licenciada, a decisão judicial só depois da obra concluída, para não sair parando obra pelo caminho, porque qualquer um para uma obra. Ministério Público para o juiz de primeiro grau para. Essa BR-319 aqui, de Porto Velho a Manaus, tem umas 5 decisões de juiz de primeiro grau. Promotor daqui entra e para, o outro entra e para, o outro entra e para.

O potássio de Altazes também está parado por juiz de decisão de primeiro grau. Qualquer juiz de primeiro grau para uma obra no Brasil. Qualquer obra. Pedido de uma ONG para. O Ibama para. O Ministério Público para. O órgão ambiental do Estado para. Qualquer um para.

Então você tem que revogar. Todo mundo vai dar uma opinião. Agora, a decisão pelo licenciamento vai ser de uma autoridade única, com prazo para decidir, porque, senão, o Brasil não tem saída. Escrevam isso. Mesmo que o Presidente da República diga: "Não, faz uma lei aí, não é mais a Funai que vai decidir, ou o Congresso. A Funai vai dar o parecer, mas é outra autoridade." O Supremo revoga no mesmo dia.

Então, você tem que começar com o Supremo a fazer um acerto de contas. Dizer: "Não, aqui a Constituição vai estabelecer os limites entre todos os Poderes". Senão, difícil achar que vai. A Assembleia Legislativa de Rondônia já foi bloqueada aqui já no próprio Tribunal

de Justiça. Uma decisão que é essencialmente do Poder Legislativo, discutir e revogar uma portaria do Poder Executivo por uma lei. Então, essa é a anomalia que o Brasil está vivendo. E isso obedece a interesses que não são nossos.

Mas você tem um Estado desse, promissor. Nenhum Estado do Brasil, olhe, eu não conheço de ouvir dizer, eu vou atrás das informações. Nos últimos 20 anos, o Estado de São Paulo, que é o meu Estado, onde eu vivo e faço política, aumentou as exportações em 5%, 8%, uma coisa assim, em 20 anos, aumentou em 5%. Mato Grosso, que é o que mais cresceu, aumentou em 139%. Rondônia aumentou em 200%. Ele está aqui em uma encruzilhada que pode tanto ter uma saída para o Pacífico quanto para o Atlântico. Ele está aqui no caminho. Essa hidrovía vai bater aí nesse porto Itaquiara, ou Santarém, ou aquele outro porto lá de Santana. Isso aqui vai bater nos portos do Peru.

Agora, qual é a situação dessa rodovia, da BR-364? Isso precisava estar duplicado há muito tempo, em plenas condições.

Essa hidrovía aqui do Madeira, pessoal, não é para estar na situação que está. Quase que uma hidrovía sazonal. Isso precisa ser submetido a um processo constante de manutenção, de ampliação, de desassoreamento, para ser o nosso Mississippi. O rio Madeira pode ser. E daqui sai para, para o Pacífico, pelo Panamá, ou sei lá por onde, para a Europa, direto.

Agora, esse Estado não tem 1 quilômetro de ferrovia, pessoal. É um retrocesso, porque já teve. Madeira-Mamoré está aí. Não tem mais 1 quilômetro de ferrovia funcionando em Rondônia.

A hidrovía é precária. A rodovia, mais precária ainda. Isso é uma forma de bloqueio. Isso é uma forma de interdição. Isso aí refreia qualquer tipo de investimento, porque isso aqui você podia já estar convertendo a agropecuária em agroindústria rapidamente.

Isso aqui poderia ser um corredor de logística para o Pacífico e para o Atlântico. Rondônia tem todas as condições para isso. De processar, de não ser apenas um Estado de passagem de riqueza, que chega aqui, a soja despeja aqui no porto e daqui vai para... Não. Isso aqui podia ser um centro já de processamento.

Essa mina de diamante, com uma política fiscal e tributária de incentivo ao processamento desse diamante, poderia mudar a fisionomia de Espigão D'Oeste e do Estado. Esse ouro que está aqui no rio Madeira e nas adjacências dele, só que a logística bloqueia se você não tem certo. E a insegurança no campo. Eu digo, só no Brasil, que é uma sociedade esquizofrênica, é que alguém que está criando uma vaca e fazendo uma roça pode ser perseguido pelos órgãos do Estado. E se eles estivessem plantando maconha ou papoula para fazer droga? Mas estão criando uma vaca, estão trabalhando pela segurança alimentar de Rondônia e do país. Qual é o país do mundo que faz uma coisa dessas? Eu imagino o chinês, dizendo: "O que aquele pessoal está fazendo ali?" "Ah, não, eles estão criando vaca." "E fazendo o quê?" "Não, estão plantando uma roça." "Não, então

vamos proteger esse pessoal, que ele é importante para a sociedade."

Aqui a gente hostiliza, aqui a gente persegue, aqui a gente embarga. Um terço das propriedades do Tocantins estão embargadas. Aí chegou lá o juiz e me falou, disse: "Olhe, chegou aqui, o Promotor trouxe um cidadão, dizendo: 'Não, ele está produzindo em uma área embargada.'" Isso o juiz que me falou.

O que é uma área embargada? É uma área que estava ocupada e que em cima dela o Estado criou uma unidade de conservação ou uma terra indígena. Pessoas que o próprio Estado trouxe. Trouxe para cá, para a Amazônia, naquela história que já foi dita aqui: integrar para não entregar. Terras sem homens para homens sem-terra. Era essa a conversa. Agora embarga essas propriedades. Quando a propriedade está embargada, você não pode nem colher o que está ali. Você é completamente proibido. A legislação financeira no Brasil para a propriedade rural, se um chefe do narcotráfico precisar do empréstimo, ele vai lá, não precisa apresentar nada, nenhum documento, só as garantias. Ele leva o empréstimo. Um agricultor, ele precisa levar 180 mil certificados de tudo.

Se uma nuvem de fumaça passa por 10 propriedades, o satélite multa as 10. Independentemente de onde tenha a origem, a queimada e a fumaça, porque é a norma que atribui responsabilidade a crime de terceiros. Se a sua propriedade pega fogo, não adianta se foi seu inimigo que tocou fogo nela, o senhor é quem vai responder. Crime de terceiros.

Então, eu acho que essa anomalia o Brasil tem que enfrentar, está certo? E enfrenta com a segurança jurídica no campo, porque a insegurança jurídica bloqueia o investimento. A área mais pobre de São Paulo era uma área lá do Pontal do Paranapanema, onde as propriedades não tinham Título. Se não tem Título, como é que vai se investir? Que garantias ela pode oferecer? Então, a segurança jurídica é uma medida importante.

E acho que outra norma que precisa ser mudada é transferir da União para os Estados algumas atribuições e, principalmente, as terras. Na época do governo militar, por conta de ameaça de guerrilha, não sei de quê, o Incra passou a ser o dono de todas as terras do país. Tudo ficou federalizado. Não tem mais essa ameaça. Então, tem que devolver para os Estados e os Estados convenir com os municípios para fazer a regularização fundiária.

Então, Presidente, se nós queremos, em Rondônia, fazer o zoneamento socioeconômico e ecológico, que distribua com o Estado onde vai ser a área de agropecuária consolidada, a área de mineração, a área florestal do manejo da indústria de madeira, a área para a logística, para a infraestrutura, a área de proteção onde deve ficar a reserva de floresta, os corredores ecológicos, tudo isso combinado. Porque o país, problema da nossa doutrina de licenciamento, muitas vezes, e que preside algumas dessas instituições, é que o licenciamento só é visto a partir de uma ótica, que é a do meio ambiente.

Mas o licenciamento tem que ser um triplice licenciamento. É o ambiental? É. Mas quando você faz

uma obra, você faz uma hidrelétrica dessas aqui, Santo Antônio ou Jirau, tem a questão ambiental? Tem. Mas tem a questão social. Essa energia vai iluminar casas que não têm energia, vai levar energia para hospital, para escola. Então é o licenciamento social.

Aqui na Amazônia é o lugar que mais tem escola sem luz elétrica, eu vi várias. Na beira do rio Purus, chega lá na escola, toco de vela no chão. "Professor, para que essas velas?" "Para corrigir prova de noite, porque não tem luz elétrica." Eu vi agora em São Félix do Xingu, comunidade de 6000 pessoas que não tem luz elétrica. Então, é preciso você, quando licenciar a obra, ver o problema ambiental e ver o problema social.

Emprego. Vai gerar emprego? Eletricidade é um insumo fundamental para a economia, vai gerar emprego. Vai gerar tributos para o município, para o Estado, para a União? Vai gerar divisas para o país?

Quando foi feito aqui essas duas hidrelétricas, aqui em Santo Antônio de Jirau, eu era ministro do Presidente Lula. Eu que levei a proposta, porque o pessoal se queixava que o Ministério das Minas e Energia só cuidava de petróleo, não cuidava de hidrelétrica. Eu levei, está aqui. Aí ele disse: "Converse com mais alguns ministros para ver o que é que eles acham."

E aí, Deputado Pedro, eu fui conversar com o ministro da Agricultura, que era Roberto Rodrigues. Ele diz: "Aldo, isso não é um projeto de energia, isso é um projeto agrícola. Sabe por quê? Vai nos dar 100 mil hectares de áreas irrigáveis para a agricultura. Isso é um dos maiores projetos de agricultura do Brasil." A área a ser irrigada com a represa dava à Rondônia uma outra área de 100 mil hectares para a agricultura. Eu lembro dessa conversa com o Roberto Rodrigues.

Fui conversar com o ministro dos Transportes, ele diz: "Aldo, isso aí é um grande projeto de hidrovía, se fizer as eclusas, nós vamos ter uma hidrovía importante nessas áreas."

Agora, veio o meio ambiente, intercedeu, como fez em Belo Monte, para fazer represa com uma série de restrições. Não sei se as eclusas aqui foram construídas, se foram depois construídas, porque não foram feitas na época, mas podia fazer depois para permitir a navegação. Então é o seguinte: numa obra de energia, você tinha uma obra para a agricultura e você tinha uma obra para o transporte. É esse o licenciamento que precisa ser feito. Porque qualquer dano numa obra você vai ter. Isso aqui provavelmente tinha árvore quando foi construído esse prédio.

São Paulo era toda floresta, virou uma metrópole. Se você for rigoroso no dano ambiental e fizer licenciamento só pelo aspecto ambiental, nem gravidez a mulher pode ter mais, porque o menino quando nasce vai emitir algum tipo de coisa. "Não, a senhora não pode mais engravidar, que esse menino vai emitir gases de efeito estufa."

Pessoal, não pode ser apenas esse ponto de vista. Claro, se o dano não é compensado pelos benefícios, você diz: "Não, essa obra não pode, porque só tem dano, não tem benefício nenhum." Mas você tem que calcular os benefícios para ver se compensa. E a riqueza é uma

coisa importante para que a obra seja licenciada.

Então, o que eu sugiro, Presidente, é que a mobilização para o debate sobre o zoneamento envolva a sociedade como um todo, porque isso aí não é o interesse do cidadão que vai criar uma vaca ou plantar uma roça ou fornecer milho para o etanol de Cerejeiras. Não. É interesse de todo mundo. O advogado tem que estar envolvido, o sindicato dos trabalhadores tem que estar envolvido, o do comércio.

Eu falei lá em Belém. Eu digo: "Olha, esses meninos todos que trabalham em butique, pelo interior do Pará, todos eles estão na lojinha vendendo ali e atendendo, porque tem uma turma gerando a economia que movimenta o comércio." Então, tem que chamar também a professora, o professor, todo mundo tem que participar. Porque isso não é um interesse do produtor somente; é do interesse dele, mas é do interesse de toda a sociedade.

E esse licenciamento tem que envolver tudo. Tem que licenciar o rio Madeira para melhorar essa hidrovía. Tem que licenciar a duplicação da BR-364. Tem que estudar a possibilidade de um corredor, mesmo que não seja feito agora, porque isso é mais difícil. A do rio Madeira é a mais fácil que tem. Mais fácil.

Eu converso com amigos meus que entendem de logística, de infraestrutura, dizem: "Aldo, o mais fácil, o mais rápido é melhorar o corredor hidroviário do rio Madeira. Esse é o que está ao alcance. Não precisa fazer grandes obras de engenharia." Para fazer uma ferrovia daqui para o Peru, pelo amor de Deus, com essa legislação nós vamos levar 500 anos. Mas essa obra está mais ao alcance.

Então, você tem que projetar o licenciamento para o funcionamento do Estado, para a ocupação e o uso do território como um todo. E Rondônia fazer parte do esforço e do interesse em contribuir para que o Brasil seja desinterditado lá com essas normas federais. Tem que tirar o Supremo do caminho. Ministério Público tem uma missão nobre, eu acho: combater o crime organizado, a corrupção.

Agora, parar o país? Não, pessoal. Isso tem que ser revisto. Isso não pode continuar como uma atribuição absoluta dessas corporações.

Então, acho que o Brasil recebeu do destino o que nenhum outro país recebeu. Qual é o país do mundo que pode olhar e ter a fronteira agrícola que nós temos? Disponível. Disponível. Porque aqui você tem recursos naturais, que é o solo, a água, o clima. Você tem o conhecimento de agricultura tropical, você tem uma Embrapa produzindo conhecimento para transformar o cerrado, onde a terra não valia nada. "Terra do cerrado, nem dado e nem herdado", era isso que se dizia antigamente. Virou uma bacia de grãos e de proteína, conhecimento. E você tem aquilo que é o mais essencial, que é o produtor rural.

É esse tipo humano que boa parte do mundo procura e não tem. E nós temos esse produtor rural, esse homem, essa mulher que se adaptam a qualquer sacrifício para criar uma vaca e fazer uma roça. Nós temos tudo isso.

Nós temos a fronteira mineral. No século das terras

raras, meu prezado, no século das terras raras, o Brasil é o país das terras raras. Todo canto tem terras raras. Você tem terras raras em Rondônia, na Amazônia, em São Paulo, em Minas Gerais, em Goiás. É o que vale hoje no mundo é ter terras raras. O Brasil tem de sobra. E o Brasil tem energia de petróleo, da bacia de Pelotas, lá do Rio Grande, de Vossas Senhorias, até a fronteira com Amapá, o Brasil tem petróleo.

Se entrar aqui pelo Estado do Acre, na fronteira com o Peru, o Brasil tem petróleo. Aí o Brasil tem energia de biomassa. Aí o Brasil tem biodiesel. Aí o Brasil tem etanol de milho, etanol de cana. Aí o Brasil tem energia solar. Aí o Brasil tem energia eólica. O Brasil tem tudo. Tem tudo. Se precisar de potássio, o Brasil tem. Se precisar de fosfato, o Brasil tem. Se precisar de ouro, o Brasil tem. Se precisar de estanho, da cassiterita, o Brasil tem. Se precisar de nióbio, o Brasil tem. Se precisar de urânio, o Brasil tem. O Brasil tem tudo.

O destino, a natureza foi muito generosa com o Brasil. Agora as escolhas aqui não foram. As escolhas. Agora as escolhas você pode mudar. O destino você não muda. Se você nasceu filho da Dona Maria como eu nasci, você vai ser filho da Dona Maria o tempo inteiro. Se você nasceu em Viçosa, em Alagoas, você não vai poder agora escolher para nascer em Ariquemes. Agora sua profissão, onde vai viver, tudo isso você escolhe. A natureza já nos deu o que não deu para ninguém. Agora eu acho que as escolhas nós podemos fazer.

E isso me torna uma pessoa otimista e confiante. Porque aqui, esse hino que nós ouvimos tão bonito fala dos bandeirantes de Rondônia. O Hino de Rondônia, dos bandeirantes de Rondônia, sentinela da fronteira. Destemidos pioneiros, é isso que fala o hino. Tão bonito. Tomara que as crianças de Rondônia ouçam diariamente esse hino nas escolas para não perder essa memória e honrar os antepassados e aqueles que estão lutando aqui até hoje.

Então, o Brasil tem tudo ao alcance. Quem é que tem no mundo essas possibilidades? Eu não vejo ninguém que tenha. A grande vantagem dos Estados Unidos, sabe qual é? É que ocupou todo o seu território demograficamente e economicamente. Essa é a grande vantagem dos Estados Unidos sobre o Brasil. Qual é a grande desvantagem do Brasil sobre os Estados Unidos? É que nem ocupou economicamente, nem ocupou demograficamente o seu território, principalmente essa Amazônia Ocidental aqui.

Agora, vamos mudar o raciocínio. Qual é a grande desvantagem dos Estados Unidos em relação ao Brasil? É que já ocupou. Qual é a grande vantagem do Brasil em relação aos Estados Unidos? É que pode ocupar. Então, quando o Brasil transformar, como eles transformaram, eles fizeram isso na metade depois da Guerra de Secessão. O país destruído com aquela guerra civil. Os estadistas americanos disseram: "O que é que faz agora com um país destruído?". Um milhão de homens desmobilizados da guerra. "Marcha para o oeste. Atravessa o Mississippi e vamos atrás do ouro da Califórnia. Vamos atrás das terras agrícolas da Califórnia."

E a gente vê naqueles filmes de faroeste aquelas diligências chegando, ocupando as terras, distribuindo. Eles fizeram isso há 150 anos. Só que o nosso Oeste está aqui para fazer o mesmo papel. Cabe a nós fazer essa escolha. Isso é nosso, do Brasil.

Nós não podemos aceitar que uma ONG financiada nos Estados Unidos, na Noruega, na "casa do diabo", chegue aqui e estabeleça as regras para o nosso... Não, aceitamos não, isso não, não pode ser, não. Nós não aceitamos isso.

Então vamos olhar para o futuro com otimismo e com confiança, porque isso está ao nosso alcance fazer. O que precisa é de coragem, de autoridade que tenha além do poder, porque o poder é dado por uma norma. A Constituição dá poder. Para o presidente, para o senador, para o deputado. O poder vem da norma. A autoridade vem da biografia. A autoridade vem do comportamento. A autoridade se impõe pelo respeito, por uma biografia limpa. Certo? É isso. Você olhar para um homem público e dizer: "Esse aqui pode falar." É possível? É.

Eu fui 6 vezes deputado, fui presidente de Câmara, fui ministro de 4 pastas; 4 ministérios eu ocupei. Complicados. Fui Secretário da Casa Civil. Ministério Público nunca gastou uma folha de papel para me processar para nada. Nem o Ministro Supremo recebeu um processo para olhar na minha cara e dizer: "tem um processo aqui na sua mão". Não tenho. Nenhum e nunca tive. Nunca tive, por nenhuma razão.

Então, é possível você combinar a responsabilidade. Nunca peguei em um cartão corporativo em nenhum ministério. Não quero. Nunca pedi que um ato meu como ministro recebesse segredo de 10 anos, de 100 anos, sei lá de quantos anos. Não, não.

O Brasil precisa recuperar a autoridade do poder, porque hoje quem tem poder não tem autoridade. Eu não vejo o Ministro do Supremo hoje circulando tranquilamente em aeroporto ou restaurante. Eu não vejo. Está certo? Essa coisa de Banco Master, de INSS envolvendo todo mundo, pessoal, não escapa nada, não escapa ninguém: o Poder Legislativo, Executivo, Judiciário. Por Nossa Senhora. Isso leva o povo à descrença, entendeu?

Então, nós precisamos recuperar isso para que o Brasil desinterditado encha, encha a nossa juventude de esperança. Porque eu cheguei em Altamira, um amigo disse: "Está vendo aquela torre?", eu digo: "Estou vendo"; "Onze jovens pularam daquela torre no ano tal". Mas o que aconteceu? O Ministério Público pediu que a torre fosse interditada, a professora pediu para retirar a torre. Aí eu pergunto lá para o Secretário de Saúde, o que está havendo? Ele disse: "Toda essa criançada em tarja preta, menino com 14, 15 anos, com crise de ansiedade, depressão", porque olha para o futuro, o que é que vê? Qual alternativa que vê?

Aqui em Humaitá, fazendeiro ligou para mim, eu atendi e disse: "Tudo bem? Tudo bem?" "Não, o que o senhor está dizendo é o que está acontecendo. Meus três sobrinhos saíram da fazenda." "Mas por que saíram?" "Porque toda noite eu ficava aperreado, achando que

no outro dia ia chegar o Ibama, a Funai, Polícia Federal, Força Nacional para tirar as minhas vacas. Um dia eles chegaram e disseram: tio, acabou, não vamos ficar mais aqui." "Mas por quê?" "Porque o senhor não tem paz, o senhor não dorme. Sabe por que, tio, o senhor não dorme? Porque aqui na Amazônia tem duas atividades criminosas. Uma é essa que o senhor faz: criar essas vacas e plantar essa roça. Crime. A outra é o tráfico. A diferença, tio, é que a polícia está atrás da sua atividade, não está atrás de outra atividade."

O tráfico anda aí, solto. Aqui na fronteira com o Acre, eu tenho amigos delegados. O tráfico é quem faz a justiça ali: prende, executa, julga. É assim. Rios, aqueles rios ali da Amazônia, o tráfico dominando. Você pode. Aí você pensa que isso é só na Amazônia. Não. Fui almoçar com meu irmão lá em Brasília, olhei lá no último andar do shopping, cheio de tela. Eu digo: "Mas, aquelas telas?", "Para os meninos não pularem aqui no meio do pátio. Meninada sobe e pula". Ou seja, uma juventude sem esperança. Não, pessoal.

Eu fui jovem, no interior de Alagoas, nasci na roça de parteira, alfabetizado em escola rural. Nunca pensei, pelo amor de Deus, eu queria ganhar o mundo, pensar em se matar; mas hoje a nossa juventude pensa nisso, desesperada. Sem esperança, porque você bota um menino para estudar em uma escola técnica. Ele se forma para fazer o quê? O que é que ele vai fazer? É agrônomo? Não pode fazer uma roça. É veterinário? Não pode cuidar de uma vaca, porque criar a vaca é crime, plantar a roça é crime. Ele vai fazer o que da vida? Fazer uma mineração, é crime. Fazer qualquer coisa é crime. Não. O Brasil não pode aceitar isso. Tem que olhar para frente e se livrar desse tipo de coisa. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Olha, que alegria, que honra e que prazer escutar tantas verdades. Quero passar para o uso da fala. Vamos dar um tempo aqui de, acho que 2 minutos é o suficiente para as perguntas — não é? —, que a fome está apertando.

A SRA. ROSIMEIRE ROMUALDO - Deputado Alex, o senhor deixa eu falar só um pouco? **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu tenho, tem que seguir, para ter justiça, seguir aqui quem se inscreveu primeiro.

A SRA. ROSIMEIRE ROMUALDO - Diante de tanto desmando, diante do Ministério Público levantar e não nos ouvir ... Tudo isso que está acontecendo é porque nós, os verdadeiros que têm poder de sustentar a nação, de fazer o Brasil girar, se calando, se omitindo... **(fora do microfone)**.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Toda razão.

A SRA. ROSIMEIRE ROMUALDO - Passamos a ser bandidos, passamos a ser quem destrói tudo. Então, nós aceita os deputados levantarem embora depois de

nós estar 3 horas ouvindo eles. Nós aceita o Ministério Público sair embora e não nos ouvir, que é quem tinha que nos ouvir.

Então tudo isso está acontecendo por quê? Porque nós se calamos, se omitimos. O dia que nós mostrar que quem paga o funcionário público, quem faz a farmácia, quem faz o mercado, quem faz a mesa é nós, aí nós chega aqui e ouve com educação todo mundo falar e vão se retirando. E deixa "os manés quadrados" aqui. O senhor entendeu?

Aqui não está mais as autoridades. Eu respeito. Sabe por que isso aqui está vazio? Porque o povo já perdeu a esperança. Sabe por que nós estamos aqui? Porque ainda estamos iludidos, ainda estamos iludidos de que vocês vão estender a mão para nós, de que vocês vão fazer o papel do poder público e nos socorrer, diante da miséria que nós estamos vivendo.

Aí nós vamos ficar aqui ouvindo, ouvindo, ouvindo o quê? O que mais? Mas, pelo amor de Deus, não deixe esse restante, esse pingo de pessoas aqui, porque, mediante o problema do zoneamento, aqui tinha que estar até a rua, cheia de gente. Não. Está esse pingo de pessoas que ainda tem a ilusão de que o poder político vai nos representar, vai nos defender e vai mudar a nossa história.

Mas eu estou vendo que vai chegar o dia em que nem esse pingo, nem eu vou estar aqui, porque eu tenho esperança no Brasil, entende? Então, desculpa. Eu passo as autoridades.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Está coberta de razão. Uma salva de palmas.

Você falou o que nós acabamos de comentar aqui: se nós baixarmos a cabeça, cruzarmos os braços, a vaca vai de vez para o brejo, que já está segurando só o rabinho.

A SRA. ROSIMEIRE ROMUALDO – Eu gostaria que a palavra dele, que nós estamos guerreando, nascesse, que nós parássemos de apanhar... **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu só vou chamar as pessoas que estão inscritas aqui, em respeito, e depois nós passamos.

Quero convidar um guerreiro aqui, que sofre muito também, meu amigo Jorge Ferreira, que é vice-presidente da ASPRECAM, área do Umirizal, ministro, que estão lá há 20, 30 anos e praticamente foram expulsos dessa área, área que já estava prestes a ser documentada.

O que acontece em nosso país é que os valores estão totalmente invertidos. Eu sempre falo que, se você matar um ser humano e você, Dalva, cometer um crime ambiental, a pena do crime ambiental é muito maior do que a de matar um ser humano.

Então, os valores estão invertidos. E, se nós não acordarmos para o fato de que quem sustenta a máquina é o homem do campo. Rondônia, principalmente, não tem grandes indústrias, não tem grandes fábricas. Quem paga o nosso salário, quem faz a máquina rodar, se tem policial na rua e médico atendendo é porque o homem

do campo está trabalhando e contribuindo. Nós não podemos matar a galinha dos ovos de ouro, porque engessado já está. E nós temos que lutar. Eu tenho esperança nessa ADIN que está no Tribunal de Justiça. Nós conseguimos pouco, mas conseguimos liberar alguns GTAs (Guia de Transporte Animal) dentro do Soldado da Borracha, o direito de ir e vir.

E nós precisamos realmente que esse estudo fique pronto e que o governo, não sendo esse, que seja o próximo, desafete essas áreas. Nós não podemos aceitar isso calados. Esse é o meu pensamento e é o que o coração de todo mundo aqui está cheio.

Olha, eu tenho um compromisso em Extrema. Estou superatrasado. Eu falei: "Doca, eu faço questão de vir aqui", porque agora nós temos que ouvir o principal, que é o povo.

Convido para uso da fala Jorge Ferreira, vice-presidente da região do Umirizal.

O SR. JORGE FERREIRA - Sim, aqui estou. A gente sabe que isso é bem cansativo, bem complicado. Então, para os meus companheiros e os demais aqui, produtores, a gente sabe que isso é pior do que, na nossa linguagem, "bater um dia de juquirá". Seria mais satisfatório se a gente estivesse em casa, mas a gente tem que enfrentar. De um modo geral, eu quero dede já agradecer a toda a bancada presente à mesa, agradecer a oportunidade de estar aqui, certo? E não posso esticar muito, porque eu sei que está todo mundo já exausto.

As minhas palavras que eu gostaria de deixar recomendadas a toda a esfera judicial, estadual e federal, se chegar o nosso recado, eu faço das minhas palavras o recado do Dr. Fernando Máximo, o futuro Governador de Rondônia, Marcos Rogério, certo? E ao meu conterrâneo, que para mim é uma grande honra saber que ele é nordestino, que, por sinal, eu sou de Palmeira dos Índios. É um prazer muito grande conhecê-lo neste Parlamento.

E quero declarar aqui que somos nordestinos, não somos petistas. Nós somos justiceiros e buscamos a verdade. Aqui estou representando uma área, o Umirizal, onde já tem o recado dado através da CPI de dois anos e de toda a nossa luta desde 2015, está certo? A gente vem reivindicando e clamando.

E eu gostaria também de saber, para finalizar, porque eu sei que não sou só eu que tenho que me manifestar, o que os senhores pensam em providenciar sobre as áreas de conservação, principalmente o Umirizal, que também é uma área criada em cima de documentos, doada pela União.

Eu gostaria muito de levar esse recado para a minha comunidade e saber quais são as futuras providências. O meu muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado. Parabéns, meu amigo Jorge.

Com a palavra agora, Senhor Francisco de Andrade, que é o Presidente da Associação Soldado da Borracha. Francisco. Depois, nosso amigo Cuiabano.

O SR. FRANCISCO DE ANDRADE - Primeiro, eu quero cumprimentar todos. Dizer que nós estamos aqui desde antes das 9 horas e viemos de longe para participar desta audiência, assim como muitos aqui que estão aqui. Esta audiência é de suma importância para o Estado de Rondônia. O Estado de Rondônia tem passado por momentos muito difíceis, como já foi falado aqui, mas por causa de pessoas que chegaram aqui antes de Rondônia ser Estado é que nós estamos aqui.

Então, em nome e memória de uma dessas pessoas, da qual eu sou casado com a filha de um soldado da borracha, que veio para este Estado quando aqui era Território ainda, não era Estado. E veio para cá, como já foi falado aqui, para extrair a borracha para que fosse mandada para os países que eram parceiros do Brasil na época da guerra.

Naquela época, o meu sogro veio para cá, trazido do Ceará, para ser soldado da borracha aqui. E muitos desses pioneiros morreram aqui, estão enterrados no meio dessa floresta, por causa da malária. Porque naquela época quem pegasse uma malária estava sentenciado à morte aqui. Não tinha como tirar, não tinha nada. A situação foi essa.

E o Incra titulou ele com a terra. Olha o Título aqui. Está o Título aqui na minha mão. Esse Título aqui é datado de 1982. Rondônia, se eu não estou enganado, foi emancipada em 1982.

Então, esse período transitou ali de meados da década de 1970 até 1982, titulando os soldados da borracha. E, nesse Título diz que a destinação dele é agropecuária, certo? Está escrito aqui nesse Título, dado pelo Incra na época. E quando foi no ano 2000, foi feita a primeira aproximação do zoneamento. E essa aproximação do zoneamento não respeitou esse Título aqui que está na minha mão, que foi dado aos, então, soldados da borracha, que vieram para cá para desbravar esse Estado.

E eu ouvi o nosso Promotor falando, agora há pouco, a respeito de que tinha que ter povos aqui, originários. Está aqui. Está aqui, soldado da borracha. Represento aqui a família de soldado da borracha, que desbravou esse Estado e muitos deram a vida aqui.

E muitas dessas pessoas que hoje se alimentam com salário, com diárias, é sustentado por mim e por todos vocês que estão aqui. E se não fossem esses produtores rurais, não estavam aqui nesse Estado.

Nós estamos passando um momento de insegurança jurídica nunca visto na história do Brasil, aonde proprietários, produtores rurais estão tendo seus direitos tirados. Onde um Título definitivo não tem mais valor nenhum, porque isso aqui, para mim, não vale nada, hoje. Esse Título, e para muitos produtores rurais desse Estado que estão produzindo.

Então quando a gente vê a luta do produtor rural, do homem do campo em querer legalizar sua propriedade, a sua terra, Deputado Alex Redano, para poder produzir nesse Estado. E nós, da região do Soldado da Borracha, produtores rurais que têm Título de escritura pública, isso não vale nada para nós, porque esse Estado tirou

o nosso direito de produzir dentro desse Estado com dignidade.

Isso para nós, deputado, para concluir a minha fala, tem sido um terror. Mas, como diz no nosso Hino de Rondônia, nós somos bandeirantes de Rondônia, e nós não vamos desistir da nossa luta. Obrigado pelas palavras. Obrigado pela oportunidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, meu grande amigo. Só pedir um pouquinho, porque temos muitas pessoas inscritas, nos atentarmos ao tempo. Convido meu amigo, esteve comigo em Buritis entregando fertilizante, meu amigo Manoel, popular “Cuiabano”.

O SR. MANOEL JAMARIQUELI (Cuiabano) – Pessoal, eu vou quebrar a regra um bocadinho, que dizem que essa aqui é a Casa do Povo. Eu vou fazer como eles, aqui em cima. Me perdoe o Presidente da Casa, por essa ousadia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Você está em casa, irmão.

O SR. MANOEL JAMARIQUELI (CUIABANO) – Eu quero, primeiramente, agradecer a Deus por essa oportunidade. Eu quero falar aqui da mesma forma que eu falei em 2019, na primeira vez que eu tive direito de fala nesta tribuna. Uma audiência pública, Presidente Alex Redano sobre os produtores de leite do Estado.

Eu vou falar como eu falei aquele dia: quando chega a vez dos produtores, é dois minutinhos, três minutinhos. Teve pessoa que chegou aqui atrasada, teve direito de fala, falou meia hora. Mas como nós temos que falar aqui contado, vocês me desculpem a minha expressão, vou falar bem assim, ó: em nome de todos, eu cumprimento a todos, porque eu não vim aqui para puxar saco de ninguém que está aqui dentro.

Perdoem as minhas falas, tá? Não estou aqui desmerecendo e nem desonrando ninguém; mas estou aqui falando com voz de um produtor rural, como está ali a Dona Meire. Eu tinha na minha mente muitas coisas a falar dentro da democracia, mas a gente vê o desrespeito das autoridades que tomam posse numa Mesa como essa, que vem aqui e enche todo mundo de “linguiça” dizendo assim, né, falando coisas que agradam e desagradam. Levanta daqui e vai embora, e não está aqui para escutar os produtores.

Para nós, é um desrespeito com a população do nosso Estado de Rondônia. Quero aqui parabenizar a todos vocês que aqui estão até esse momento.

Nós falamos em grupo de WhatsApp, que não viríamos aqui para parabenizar ninguém. Mas vocês estão aqui como nós. Tem pessoas que levantaram meia-noite e meia, — porque nós falávamos em grupo de WhatsApp —, para tirar o leite, para colocar no tanque, para andar 4 horas de viagem, para aqui estar. Estão aqui até agora. O Deputado Alex disse aí que tem várias pessoas que ele chamaria pelo nome. Eu aqui, quando tenho Audiência Pública, eu chamo pelo nome 90% da população que vier para aqui para essas audiências, porque eu conheço

todos; porque eu vivo a realidade de todos. Faço parte de várias associações: APROM, ASPROMIN, ASPRUME, ARB, tantas outras. Muitas vezes, pensando que o associativismo possa resolver e dar alguma solução, mas, muitas vezes, vemos que todos estão ficando desacreditados.

Em uma reunião como essa, como foi falado, era para estar cheio, mas, infelizmente, a população está desacreditando dos políticos que hoje fazem parte dos poderes, tanto Legislativo, como Executivo. Perdoem as minhas falas, tá?

Quero parabenizar a vocês novamente. Como o senhor é Presidente desta Casa de Leis, que em muitos projetos têm nos honrado, mas muitas coisas também têm deixado a desejar.

E o senhor é testemunha. Tivemos audiência em Ariquemes sobre o leite. Lá, foi pedido e foi clamado calamidade pública para o nosso Estado, para os produtores de leite. E até hoje o Poder Executivo nada fez, deixando uma cadeia produtiva morrendo.

Ouvimos aqui falar que pessoas chegaram em 1970, em 2008, que é aí o Código Florestal, querendo matar, assim, o nosso Estado de Rondônia. Nós sabemos que foram 38 anos de progresso. De 2008 para cá, são 18 anos que os produtores do Estado de Rondônia estão na UTI morrendo por uma lei que existe para matar, sufocar, humilhar os produtores do nosso Estado.

Todas essas pessoas que aqui estão sabem o que eu estou falando. Muitos podem pegar esse microfone e falar assim: “É porque eu ouvi falar.” Eu não, eu falo porque eu vivo a realidade. Eu vivo o dia a dia. Eu sou um pequeno produtor de leite da região de Buritis.

Nós passamos por tantas humilhações! Na nossa região tem lá mais de 20, 30 caminhonetes do Ibama; mais 10 ou 15 da Força Nacional. Para quê? Para humilhar o produtor. Pessoas que estão em Minas Novas; pessoas que estão ali no Rio Pardo; pessoas que estão no Soldado da Borracha.

Quando vê um pelotão desses chegando, passa noites de sono, passa noites de angústia; pessoas entrando em depressão, pessoas perdendo a vida, como houve lá em Minas Novas a pessoa que tirou a própria vida por não ter condições de suportar tudo isso.

Quero deixar aqui um recado: que essas audiências não fiquem em palanques políticos, como vemos muitas vezes. As pessoas aproveitam as pré-campanhas, as campanhas eleitorais, para se promoverem numa audiência dessas, em cima dos pequenos, médios e grandes produtores do nosso Estado. E, no final, quando pegam o cargo, nada fazem a seu favor.

Eu lembro que, em 1994, mais ou menos, em Cerejeiras, teve um candidato que ele ganhou e foi para conferir lá em Colorado. Ele foi num carro velho que eu tinha. Mas, depois, nunca eu tive oportunidade de falar para ele.

Os pré-candidatos que hoje estão batendo na porta de cada um, no dia em que se elegerem, perdoem as minhas falas, não se omitam e nem se blindem, como está o nosso governador, que não atende um produtor sequer do nosso Estado; que não atende ninguém, a

não ser as ONGs, como foi falado.

O Promotor disse aqui que tem que ouvir as pessoas remanescentes. Tem sim, mas sejam eles, como o Francisco disse, mas essas ONGs que vivem aí em apartamento, dizendo que são defensores dos ribeirinhos, dos nativos, mas nada são além de que: pegam recursos para sobreviver em mordomias, do suor dos nossos produtores que aqui estão.

Eu queria ser bem breve, mas eu queria dizer para vocês que lá no início, no princípio, quando Deus criou o céu e criou a terra e as fontes das águas. E Ele criou Adão e Eva, e ali teve o pecado, todos sabem. Mas ali Ele também disse: "Tu lavrarás a terra e comerás do suor do teu rosto." Ele não disse que era para ter vagabundo, Ele não diz que era para ter delinquente, Ele não diz que era para ter aquele omisso, mas, sim, homens, e mulheres de guerra, de coragem, como a Dona Meire, deixa aqui. E todos que aqui estão, vocês estão de parabéns. Eu queria que vocês se colocassem de pé, agora. Todos vocês, façam favor. Se coloquem de pé, a plateia. Vocês também, se possível, não desmerecendo, mas eu queria, se você puder, a Mesa, por favor. Eu queria agora que todos vocês dessem uma salva de palmas aos produtores do nosso Estado de Rondônia. Meu muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, Manoel Cuiabano. Manoel, também registrar, é pré-candidato a deputado federal pelo Novo. Boa sorte na caminhada. Quero convidar agora meu grande amigo, amigo de longa data, ele que é Procurador do Município de Ariquemes, é meu grande amigo, Mauro Santos, para o uso da palavra. Pode ficar à vontade. Aqui é a casa do povo mesmo.

O SR. MAURO SANTOS - Bem, senhores, boa tarde a todos. Todos cumprimentados. Em nome do Presidente, parabéns por essa iniciativa, e uma honra muito grande receber o ex-ministro Aldo Rebelo em nosso município com palavras tão profundas e verdadeiras com as quais nós comungamos perfeitamente.

Senhoras e senhores, Francisco que falou há pouco, representando os produtores do Soldado da Borracha, e também me dirijo mais aqui ao pessoal do Umirizal. Eu queria só fazer uma complementação no sentido técnico de algo que eu tenho acompanhado, e também sou filho de proprietário da área do Soldado da Borracha.

Então, o Título que o Francisco foi feliz em trazer e mostrar é um documento oficial emitido pelo Incra da década de 1970 e 1980. O que aconteceu, ministro? Logo na sequência, em 1988, sabemos todos, a nossa Constituição Federal consagra o direito à propriedade como um dos direitos fundamentais do nosso país. E aí, vejam a cronologia. Os Títulos já eram, então, emitidos nessa região.

Vem a Constituição de 1988 consagrando o direito à propriedade. E a Lei do Zoneamento, de 2000, à época — fazendo só, acho que uma correção aqui, era o governador o senhor Bianco — trouxe avanços, sim, é necessário; precisamos organizar o uso e ocupação

do solo, até porque Rondônia é um Estado planejado, Rondônia é um Estado privilegiado. Nós temos mais de 120 mil propriedades rurais.

É um Estado que tem essa potência produtiva, o quarto maior produtor de café do Brasil, porque tem um povo aguerrido, trabalhador e teve uma organização do seu solo. Temos os pontos positivos, mas injustiça não dá. E, sobretudo, das áreas criadas como reservas por um decreto em 2018. Mas o grande problema é a Lei Complementar 233, de 2000.

Eu queria deixar esse registro e deixar também a minha tristeza, porque nessa Mesa com várias autoridades eu não vi nenhum representante do Judiciário. Infelizmente, o Poder Judiciário, como um dos três Poderes, deveria estar presente, porque aqui, me parece, e eu levei essa tese em uma ação que está para ser julgada recentemente, está ali o doutor, colega advogado que representa a associação; e eu despachei, ministro Aldo, com o Doutor Sebastião Edenir. Aliás, um juiz muito honrado, um juiz antigo aqui da nossa comarca, da 2ª Vara da Fazenda Pública.

E eu tenho muita esperança que, sobre a questão do Soldado da Borracha, uma ação que vai agora, conclusão para julgamento, já teve as alegações finais das partes, está para conclusão. A tese é a seguinte: a lei — Doutor Doca, também que acompanha e conhece muito bem esse caso —, eu acho que, é isso importante reforçar — viu, Presidente Alex? — que nós deixamos essa tese e que, por favor, o senhor, como Presidente do Poder Legislativo do Estado de Rondônia, leve ao Judiciário essa tese que eu acho que ainda não foi debatida, e o Ministério Público aqui no Estado tem se apegado muito justamente na Lei Complementar.

Me permita mais dois minutinhos, porque é muito importante.

Existe, na teoria, e aqui os juristas que nos acompanham, a chamada pirâmide de Kelsen. A pirâmide traz a hierarquia das normas. Então, nos três níveis, eu vou falar aqui do Estado, que é o que importa: a Constituição do Estado, a norma maior; Lei Complementar, logo abaixo; Lei Ordinária. O decreto está aqui embaixo.

Hoje se fala muito do decreto, porque o decreto criou as reservas. Se rasgar o decreto, se anular o decreto, se o decreto deixar de existir, não resolve o problema dos senhores. As verdades têm que ser ditas, que a audiência pública é um espaço primoroso, é um momento, assim, de muita importância para que as pessoas, o produtor, como muito bem falou o Cuiabano aqui e outros que já se manifestaram. A quem mais interessa a resolução das coisas, muitas vezes não chega para eles a verdade, porque não é conhecedor das questões técnicas.

Então, eu hoje me desloquei também de Ariquemes como cidadão, antes de mais nada, como filho de Rondônia e por também ser produtor rural, entendendo as dores e vivendo as dores de cada um dos senhores, como disse o colega que me antecedeu, para dizer isso, mas graças a Deus também tive a oportunidade de me qualificar.

Com 16 anos fui embora, porque não tinha faculdade na minha cidade, fiz ensino médio e faculdade em São

Paulo. Então, me preparei modestamente, com muita humildade, e hoje estou aqui honradamente também para ajudar a defender os interesses dos produtores. Dizer que a Lei Complementar 233, e essa é uma tese jurídica, ela é inconstitucional, ela tem uma inconstitucionalidade material no que diz respeito às áreas que foram tituladas. Eu posso me dirigir com muita propriedade ao Soldado da Borracha, inclusive foi mostrado o Título aqui, e ao que me parece, salvo algum engano, porque eu não analisei a documentação do Umirizal, mas se também tiver documento emitido pela União, Títulos emitidos pela União, então vocês estão na mesma situação.

A tese é a seguinte, senhores: a Lei Complementar 236, o zoneamento independente tem que ser feita a nova aproximação, tem que evoluir. Eu concordo com o que disse aqui a Deputada Dr^a Taíssa. Nós temos que, primeiro, resolver essa questão injusta, absurda. Todo tipo de adjetivo negativo seria pouco para dizer sobre a injustiça que está acontecendo. Mas, repito: não é a questão do decreto.

O que aconteceu? O decreto simplesmente trouxe à luz uma questão que estava adormecida. Porque lá em 2000, quando se analisaram as imagens, não tinha desmatamento do Soldado da Borracha, não tinha nem acesso, não tinha nem estrada. Então as áreas estavam preservadas. Em uma falha gravíssima neste ponto, o que fez a Lei Complementar do Zoneamento? Entendeu que ali era a zona de restrição ambiental, colocou lá na zona 2.1.

Percebam, senhores, o problema já estava gravosamente constituído no ano 2000, quando aprovou a Lei do Zoneamento, a Lei 233. Então esquece o decreto, não se briga pelo decreto. Nós temos que reconhecer e declarar, está aqui o colega que também é advogado, a inconstitucionalidade material da Lei do Zoneamento, da Lei 233, sobretudo, em relação ao Soldado da Borracha e ao Umirizal, porque têm documentos válidos, Títulos que são consagrados pela Constituição da República desse país.

Deixo essa tese, que não ouvi ninguém ainda discutir, e eu me debrucei para estudar o assunto. Me debrucei para estudar e, repito, estive aqui, despachei com o Dr. Edenír e queira a Deus que na decisão dele, nós tenhamos uma boa surpresa reconhecendo pela primeira vez a inconstitucionalidade material dessa fatídica e infeliz, nesse aspecto, Lei do Zoneamento Socioambiental do Estado de Rondônia. Muito obrigado a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado a todos. Convidar o seu Geomário Leitão, Presidente do Sindicato dos Garimpeiros (Sinagro).
Só passar a palavra para o Doca responder.

O SR. GEOMÁRIO LEITÃO SENA - Boa tarde a todos, cumprimentar a Mesa, as pessoas aqui presentes. Nosso amigo nobre deputado, que já me conhece, o seu secretário, nosso ministro, senador, deputado federal e os deputados estaduais todos presentes, e todo esse

público aqui que está até agora aqui com fome, que nem eu. Mas, vamos lá.

Eu sou garimpeiro há 45 anos, mas eu vim para Rondônia, morar em Ji-Paraná em 1980, e comecei com peça de bicicleta. E abri a Alvorada D`Oeste, que montei uma bicicletaria ali lá também, e o primeiro carro que entrou em Alvorada D`Oeste foi uma caminhonete F75 minha, em 1980. O segundo carro que chegou lá foi um jipe do cidadão morador lá em Ji-Paraná, do nome de Birindó. Então, eu tenho história nesse Estado. Eu tenho uma filha de Ji-Paraná, Dra. Tânia Sena, ela defende o garimpo. E na região lá de Alvorada D`Oeste, estava dando Títulos definitivos. E por lá eu tinha um primo que trabalhava no Banco do Brasil e pegou três Títulos definitivos e abriu Alvorada D`Oeste, que agora foi vítima. Queimaram o curral dele, queimaram a casa dele, cortaram o café. O nome dele é Benedito, alguém que conhece, sabe quem é. Ele é meu primo segundo, que ele é primo legítimo da minha mãe.

E eu vim para o garimpo, eu entrei em 1981, e garimpei em Rondônia aqui o tempo todo. Conheço a cassiterita de Ariquemes, a columbita de Ariquemes, a columbita da Cachoeirinha, do Bom Futuro, da Massangana. Conheço o garimpo lá de Machadinho D`Oeste, lá em tem ouro, Nova Brasilândia, Theobroma, Campo Novo, tem muita cassiterita. Estive em Campo Novo, trabalhei lá, fiquei lá com os garimpeiros. Então, conheço. Trabalhei em Rondônia o garimpo todo aí e conheço. Tenho grandes amigos, grandes amizades.

E depois fui para o rio Negro, trabalhei lá no rio Negro. Cabeça do Cachorro, de um lado sai o rio Negro, do outro desce o rio Japurá, eu trabalhei tudo ali, tudo tem ouro. E não existe dano ambiental na garimpagem. Não existe poluição por mercúrio na garimpagem. Nós trabalhamos com mercúrio em circuitos fechados, e o mercúrio que existe aqui no meio ambiente é um mercúrio natural, que vem descendo.

E eu vou falar aqui um negócio que vocês, tem um estudo da Universidade Federal de São Paulo que toda hidrelétrica, toda barragem, água represada, representa acúmulo de mercúrio natural. E a água corrente desfaz. Toda queimada traz mercúrio para a natureza. E eu nunca vi, em 45 anos trabalhando, um garimpeiro contaminado com mercúrio que prejudicasse sua saúde. Não vi ninguém morrer. Eu assisti aos filmes da Bacia de Minamata. Nunca aconteceu nem parecido, em lugar nenhum do Brasil, aquilo.

E o pessoal vive aqui, esse Ministério Público, que devia estar aqui para me ouvir, que é o Ministério Público Federal, que, para mim, não é Ministério Público. Para mim, é uma ONG. É o meu conceito.

Eu legalizei áreas aqui das Três Marias, aqui na Pedra das Três Marias, até Borba. Tem PLG (Permissão de Lavra Garimpeira) até hoje no site do Ministério de Minas e Energia, na Agência Nacional de Mineração. Tem a PLG publicada. Falta o quê? A licença ambiental. Aí estão dizendo que está todo mundo ilegal. Mentira. Tem estudo feito. O Ministério Público entrou com a ação civil pública e cancelou. A juíza deu direito de causa.

Agora, o Ministério Público não entrou com o decreto do Piana, de 1991, que é inconstitucional. É um decreto que determinou que não se garimpava até Calama, e ele não pode legislar em mineração. Tem que ser o órgão federal.

Nós temos dois, não sei se o outro já foi embora, o outro candidato ao governo, mas nós temos o Marcos Rogério. Você pode fazer isso. Esse decreto tem que ser derrubado.

Nós trabalhamos com PLG até 2012 aqui. Nós produzíamos 200 quilos de ouro por mês neste Estado. Hoje nós estamos colocando 30, 40 quilos.

E eu quero que vocês entendam que 90% da produção da mineração é revestida na extração, é gasto no município, gerando emprego e renda. Esse povo não pode ficar abandonado. A gente tem que fazer parte desse zoneamento aqui do Estado, que é a mineração em pequena escala do Estado inteiro. Entre nela.

Nós temos que fazer o plano de manejo da nossa APA (Área de proteção Ambiental) aqui para poder a gente trabalhar em cima dela. Cria uma APA e não cria um plano de manejo? Como é que faz? Não pode ser feito assim, gente. A gente tem que ter seriedade no que está fazendo.

Que nem diz o ministro aí, pelo amor de Deus, tomou uma situação que não tem cabimento. O Parlamento não manda mais em nada. Os homens fazem o que querem. Decretam e acabou, e está feito, e está resolvido. Toma o gado do Pará e manda para Cuba. E aí? Ninguém fala nada?

A gente precisa. Eu preciso continuar. Eu só quero pedir que vocês entendam que a panela de todos tem que ferver, do Ministério Público, mas a minha também. A minha panela precisa ferver também. A gente precisa sobreviver. E eu vivo disso.

Queria deixar esse agradecimento aí.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito bem.

Gente, as últimas falas. Índia Maia, por favor.

Eu só quero pedi para ser um pouquinho célere. Eu estou olhando aqui alguns amigos. Tem uns amigos que estão amarelos de fome. Eu não sei se é a natureza.

A SRA. LÚCIA CORDEIRO (Índia Maia) - Eu não acredito que tudo isso está nas minhas mãos, né, gente? Vamos esperar um pouquinho.

Bom, boa tarde. Eu quero cumprimentar as nossas Excelências, autoridades da Mesa. Mas eu quero mesmo é agradecer a quem está aqui em cima.

Bom, eu também faço parte dessa história, da história triste de Rondônia. Meu pai também veio nesse mesmo pau-de-arara aí, do Nordeste para cá. Nós somos herança genética de indígenas dos Canindés. E, assim, eu sou filha de Rondônia, sou rondoniense. Por tudo, tenho muita marca, porque meu pai também não teve nenhum reconhecimento. Ele conheceu Rondônia desde a sua formação.

E, assim, não estou falando aqui agora por essa razão, mas eu estou falando porque eu também venho desse

descaso, que é o descaso social, o descaso regional e o descaso cultural, que ninguém respeita, que é o agricultor.

Eu sou agricultora e estou aqui reivindicando também os nossos direitos. Na mesma situação dos demais daqui na nossa área também foi construída uma reserva em cima dos moradores que já viviam lá há 40 anos, 30 anos. Então, eu reclamo da Rio Madeira B. A reserva que está lá, mas antes a sombra da reserva era um assentamento legal, do Amazônia Legal. Então eu estou aqui reivindicando, diante das autoridades.

Quero agradecer à pessoa do nosso deputado que colocou à disposição a audiência, dando voz ao povo, fazendo com que o povo chegue e fale, explique e mostre. Mas eu não venho de hoje. Eu estou nessa demanda desde 2016, quando a minha casa foi cortada pela Sedam, incendiada, arrastada com um trator e assim incendiada diante de toda a minha família.

É humilhante, é vergonhoso, é uma falta de respeito com a pessoa, com o cidadão, com o ser humano, porque eu não estou falando do futuro exatamente. Eu estou falando da minha realidade agora. Eu não falo do futuro daqui a 30, 40 anos. Isso é um planejamento que tem que ser feito com os técnicos, com os funcionários, com os servidores, as pessoas que estão ali ganhando para fazer. Eu sou uma sobrevivente de outras guerras, vamos dizer assim, mas a minha guerra está desde 2016, quando foi dada uma ordem para que cortassem e jogassem todo mundo no lixo, as pessoas, todos, não serve para nada. O agricultor não serve para nada no nosso Estado de Rondônia! E não é de hoje, não.

As nossas autoridades aqui, eles não têm culpa, porque não são eles os culpados. Isso já vem de muito tempo. O padre Ezequiel foi morto, matado, executado por defender as pessoas que sofriam e porque elas eram violentadas em suas casas e porque elas eram serventias dos poderes. Assim somos nós, pessoas que são humilhadas, tiradas de dentro de suas propriedades e botadas para o lixo. Para o lixo que ninguém quer. Muitos dos nossos jovens saem de dentro da zona rural porque não tem escola, porque não tem uma praça, porque não tem um direito de ser jovem. Abandonam seus pais, abandonam todo mundo porque não tem um planejamento.

O plano diretor, municipal, vamos dizer assim, não garante que a zona rural possa ser um local humanizado para essas pessoas viverem. E eu reivindico aqui o que é... Cortaram o meu microfone. Não adianta, eu tenho voz.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não, cortou não.

A SRA. LÚCIA CORDEIRO (Índia Maia) - Cortaram. Não façam isso, porque eu tenho voz.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não cortou não. Pode continuar.

A SRA. LÚCIA CORDEIRO (Índia Maia) - Então assim,

eu estou reivindicando para as nossas autoridades que, realmente, façam isso. Resolvam essas questões, porque isso está na mão do poder, não é na nossa mão.

Eu faço parte dos movimentos. Todos. Todos os movimentos: Pastoral da Terra, Fetagro, todas. Eu vou em todos os lugares buscando uma informação a mais, buscando mais uma oportunidade de falar o que o Estado faz com o pequeno agricultor.

lá atrás - eles não têm culpa -, mas lá atrás fizeram, constituíram uma reserva a mais em cima dessas pessoas. E essas pessoas já viviam ali a sua vida toda, a sua história, a sua descendência, a sua ancestralidade. E nós não somos culpados disso. Nós não temos culpa disso.

Nós só queremos o direito de plantar, de colher, de acreditar. Porque se nós não plantamos, não chega à macaxeira lá no mercado, não chega à farinha que todo mundo aqui gosta. Vocês gostam de farinha. Nós gostamos de farinha.

Minha casa foi cortada e quando cortaram a minha casa e a casa dos meus companheiros, cortaram o meu suor. Foi o meu suor que cortaram. Todo o meu investimento, todos os meus anos de trabalho, jogaram tudo fora. Eu tinha plantações e plantações, cortaram tudo, soltaram galinhas, fizeram de tudo. E só não deram em mim porque eu fiquei calada. Mas eu não calo. E eu vou em todos os movimentos, eu venho em todos.

Em 2023, eu estava no mesmo lugar, só que em um outro auditório. E nós vamos aonde estiver. Por quê? Porque é através daí que nasce a ideia do nosso deputado que está aqui e nos deu oportunidade.

Mas essa é a minha revolta e esse é o meu pedido aqui, que resolvam isso. Porque nós somos cidadãos, nós não somos "merda". Nós somos agricultores, nós temos o direito de plantar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Uma salva de palmas. Muito obrigado pela participação.

Gente, vou pedir assim, se vocês compreenderem, chamar o último da tarde e quero aqui convidar meu grande amigo, nosso Prefeito de Candeias do Jamari Lindomar Garçon, para ser o último e depois já vamos encerrar.

Cumprimentar meu amigo Fabiano. Obrigado pela presença.

O SR. LINDOMAR GARÇON - Presidente, eu quero cumprimentar o senhor, Presidente Alex Redano; o Doca, que fez um trabalho brilhante na parte técnica; o Senador Marcos Rogério, que está aqui até no finalzinho ouvindo; o Deputado Fernando, conhecido carinhosamente como Toquinho; Marcos, meu amigo Marcos Antônio. Toda a família. O senhor Aldo, meu amigo Aldo, obrigado por você ter vindo à Rondônia.

Nós que estivemos juntos lá em Brasília, por bons, e por três mandatos, o senhor lá, nos orientando, principalmente no novo Código Florestal, que nós trabalhamos bastante nele. Todos aqui do Estado que estão aqui, reivindicando, de forma bem calorosa as

suas reivindicações.

Eu estou como prefeito, aqui de um município metropolitano. Nós temos 14 assentamentos. Entre estes, nós temos uma região denominada Nova Samuel, assentamento. Melhor assentamento florestal do Brasil, que foi feito, que hoje ele está engessado porque o modelo do zoneamento lá está errado.

E nós temos diversos ativos ambientais em Candeias: o Flor do Amazonas, Triunfo, as áreas rurais. Então, Deputado Alex, a minha fala aqui —, todos já falaram, os produtores rurais já falaram do seu sentimento — a minha fala aqui é em relação ao senhor, porque quando fala em questões ambientais é difícil um parlamentar querer entrar no assunto, com medo de perder votos com um ou aquele segmento, que nós estamos em cima de uma eleição.

E o senhor, depois que entrou na causa ambiental, que não foi nesse ano, nessa questão principalmente, dessa questão do zoneamento; em Nova Samuel, que hoje está passando de 4.000 moradores, a escola municipal de Candeias, que tem 30.000 habitantes; hoje nós temos 417 alunos em uma escola municipal, aproximadamente, com todos os alunos da área urbana.

Em Nova Samuel, esse lugar que eu estou falando, já passa de 600 alunos na escola municipal de lá. E esse povo lá, praticamente todos, multados; todos querendo viver, querendo trabalhar e, infelizmente, está nessa situação.

Um chama de mexer no zoneamento, outro chama de terceira aproximação. O que tem que ter mesmo é uma vontade política, como o senhor está tendo, junto com os seus pares aqui, para buscar uma solução.

Por isso, eu gostaria, com todo respeito, que se desse uma salva de palmas ao Deputado Alex Redano, ao Presidente da Assembleia.

Essa é a minha fala e muito obrigado pela oportunidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Garçon. Quero cumprimentar aqui o Xiru.

E, falar uma realidade, gente. Como existe desconhecimento e preconceito no Brasil afora. Sempre que eu faço uma postagem, uma fala, defendendo a regularização fundiária, defendendo que seja extinta essa, — entre aspas: "reserva" —, porque só se for reserva de boi, de café; que está antropizado, que tem que regularizar.

Várias pessoas "descem a lenha", mas "chega o coro"! Descem a lenha em mim! E aí eu estava meio preocupado. Meus assessores: "Rapaz, esse povo, você só está apanhando!" Aí, quando você vai abrir no Instagram, é cara lá do Rio de Janeiro, de São Paulo. Eu falei: "Meu irmão, deixa bater. Eles não conhecem a realidade daqui." Entendeu? Criado em apartamento.

E, gente, eu quero aqui, olha, falar de coração. Eu queria fazer um agradecimento. Nós temos aqui diversas autoridades. Eu quero falar muito obrigado por vocês terem ficado aqui para ouvir a população. Senador Marcos Rogério; nosso representante da OAB; Deputado Federal Fernando Máximo; Secretário Lagos, Defensor

Victor Hugo. Parabéns a todos vocês.

E falar ao ministro, olha, de coração mesmo: você fala o nosso sentimento. Se tivéssemos mais pessoas com a sua sabedoria, com a sua visão, com esse olhar, eu tenho certeza que nosso País não estaria nesse caos, estaria muito melhor.

Então, olha, que honra ouvir as suas palavras. Você é uma pessoa iluminada por Deus. Você ainda tem uma missão grande. Você tem muito a contribuir ao nosso país. Que Deus te abençoe, te ilumine. E muito obrigado por ter vindo aqui em Rondônia, aguentado a fome, porque essa população aqui merece todo o apoio. Deus te abençoe, meu irmão, te ilumine. E, antes de encerrar, passar a palavra aqui para o nosso ministro.

O SR. JOSE ALDO REBELO FIGUEIREDO - Não, é só para dizer o seguinte, em relação à senhora.

Eu compreendo que em certas circunstâncias, às vezes, bate o desespero. Mas um escritor espanhol antigo disse o seguinte: "Quem perde uma propriedade, perde muito. Quem perde um amigo, perde mais. Quem perde a esperança, perdeu tudo." Está certo?

Então, nós temos que nos agarrar, por mais que seja frágil às vezes, mas é o que nós precisamos para enfrentar esses desafios.

Eu acho que nós, eu precisava acrescentar àquelas minhas sugestões, mais uma. Que é o seguinte: revisar todas as demarcações de unidades de conservação e de terras indígenas feitas nos últimos 20 anos. Revisar todas. Para corrigir todas as injustiças. Não é revogar, eu não falei revogar, eu falei revisar. E revisar significa o quê? Corrigir. Terra indígena onde não tem índio, não pode ser terra indígena. Terra indígena onde já tem agricultura consolidada, ocupada, atividade humanamente defensável, não pode acontecer. Você corrige, pelo menos em parte, as injustiças se passar por um processo de revisão de todas essas demarcações.

Nosso amigo de Palmeira dos Índios, cadê ele? É, já foi. Então é o seguinte: precisa revisar essas coisas, está certo? Ou anular esses decretos de criação de grupos de trabalho que ainda não teve área homologada. Isso tudo pode ser feito com tranquilidade.

E o garimpo, meu amigo. Não existe garimpo ilegal no Brasil. O garimpo está previsto na Constituição, no artigo 231. O garimpo está previsto em uma lei. Quando eu era presidente da Câmara, enviada por quem? Pelo Presidente Lula, chamado Estatuto do Garimpeiro. Ele está aí, foi aprovado. O Estatuto do Garimpeiro. E a Constituição estabelece os três níveis de garimpo que precisam ser estimulados e apoiados pelo Estado: o garimpo individual, o garimpo familiar e o garimpo em cooperativa. Isso está na Constituição e na lei.

Agora, criaram a ideia de que o garimpo é ilegal, não. Existe garimpo não legalizado, é outra coisa. Mas ilegal, não, porque está na lei, está na Constituição. Eu acho que nós precisamos, portanto, enfrentar esse debate. Claro que você vai enfrentar resistência. Enfrenta principalmente lá da minha região, em São Paulo.

As ONGs têm muita influência, mas não é por acaso que

dão mandato para a Marina, dão mandato para a Sônia Guajajara. Mas isso, ou seja, a causa justa não pode ser mediada pelo receio e pelo medo de enfrentar a opinião de quem quer que seja. É assim que eu penso, e é isso o que eu acho.

O SR. ELIZEU CANDIOTTO – Uma pergunta ao Presidente. Presidente, dizem as más línguas que corremos o risco da Assembleia, juntamente com a Sedam e o governo, aprovar o zoneamento, que beneficiaria o Cone Sul e deixaria o norte do Estado engessado. Tem esse risco? **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Posso ser bem sincero? Um dos objetivos dessa audiência é já marcar território. E eu quero fazer um compromisso com vocês. Vocês sabem que o nosso sistema aqui é presidencialista. É o presidente que pauta. Enquanto eu estiver aqui como deputado, como Presidente, eu não pautarei o zoneamento se não estiver contemplada a região norte de Rondônia. Está dada a minha palavra.

Gente. Fala, Zoca. O Zoca é, é uma autoridade nossa. Um minuto para o Zoca. Eu estava sentindo falta da fala da Dalva e do Zoca.

O SR. JÂNIO LOPES (Zoca) - Presidente, deixa eu só fazer uma colocação em relação a todas essas situações, inclusive me direcionando ao nosso eterno ministro Aldo. É o seguinte: nós falamos de, foram falados tantos assuntos, tantos assuntos, mas esqueceram de que todas essas situações do Estado de Rondônia estão em cima de áreas que são da União, porque as terras não são do Estado. A União não passou a terra para o Estado. Lá em Roraima, na época, o senador Jucá cuidou de passar as terras da União para o Estado; e hoje o Estado tem o poder sobre as terras.

Aqui nós temos situações que a reserva foi criada em cima de terra que é da União, e o Estado é que manda na reserva, e a União manda do outro lado. Então, nós precisamos também buscar uma alternativa, Presidente, de que — está aqui o Senador Marcos Rogério e o Deputado Federal Fernando Máximo, que com certeza, se for da vontade de Deus, eu desejo que vocês tenham êxito na eleição de vocês, e para nós eu acredito que será um momento importante — busquem resolver essa situação, porque senão vão ficar nessa peleja a vida toda. O governo federal intervindo em situações que o Estado não tem força para demandar.

Então, nós precisamos resolver isso. Eu sou uma pessoa, o Marcos Rogério é da minha região, ele é de Ouro Preto. Eu também cheguei em 1980 em Ouro Preto. Então a gente vive esse dilema já há muitos anos. O Estado está engessado por conta de certas situações também que precisam ser resolvidas.

E vou deixar aqui uma opinião, para que a próxima situação que houver para convocar as pessoas, eu quero aqui fazer coro ao que o Cuiabano colocou, de que da próxima vez vamos inverter os papéis. Vamos dar a voz para o produtor rural, para que ele fale primeiro,

exponha as condições deles e depois as autoridades falem a respeito da situação. Porque senão fica o inverso. As autoridades falam, todo mundo ouve, depois vão embora e, com todo respeito a vocês que estão aqui para ouvir a gente, aguentar, está aqui o Hueriqui, que é uma pessoa que também ajuda muito a gente na Sedam e está aqui para ouvir as situações. As outras autoridades estão aqui, o secretário nosso da Sedam. Então, é assim, eu vejo que da próxima vez vamos fazer uma inversão para que as pessoas que vieram aqui, tem gente que saiu de casa 3 horas da manhã. Eu deixei meus afazeres para vir aqui, por isso que eu pedi a palavra.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Certinho. Na verdade, estava falando para o Doca.

O SR. JÂNIO LOPES (Zoca) - E eu, que eu queria falar, eu não tive a oportunidade de falar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Estava falando para o Doca, o certo, a gente quando começou eu imaginava que seria 20 minutos as apresentações, mas demorou 2 horas. O que seria: a palestra primeiro, ouvir e depois as falas. Vamos para a nossa última fala?

A SRA. MARIA DALVA FREITAS MEDEIROS - Eu vou dar uma faladinha rapidinho. Primeiro eu lhe agradecer, deputado. Por tudo que o senhor tem feito por nós até agora e vai continuar fazendo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Imagina. Amém

A SRA. MARIA DALVA FREITAS MEDEIROS - Mas a minha fala aqui mais é direcionada ao Senador Marcos Rogério. Quero lhe fazer uma pergunta, o seguinte, nós temos no Estado de Rondônia 3 senadores, 8 deputados federais. Nós estamos há 8 anos nessa luta e até agora eu não vi nenhum de vocês interceder por nós.

E outra coisa que eu estou falando aqui, vou falar, vejo sim, em todas essas coisas eu vejo o Deputado Fernando Máximo, certo, sempre eu vejo ele. Mas cadê os outros deputados federais que não aparecem? Cadê os outros senadores que não aparecem? Uma vez eu tive aqui em um, aqui apareceu um aqui e "blá, blá, blá, blá, blá" e sumiu. Você está entendendo? Hoje eu estou até admirando que eles estão ficando aqui até o final disso aqui ouvindo todos nós, certo?

Então, Deputado Federal Fernando Máximo, que hoje é candidato, pré-candidato ao Senado, não é? Talvez o senhor até ganhe meu voto, como ganhou como federal, talvez o senhor ganhe agora, mas como federal hoje o senhor não ganha mais não, comigo não. Mas o Senador Marcos Rogério também, vou lhe dizer uma coisa, vocês, como nossos políticos, foram eleitos pelo nosso voto, estamos nessa briga há oito anos, precisou

os deputados estaduais dar o pontapé para todo mundo fazer essa busca e ver que tudo está errado desde o início. Entendeu? Foi provado aqui por A mais B.

Temos um governador aí que foi eleito ali, sei lá, o presidente aí, o ex-presidente veio aqui, pegou na mão dele, foi eleito, isso. Mas o cara não aparece em canto nenhum, chega o representante dele, deixa a cadeira aí vazia e vai embora, não escuta, nunca ninguém vê esse homem em canto nenhum.

Então, eu peço a vocês, o senhor que hoje é pré-candidato ao governo, talvez eu até lhe ajude, não sei, vamos ver, mas para frente é que se anda. Mas uma coisa eu vou lhe falar, será que não dá para vocês se juntarem com os outros colegas de vocês, senadores e deputados federais, e ver o que vocês podem fazer, ajudar o Presidente da Casa a resolver junto esse governador? Que eu sei que ele não gosta de vocês dois, o governador, eu sei que ele não gosta de vocês dois, mas eu acho que se vocês se juntarem com os demais pode ajudar nós, entendeu?

Então, é isso que eu quero dizer aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Então vamos lá. Gente, senão. Estou com o coquetel esperando vocês, eu quero encerrar aqui.

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Boa tarde a todos. Eu gostaria só de um minuto e fazer uma pergunta ao cidadão, o representante da Sedam. Se ele puder responder para todos nós aqui, será bom. É a pergunta que eu quero fazer a ele, todas as autoridades aí.

Eu sou sitiante. A Sedam tem direito de me pegar, eu saindo na minha Linha, na minha estrada, e me abordar no chão, me tratar como um bandido, botar o pé nas minhas costas e eu querer falar e ele mandar eu calar a boca?

Eu faço essa pergunta para o senhor esperando que o senhor responda.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pois ele responde. Não tem direito. Deixa ele falar.

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - E por que fazem isso? A gente fala para eles e eles falam que é o chefe deles. **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Nosso último orador para a gente poder comer o coquetel.

O SR. UBIRATAN FRANCISCO PEREIRA DA SILVA - Eu quero apresentar. O Aldo Rebelo falou alguma coisa, qual é o plano então? E aí eu quero sugerir algumas coisas. E registrar o meu inconformismo pela não representação da comunidade técnica. Todo mundo aí falou, não tecnicamente, tecnicamente, mas aqui só advogado, só a comunidade jurídica. E aí é nós, e a política é que

dá sentido à técnica. Eu falo isso do conhecimento, sou engenheiro florestal formado há 40 anos.

Quem dá sentido à técnica é a política. Tem exemplo da bomba atômica lá nos Estados Unidos, a política diz: "vamos fazer uma bomba atômica", botou o técnico, construiu uma cidade no deserto, fizeram a bomba. Juscelino Kubitschek, "vamos fazer uma cidade. Técnico, vem cá fazer uma cidade". A lavoura no cerrado do Brasil, criaram a Embrapa, vamos pesquisar. O governo botou dinheiro, é o celeiro do Brasil. É a política que dá sentido à técnica.

E aí eu quero fazer uma sugestão, conforme o Aldo Rebelo falou, o que o Zoca falou, eu tenho uma proposta. As terras que passaram no Amapá e Roraima é uma lei de 2001, uma lei federal de 2001. É só fazer uma medida provisória: "Na lei fulano de tal, também as terras de Rondônia". Pronto. Passa a vigorar e depois será votada a MP. É uma coisa simples e rápida.

E aí a minha proposta: mobilização da opinião pública, conforme o Aldo falou. Porque, se Rondônia parar de produzir, vai afetar o comércio, os funcionários públicos não vão receber salário e vai se instalar o caos social. Então, a Assembleia tem esse papel. Aqui estão os representantes do povo. Vamos mobilizar a opinião pública.

E segundo, outra sugestão: para a próxima reunião para analisar isso, convidem o Luiz Carlos Molion, que vai desmistificar o que vários advogados aqui falaram: não existe lei de crimes ambientais. Na doutrina jurídica, não existe lei de crimes ambientais. Não existe. Mas todo mundo se cala. Os deputados aprovaram, o Supremo disse que está valendo, a OAB não se posiciona, mas, não existe a lei, na doutrina do Direito, não existe.

Tragam o Luiz Carlos Molion para provar: floresta não faz chuva. A floresta tem outro papel no ciclo hidrológico, mas não faz chuva. Porque, se fizesse chuva, há 200 anos atrás aqui no Amazonas não teria estação seca e estação chuvosa; teria só chuva aqui.

Eu tenho observações de 100 anos de que tem seca e chuva. Não é a floresta. Não é a floresta que faz a chuva. Peguem os mapas do INMET, do Instituto Nacional de Meteorologia. Está lá, eles mostram onde se forma a chuva que cai aqui: se forma no Oceano Atlântico. Então, Assembleia, tragam o professor Luiz Carlos Molion para desmistificar tudo isso. Primeiro.

Segundo: mobilizem a opinião pública, mas nessa direção. Hoje é o Soldado da Borracha e outras áreas que não estão produzindo. Mas amanhã, está ali o deputado mostrou toda Rondônia embargada.

E tem uma coisa, deputado federal e senador que o Ministério da Agricultura fez: a rastreabilidade bovina individual obrigatória. Isso vai matar a pecuária de Rondônia, não só de Rondônia, mas de toda a Amazônia. E começará a valer em 2032, mas já tem um cronograma.

Isso vai matar a pecuária de Rondônia!

Fiquem atentos. É uma portaria do MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária) e é fácil de revogada. Então fica essa sugestão para a Assembleia.

Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado. Já anotamos aqui.

Gente, precisamos encerrar. Está bem, um minutinho. Vamos lá. Abra o coração.

A SRA. NELI DE SOUZA FREITAS - Vou abrir. Boa tarde a todos. Meu nome é Neli e, neste momento, represento uma associação chamada ASPRONIAN (Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Região do Rio Pardo). O presidente não pôde estar presente. Foi eleito há pouco tempo e não pôde estar presente. Eu me faço então, a voz da Gleba Cunhã da pessoa jurídica da ASPRONIAN. Nós somos da Gleba Cunhã. Não somos poucos; mas somos muitos que precisam do reconhecimento da nossa zona. Temos autuações dia sim, dia outro dia também do Sedam. Tomando, derrubando, colocando fogo nos instrumentos das pessoas, autuando, dando multas, dia sim, outro dia também.

Ultimamente, autuaram alguém dentro da Gleba por estar utilizando veículo automotor. Não pode. O nosso direito de ir e vir dentro do Brasil acabou-se. E nós estamos à mercê.

E eu costumo dizer aos companheiros e às pessoas que vivem na Gleba: pessoal, os responsáveis são deputados estaduais, deputados federais e senadores. E não apenas os do Estado de Rondônia, porque isso não acontece só aqui, é em todo o país.

Nós precisamos de a Gleba Cunhã entrar nesse zoneamento. Porque se não, só daqui a dez ou quinze anos para fazer outra conversa dessa.

Nós não temos mais tempo para esperar. Para sermos vistos, para termos nossos direitos respeitados, para ter as nossas plantações produzindo e para colocarmos comida na mesa de todos os brasileiros. São os pequenos produtores que fazem acontecer, embora os grandes produtores estejam mandando para fora. Nós precisamos do zoneamento do Estado de Rondônia e que esta Assembleia se comprometa, como um todo, e esteja atenta.

Sinceramente, nos próximos quatro anos, se não me matarem ou se eu não morrer, irão ouvir muito a minha voz. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, parabéns. Meus amigos, encerrando aqui. Só agradecer a todos que ficaram até essa hora e convidar todos vocês para um delicioso coquetel.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 15 horas e 06 minutos)

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1164/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

BISMARCK PEIXOTO DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, do Gabinete do Deputado Cassio Gois, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0823762

ATO Nº 1165/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

DEVAIR DA SILVA COSTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, do Gabinete do Deputado Cassio Gois, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0823920

ATO Nº 1173/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ELTON MARCOS MACHADO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Emendas Parlamentares, código DAG-02-B, do Gabinete de Emendas Parlamentares, a partir de 30 de junho de

2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0824440

ATO Nº 1166/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

FABIO DE PAULA NUNES DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, do Gabinete do Deputado Cassio Gois, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0823927

ATO Nº 1175/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

FERNANDO COSTA DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-17, do Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0824566

ATO Nº 1171/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ISRAEL DA TRINDADE LOURENÇO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, do Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0823998

ATO Nº 1168/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

LUAN MATHEUS DELGADO MACHADO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, do Gabinete do Deputado Cassio Gois, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0823965

ATO Nº 1167/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MAGNUN ANDRE DOS SANTOS CRIVELARO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-25, do Gabinete do Deputado Cassio Gois, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0823935

ATO Nº 1169/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13

da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

NEEMIAS DUTRA DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, do Gabinete do Deputado Pedro Fernandes, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0823971

ATO Nº 1176/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

NEIRIVAL RODRIGUES PEDRAÇA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, do Gabinete do Advogado Geral, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0824575

ATO Nº 1170/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

A pedido, o servidor **PAULO SOARES DE OLIVEIRA**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, do Gabinete do Deputado Pedro Fernandes, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0823982

ATO Nº 1174/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

SONIA MARIA RODRIGUES MAGALHAES PINTO, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, do Gabinete da Corregedoria Parlamentar - Deputado Jean Mendonça, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0824452

ATO Nº 1172/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

SUMAYA TAINA ANTONIETTE MEDEIROS TAVERNARD, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-27, do Gabinete do Deputado Delegado Lucas, a partir de 30 de junho de 2026.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0824436

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATO DE DIÁRIA Nº 0823645/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho - RO / Nova Mamoré -RO / Porto Velho- RO, no período de 29.06.2026 a 03.07.2026, finalidade de ministrar o curso de Inteligência Financeira, no município, conforme processo nº 200.185.000142/2026-92.

Nome	Cargo	Lotação
Guilherme Giacom da Silva	Analista Legislativo	Gab. Secretaria de Planejamento e Orçamento

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA

Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0823646/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições

legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho - RO / Nova Mamoré -RO / Porto Velho- RO, no período de 29.06.2026 a 03.07.2026, finalidade de auxiliar o Instrutor na realização do curso de Inteligência Financeira, no município, conforme processo nº 200.185.000142/2026-92.

Nome	Cargo	Lotação
Francisco Rodrigues da Silva	Assessor de Direção	Dep. Elaboração de Termo de Referencia

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0823647/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho - RO / Nova Mamoré -RO / Porto Velho- RO, no período de 29.06.2026 a 03.07.2026, finalidade de conduzir veículo oficial para conduzir os servidores responsáveis pela realização do Curso de Inteligência Financeira no município, conforme processo nº 200.185.000142/2026-92.

Nome	Cargo	Lotação
Francisco Pacifico de Souza Filho	Assessor Especial	Divisão de Transporte

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0823066/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) três diárias aos servidores abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho - RO / Alta Floresta / Cacoal / Nova União / Porto Velho - RO no período de 01.07.2026 a 03.07.2026, com a finalidade de acompanhar e prestar assessoria ao Deputado Estadual Alan Queiroz durante compromissos oficiais nos municípios, conforme processo nº 100.041.000209/2026-89.

Nome	Cargo	Lotação
FÁBIO RIBEIRO MENNA BARRETO	Chefe Gabinete Deputado	Gab. 1ª Secretaria
RAY NATALISSON MACHADO DE PAULA	Assessor Técnico	Gab. 1ª Secretaria

Porto Velho, 25 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0823085/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) três diárias aos servidores abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho - RO / Alta Floresta / Cacoal / Nova União / Porto Velho - RO no período de 01.07.2026 a 03.07.2026, com a finalidade de realizar a segurança pessoal do Deputado Alan Queiroz e seus acompanhantes durante o cumprimento de agenda, conforme processo nº 100.041.000209/2026-89.

Nome	Cargo	Lotação
Erlon Rodrigues das Neves	ASSESSOR DE SEGURANCA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 25 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0744003/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo, de no período de 20/04/2026 a 24/04/2026, a atividade em pauta é parte integrante do Processo da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, aprovada e instalada nesta Casa Legislativa com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na cadeia produtiva do leite e ainda apontar soluções para os possíveis problemas encontrados. A finalidade e o interesse público se justifica pelo fato de que a cadeia produtiva do leite é um dos pilares da economia do Estado de Rondônia, se destacando como uma das atividades geradoras de renda e que contribui para o sustento de cerca de 30 mil famílias. Sendo a base de fornecimento de matéria prima para o setor de indústrias lácteas de grande, médio e pequeno porte no Estado. A atividade contribuirá para a condução do processo que certamente irá dar mais transparência e credibilidade nas atividades relacionadas a cadeia que envolve a pecuária leiteira, conforme processo nº 100.045.000101/2026-56.

Nome	Cargo	Lotação
DANIEL MATIAS ASSIS	COLABORADOR EVENTUAL	COLABORADOR EVENTUAL

Porto Velho, 16 de abril de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824069/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (04) quatro diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Monte Negro/ Campo Novo / Porto Velho-RO no período de 27.06.2026 a 30.06.2026, com a finalidade de representar o Deputado Estadual Edevaldo Neves, conforme processo nº 100.047.000194/2026-07.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------

Ricardo Bandeira de Oliveira	Assessor Parlamentar	GABINETE DEPUTADO EDEVALDO NEVES
------------------------------	----------------------	-------------------------------------

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824081/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (Quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Cuiabá-MT no período de 26/06/2026 a 29/06/2026, com a finalidade de acompanhar o Deputado Estadual em agenda institucional no Estado do Mato Grosso, com o objetivo de participar de reuniões junto ao Comando da Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar, visando conhecer as legislações e normas relacionadas à promoção funcional, assistência médica, odontológica e psicológica dos militares, bem como o funcionamento do instituto de previdência da categoria, conforme processo nº 100.064.000028/2026-94.

Nome	Cargo	Lotação
SHEILA JAMAITHE POTENZA GOMES	ASSESSOR TÉCNICO	GAB. DEP. LAERTE GOMES

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824097/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (Quatro) diárias para o Deputado Estadual Jesuino Silva Boabaid, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho-RO a Cuiabá-MT, no período de 26/06/2026 a 29/06/2026, com a finalidade de participar de reunião no Comando da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro do estado do Mato Grosso, para conhecer as leis de promoção de assistência médica, odontológica e psicológica dos militares, instituto de previdência e conhecer de forma profunda as legislações que possa trazer melhorias para os policiais militares e bombeiros do nosso estado, fara visitas técnicas em buscar mais melhorias para a polícia e o bombeiro do estado de Rondônia, conforme processo nº 100.064.000028/2026-94.

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824080/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (04) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-

RO/Brasília-DF/Porto Velho-RO, no período de 28.06.2026 a 01.07.2026, FINALIDADE de propiciar o diálogo entre a gestão de política para as mulheres, em especial do Ministério as Mulheres, com parlamentares municipais e estaduais de todas as regiões do país, visando potencializar a construção, acesso e aperfeiçoamento das políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero e construção de um ambiente democrático, participativo e seguro, onde todas as mulheres possam viver e atuar em espaços de poder e decisão, com igualdade de oportunidades, mais representatividade e livres de todas as formas de violência e discriminação, conforme processo nº100.036.000083/2026-11.

Nome	Cargo	Lotação
Vera Regina Nascimento Pereira	Assessor Técnico	PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824138/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (Quatro) diárias a servidora abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ji Paraná-RO a Urapá-RO / Machadinho-RO / Theobroma-RO no período de 26/06/2026 a 29/06/2026, com a finalidade de finalidade de representar o Deputado Estadual Jesuino Bobaid, em reuniões de lideranças e agentes políticos no município mencionado, que visam debater estratégias para o fortalecimento dos municípios, conforme processo nº 100.064.000029/2026-39.

Nome	Cargo	Lotação
PATRICIA COSTA MACHADO OLIVEIRA	ASSESSOR TÉCNICO	GAB.PRESIDÊNCIA

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824123/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Pimenta Bueno-RO/Porto Velho-RO, no período de 26.06.02026 a 28.06.2026, FINALIDADE de representar o parlamentar em reuniões de lideranças e agentes políticos no município mencionado, que visam debater estratégias para o fortalecimento dos municípios, conforme processo nº100.064.000030/2026-63.

Nome	Cargo	Lotação
Cleiton Roque	Chefe Gabinete Deputado	GAB. DEP. JESUINO BOABAID

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824163/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições

legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (04) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto velho/ Vilhena/Alta floresta /Porto Velho, no período de 25.06.2026 a 28.06.2026, FINALIDADE de conduzir o veículo e realizar a segurança do deputado estadual Jean Oliveira, conforme processo nº100.531.000145/2026-02.

Nome	Cargo	Lotação
Alisson Jose Pinheiro Tourinho	ASSESSOR DE SEGURANCA	ASSESSORIA DE SEGURANCA

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824166/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (02) duas diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Ariquemes-RO / Porto Velho-RO no período de 27.06.2026 a 28.06.2026, com a finalidade de cumprindo agenda institucional voltada ao fortalecimento do relacionamento com lideranças locais, conforme processo nº 100.047.000193/2026-54.

Nome	Cargo	Lotação
GISELE LIMA BERNARDO	Chefe Gabinete Deputado	GABINETE DEPUTADO EDEVALDO NEVES

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824108/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO / São Francisco do Guaporé-RO / Porto Velho-RO, no período de 27.06.2026 a 30.06.2026, finalidade de acompanhamento técnico, logístico e administrativo à parlamentar durante o cumprimento de sua agenda institucional externa. A designação do servidor justifica-se pela exigência de suporte in loco para assegurar a fluidez, a organização e a regularidade dos compromissos oficiais programados, conforme processo nº100.049.000139/2026-99.

Nome	Cargo	Lotação
Gleyck Belmino Duarte da Costa	Assessor Técnico	Gabinete Deputada Gislaíne Lebrinha

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824221/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade JI - PARANÁ-RO X PORTO VELHO-RO X JI - PARANÁ-RO, no período de 29.06.2026 a 03.07.2026, finalidade de realizar a segurança e condução do veículo da Deputada Cláudia de Jesus, no cumprimento de agenda institucional, conforme processo nº 100.045.000173/2026-01.

Nome	Cargo	Lotação
Ronaldo de Souza Camini	Assessor de Segurança	Secretaria de Segurança Institucional

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824196/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO / Vilhena / corumbiara/ alta floresta / Porto Velho-RO, no período de 25.06.2026 a 28.06.2026, finalidade de prestar assessoramento direto ao parlamentar durante toda a missão oficial, coordenando as atividades administrativas, protocolares e institucionais, articulando a execução da agenda, acompanhando o cumprimento dos compromissos oficiais e garantindo o adequado suporte às ações desenvolvidas junto aos municípios e às autoridades locais, contribuindo para a eficiência, organização e efetividade das atividades parlamentares desenvolvidas durante o deslocamento, conforme processo nº 100.531.000146/2026-49.

Nome	Cargo	Lotação
Claudemir Antonio de Abreu	Chefe de Gabinete	Gabinete Deputado Jean Oliveira

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824257/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (Quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte Fluvial de Porto Velho-RO a Distrito de Calama-RO no período de 30/06/2026 a 03/07/2026, com a finalidade de acompanhar as atividades

da Comissão de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia no Distrito de Calama, participando de reuniões e visitas para levantamento de informações, identificação de demandas locais e acompanhamento de assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico, comercial, científico e tecnológico da região, conforme processo nº 100.060.000148/2026-21.

Nome	Cargo	Lotação
VALDECI BATISTA RIBEIRO	ASSESSOR TÉCNICO	COMISSÃO DA IND. COM. CIENCIA E TECNOLOGIA

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0823351/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (05) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Urupá -RO/Porto Velho-RO, no período de 02.07.2026 a 06.07.2026, FINALIDADE de fazer a segurança da Deputada Estadual Rosangela Donadon e conduzir o veículo, conforme processo nº 100.621.000133/2026-61

Nome	Cargo	Lotação
Jairo Lopes Duarte	ASSESSOR DE SEGURANCA	ASSESSORIA DE SEGURANCA

Porto Velho, 25 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824230/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (04) quatro diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho / Cacoal / Alta Floresta / Vilhena / Porto Velho no período de 25.06.2026 A 28.06.2026, com a finalidade de registros fotográficos das reuniões realizadas durante agenda institucional, bem como a execução das emendas parlamentares destinadas pelo Parlamentar nas regiões, garantindo a produção de conteúdo para os veículos de comunicação e redes sociais do Parlamentar, em relação aos recursos destinados durante o seu mandato, bem como coletando informações para dados jornalísticos, conforme processo nº 100.044.000181/2026-50.

Nome	Cargo	Lotação
Marcel de Souza Silva	ASSESSOR DE DIREÇÃO	DIVISÃO DE FOTOGRAFIA

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824209/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Ji-Paraná-RO/Porto Velho-RO, no período de 28.06.2026 a 30.06.2026, FINALIDADE de realizar a segurança na sessão solene da Dep. Cláudia de Jesus, no Distrito de Nova Londrina, em Ji-Paraná - RO, conforme processo nº100.021.000858/2026-18.

Nome	Cargo	Lotação
Alessandro Nogueira de Souza	SERVIDOR CEDIDO ESTADUAL	GAB. SEC. SEGURANÇA INSTITUCIONAL
Bruna Yamara de Lima	ASSESSOR DE SEGURANÇA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA
Edilson Ribeiro Lopes	ASSESSOR DE SEGURANÇA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824410/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade PORTO VELHO X CACOAL (E REGIÃO) X PORTO VELHO, no período de 28.06.2026 a 04.07.2026, finalidade de realizar a segurança do parlamentar ELCIRONE MOREIRA DEIRÓ bem como a condução do veículo no cumprimento de agenda institucional. Conforme processo nº100.044.000182/2026-02.

Nome	Cargo	Lotação
Fernando de Almeida Goes	Assessor de Segurança	Secretaria de Segurança Institucional

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824335/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (02) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/JI PARANÁ-RO/Porto Velho-RO, no período de 28.06.2026 a 29.06.2026, FINALIDADE de realizar sessão solene para entrega de homenagem, prestar os serviços montagens e desmontagens dos equipamento de transmissão, Som e

Multimídia durante a realização da mencionada Sessão Solene. Conforme processo nº100.016.000164/2026-50.

Nome	Cargo	Lotação
Henry Alves Calixto	ASSESSOR ESPECIAL	GAB. DO SECRETARIO LEGISLATIVO

Porto Velho, 26 de Junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824343/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (02) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/JI PARANÁ-RO/Porto Velho-RO, no período de 28.06.2026 a 29.06.2026, FINALIDADE de realizar as anotações no livro Ata para que os homenageados fiquem registrados nos Anais desta casa de Leis e assessorar os trabalhos durante a realização da mencionada Sessão Solene, conforme processo nº100.016.000164/2026-50.

Nome	Cargo	Lotação
Jaqueline Sobreira da Silva	ASSESSOR ESPECIAL	GAB. DO SECRETARIO LEGISLATIVO

Porto Velho, 26 de Junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0824360/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (01) uma diárias servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de BURITIS/PORTO VELHO/BURITIS no período de 25.06.2026 a 25.06.2026, com a finalidade de conduzir veículo e realizar a segurança pessoal do deputado estadual Delegado LUCAS TORRES, durante o cumprimento de agenda parlamentar, conforme processo nº 100.055.000217/2026-76.

Nome	Cargo	Lotação
Alex dos Santos Souza	ASSESSOR DE SEGURANCA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 26 de junho de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO DE REMANEJAMENTO Nº 42/2026/SEC-PLAN/ALERO

Promove alteração no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O **Secretário-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com fundamento no § 1º do art. 7º e no art. 8º da Lei n.º 6.324, de 22 de janeiro de 2026 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Promover alteração no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores a seguir especificados.

BASE LEGAL:

() Ajuste de QDD – art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.324/2026 (não incide no limite de 20%).

() Alteração de dotação orçamentária – art. 8º, I, da Lei nº 6.324/2026 c/c art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320/1964 (incide no limite de 20%).

(X) Despesa com pessoal – art. 8º, II, da Lei nº 6.324/2026 (não incide no limite de 20%).

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**REDUÇÃO DE DOTAÇÃO**

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
01.001.01.126.1006.2405	POTENCIALIZAR A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4.4.90.52	15000	22.182,59
		TOTAL		22.182,59

ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	3.1.91.96	15000	22.182,59
		TOTAL		22.182,59

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos administrativos internos a partir dessa data, e efeitos externos a partir de sua publicação, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º A alteração orçamentária de que trata este Ato será registrada no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, nos termos do art. 10 da Lei nº 6.324/2026.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA

Secretário Geral - ALE/RO